

FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS

RELATÓRIO E BALANÇOS DO EXERCÍCIO DE 1947

1948

100-4498

FEDERAL BUREAU OF INVESTIGATION	
13-11-100	363,032
NOV 11 1981	F981
RECEIVED	
U.S. DEPARTMENT OF JUSTICE	

ANEXO XVI
BALANÇA DE PAGAMENTO

BALANÇA DE PAGAMENTOS

- 1) Movimento de mercadorias
- 2) Movimento de serviços
- 3) Movimento de capitais
- 4) Movimento de disponibilidades

A T I V O		P A S S I V O	
1) Movimento de mercadorias			
1.1) Exportação de mercad:		1.1) Importação de merced:	
1.11 Exportação fob -		1.11 Importação fob -	
-		1.12 Fretes de import.	
-		1.13 Seguros de import.	
-		1.14 Importação cif -	
1.2) Ouro export. por particu-		1.2) Ouro import. por particu-	
lares:		lares:	
1.21) Ouro export. fob		1.21) Ouro import. fob	
-		1.22) Fretes de import.	
-		1.23) Seguros de import.	
-		1.24) Ouro import. cif -	
1.3) Total do ativo de merca-		1.3) Total do passivo de mer-	
dorias -		cadorias -	

2) Movimento de serviços

2.1) Transp. e comunicações:	2.1) Transp. e comunicações:
2.11) Fretes em embarcações nacionais -	-
2.12) Transferências diversas, para o Brasil, de compa-	2.12) Transferências diversas, para o exterior,

nhias de transportes e comunicações interna - cionais -	de companhias de trans portes e comunicações internacionais -
2.13) Total	2.13) Total
2.2) Seguros:	2.2) Seguros:
2.21) Seguros de mercad. em companhias nacionais -	-
2.22) Transferências diver sas, para o Brasil, de companhias de seguros -	2.22) Transferências diver sas, para o exterior, de companhias de se guros -
2.23) Total -	2.23) Total -
2.3) Comissões -	2.3) Comissões -
2.4) Juros:	2.4) Juros:
2.41) Juros de dívidas de po deres públicos -	2.41) Juros de dívidas de poderes públicos -
-	2.42) Juros de dívidas de entidades autárqui - cas -
-	2.43) Juros de dívidas de sociedades de econo mia mista -
2.44) Juros de dívidas de em prêsas concessionárias de serviços públicos -	2.44) Juros de dívidas de empresas concessio - nárias de serviços públicos -
2.45) Juros de dívidas de par ticulares	2.45) Juros de dívidas de particulares
2.46) Total -	2.46) Total
2.5) Lucros e dividendos:	2.5) Lucros e dividendos:
-	2.51) Lucros e dividendos de sociedades de e conomia mista.
2.52) Lucros e dividendos de empresas concessionári as de serviços públicos	2.52) Lucros e dividendos de empresas conces sionárias de servi ços públicos -
2.53) Lucros e dividendos de particulares -	2.53) Lucros e dividendos de particulares -
2.54) Total -	2.54) Total -
2.6) Diversos:	2.6) Diversos:
2.61) De poderes públicos:	2.61) De poderes públicos:
2.611) Rendas consulares -	2.611) Rendas consula res -

2.612) Corpo diplomático, missões e representações oficiais -	2.612) Corpo diplomático, missões e representações oficiais -
2.613) Transferências diversas governamentais para o Brasil -	2.613) Transferências diversas governamentais para o Brasil -
2.614) Total -	2.614) Total -
2.62) De particulares:	2.62) De particulares:
2.621) Turismo -	2.621) Turismo -
2.622) Royalties -	2.622) Royalties -
2.623) Transferências de emigrantes e imigrantes para o Brasil	2.623) Transferências de imigrantes e emigrantes para o exterior
2.624) Transferências diversas para o exterior de pessoas naturais ou jurídicas, residentes ou sediadas no Brasil	2.624) Transferências diversas para o Brasil de pessoas naturais ou jurídicas, residentes ou sediadas no exterior
2.63) Não especificadas -	2.63) Não especificadas -
2.64) Total -	2.64) Total -
2.7) Total do ativo de serviços -	2.7) Total do passivo de serviços -

3) Movimento de capitais

3.1) Venda de títulos de poderes públicos:	3.1) Aquisição de títulos de poderes públicos:
3.11) Brasileiros -	3.11) Brasileiros -
3.12) Estrangeiros -	3.12) Estrangeiros -
3.13) Total -	3.13) Total -
3.2) Venda de títulos de particulares:	3.2) Aquisição de títulos de particulares:
3.21) Brasileiros:	3.21) Brasileiros:
3.211) De renda fixa -	3.211) De renda fixa -
3.212) De renda variável -	3.212) De renda variável -
3.22) Estrangeiros:	3.22) Estrangeiros:
3.221) De renda fixa -	3.221) De renda fixa -
3.222) De renda variável	3.222) De renda variável

3.23) Total -	3.23) Total -
3.3) Venda de imóveis -	3.3) Aquisição de imóveis -
3.4) Investimentos diretos no Brasil, mediante venda de cambiais, na agricultura, indústria e comércio, por pessoas naturais ou jurídicas, residentes ou sediadas no exterior.	3.4) Investimentos diretos no exterior, mediante compra de cambiais, na agricultura, indústria e comércio, por pessoas naturais ou jurídicas, residentes ou sediadas no Brasil.
3.5) Importação de mercadorias, sem compra de cambiais, para investimentos e outros fins.	3.5) Exportação de mercadorias, sem venda de cambiais, para investimentos e outros fins.
3.6) Transferências, para o Brasil, de capitais flutuantes ou não especificados.	3.6) Transferências, para o exterior, de capitais flutuantes ou não especificados.
3.7) Amortizações:	3.7) Amortizações:
3.71) De dívidas de poderes públicos -	3.71) De dívidas de poderes públicos -
-	3.72) De dívidas e de capitais de entidades autárquicas
-	3.73) De dívidas e de capitais de sociedades de economia mista -
3.74) De dívidas e de capitais de empresas concessionárias de serviços públicos -	3.74) De dívidas e de capitais de empresas concessionárias de serviços públicos -
3.75) De dívidas e de capitais particulares	3.75) De dívidas e de capitais particulares
3.76) Total -	3.76) Total -
3.8) Total do ativo de capitais -	3.8) Total do passivo de capitais -

4) Movimento de disponibilidades

4.1) Decréscimo de disponibilidades ouro (excluído o ouro vendido no país):	4.1) Acréscimo de disponibilidades ouro (excluído o ouro comprado no país):
4.11) Do Tesouro Nacional -	4.11) Do Tesouro Nacional -
4.12) Do Banco Central -	4.12) Do Banco Central -
4.13) Total -	4.13) Total -
4.2) Decréscimo de divisas:	4.2) Acréscimo de divisas:
4.21) Do Tesouro Nacional:	4.21) Do Tesouro Nacional:

4.211) Em moeda arbitrá <u>vel</u> .	4.211) Em moeda arbitrá <u>vel</u> -
4.212) Em moeda bloquea <u>da</u> ou compensad <u>a</u>	4.212) Em moeda bloquea <u>da</u> ou compensad <u>a</u>
4.22) Do Banco Central:	4.22) Do Banco Central:
4.221) Em moeda arbitrá <u>vel</u> -	4.221) Em moeda arbitrá <u>vel</u> -
4.222) Em moeda bloquea <u>da</u> ou compensad <u>a</u>	4.222) Em moeda bloquea <u>da</u> ou compensad <u>a</u>
4.23) Dos Bancos:	4.23) Dos Bancos:
4.231) Em moeda arbitrá <u>vel</u> -	4.231) Em moeda arbitrá <u>vel</u> -
4.232) Em moeda bloquea <u>da</u> ou compensad <u>a</u>	4.232) Em moeda bloquea <u>da</u> ou compensad <u>a</u>
4.24) Total -	4.24) Total -
4.3) Total do ativo de disponi <u>bilidades</u> -	4.3) Total do passivo de dispo <u>nibilidades</u> -

Balanço

5.1) Movimento de ativo -	5.1) Movimento de passivo -
5.2) Erro de fechamento -	5.2) Erro de fechamento -

NOTAS EXPLICATIVAS

- A) - ESQUEMA PARA EXPOSIÇÃO DOS DADOS.
B) - ESQUEMA PARA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS.

- 1A-1B) Esses dados compreendem todo o movimento do comércio exterior, inclusive as exportações ou importações sem venda ou compra de cambiais, a que se refere o item 3.5.
- 1B) Os elementos em aprêço serão apurados pela estatística do comércio exterior, elaborada pelo Serviço de Estatística Econômica e Financeira (S.E.E.F.) do Ministério da Fazenda, devendo, para isso, as faturas consulares indicar o valor fob das mercadorias, o frete, o seguro, as comissões e demais despesas.
- 2A-2B) Esse ouro, objeto de comércio de particulares, não é computado nas disponibilidades de ouro do país, constante do item 4.1.
- 2B) Os elementos em questão decorrem, também, da estatística do S.E.E.F.
- 3A-3B) Os dados dizem respeito aos fretes de embarcações nacionais, provenientes do conjunto do tráfego exterior destas, inclusive exportações, importações e percursos entre portos estrangeiros.
- 3B) Para importação, esses elementos se podem obter do S.E.E.F. (ver nota 1B); para exportação e percursos entre portos estrangeiros será necessário recorrer aos próprios dados das companhias nacionais.
- 4A-4B) Compreende as transferências dos saldos das operações de companhias de transportes e comunicações, excluídas, nas primeiras, a parte relativa aos fretes, incluídos nos itens 1.12, 1.22 e 2.11. Esses saldos, no caso de companhias de comunicações, figuram no próprio sentido das transferências predominantes (ativo, para o Brasil -

passivo, para o exterior); na hipótese de companhias de transportes, entretanto, o desconto dos fretes pode dar lugar a um resultado negativo, obrigando a uma mudança do ativo para o passivo ou vice-versa.

- 4B) Em qualquer caso, os saldos em aprêço, que se obtém na Fiscalização Bancária do Banco do Brasil (F.B.B.B.), resultam de uma soma algébrica de parcelas, objeto de transferências de ou para o exterior; por exemplo, para os transportes marítimos: vendas de passagens, alugueis de embarcações, locação de docas, aquisição de combustíveis e alimentação, manutenção de agências, reparos de embarcações, etc. Seria interessante destacar ao menos algumas dessas parcelas, mas, no estado atual de nossos levantamentos, seria pedir demais. Contudo, pelo vulto das transferências, é possível pedir esclarecimentos, a fim de apurar se estão incluídas compras ou vendas de equipamentos.
- 5A-5B) Corresponde à renda de companhias nacionais em seguros sobre mercadorias no comércio exterior.
- 5B) Esses dados serão obtidos das próprias companhias nacionais. Como, em geral, os seguros de mercadorias importadas são feitos no país de procedência das mesmas, os seguros de que trata este item dizem respeito, praticamente, a mercadorias exportadas, podendo ser controlados no Departamento de Estatística do Banco do Brasil (D.E.B.B), através das notas provisórias de fechamento de câmbio para exportação.
- 6A-6B) Abrange as transferências dos saldos das operações de companhias de seguros, excluída a parte relativa aos seguros de mercadorias. Devido a esse desconto, os saldos podem ser positivos ou negativos, havendo nessa última hipótese uma mudança do ativo para o passivo ou vice-versa. Incluem-se neste item, ainda, os resseguros e cosseguros feitos no exterior.

- 6B) Esses saldos se obtém da F.B.B.B. Seria interessante destacar ao menos algumas espécies de seguros (vida, fogo, acidentes, etc.), mas, no estado atual de nossos levantamentos, isso não se torna praticável. Os resseguros e cosseguros no exterior são conseguidos por intermédio do Instituto de Resseguros do Brasil (I.R.B.).
- 7B) Devem ser tomadas providências junto aos órgãos competentes, no sentido de que as ordens de pagamento emitidas pelos diferentes órgãos de Governo, nacionais ou estrangeiros, sejam classificadas de acordo com as rubricas propostas.
- 8B) Tendo em vista assegurar uniformidade na classificação das transferências - o que não ocorreria em virtude da variedade da conceituação que se verifica -; será indispensável fornecer aos estabelecimentos de crédito que operam em câmbio uma relação discriminada das "autarquias" e "empresas de economia mista" que operam no Brasil. Análogamente, deve-se chamar a atenção desses bancos para o fato de que devem ser consideradas "empresas concessionárias de serviços públicos" as que exploram serviços de água, esgoto, luz, energia e gás, bem como transportes e comunicações de âmbito nacional.
- 7A-9B) Abrange apenas os "travelers checks" e as transferências classificadas como sendo para fins de turismo, feitas por meio de cartas de crédito, câmbio manual e congêneres.
- 8A-10B) Inclui as transferências que acompanham os emigrantes para o exterior e os imigrantes para o Brasil, bem como as posteriores remessas dos imigrantes para o exterior e dos emigrantes para o Brasil.
- 10B) Para o cômputo desse item, no que concerne às transferências acompanhando os imigrantes, os dados podem ser obtidos no Departamento Nacional de Imigração; para as

que eventualmente acompanhem emigrantes, os elementos seriam colhidos na F.B.B.B. Quanto às transferências posteriores, as guias de compra de câmbio, para manutenção fora do país, deverão dar a nacionalidade do comprador, ao passo que, das provenientes do exterior, serão apuradas as de valor não excedente ao limite legal, dados todos suscetíveis de obtenção na F.B.B.B.

- 11B) Seria de vantagem discriminar as várias espécies de transferências de particulares, notadamente as de: rendas de não residentes, destacando juros e aluguéis, remessas para subsistência, donativos e heranças. Reconhecendo-se, porém, a dificuldade dessa discriminação, na primeira tentativa de levantamento sistemático da balança de pagamentos, tornou-se preferível destacar a penas, no item 2.623, a parte referente a emigrantes e imigrantes, englobando-se numa única rubrica as transferências restantes.
- 12B) Pelo "Registro de Capital", instituído pelo Decreto-lei nº 9 025, de 27.2.1 946, todo o capital que entra no país deve figurar em um registro especial, por onde se verificará o seu registro e permanência no país, uma vez que a remessa de rendimentos fica vinculada ao capital. De qualquer modo, as informações especificadas no grupo 3, podem ser obtidas através da F.B.B.B.
- 9A-13B) Compreende transações com imóveis, sítos no Brasil ou no exterior, quer a venda a pessoas naturais ou jurídicas, residentes ou sediadas fora do país, quer a compra, feita no exterior, a essas pessoas.
- 10A-14B) Exclusive as mercadorias importadas ou exportadas em consignação, isto é, para posterior compra ou venda de cambiais.
- 14B) A importação e a exportação realizadas sem saída ou entrada de cambiais equivalem a uma transferência de ca-

pital: o valor das importações de mercadorias não pagas deve ser adicionado ao ativo do movimento de capitais; o das exportações não pagas deve ser acrescido ao passivo. A contabilização é feita, assim, como se as cambiais correspondentes a essas importações ou exportações tivessem sido, em uma primeira fase, compradas ou vendidas ao Banco do Brasil (e por isso seu valor é incluído no item 1.1), e, subsequentemente, os importadores ou exportadores tivessem vendido ou comprado as cambiais correspondentes, para o fim de entrada ou saída de capitais. Para se poder apurar o valor das mercadorias importadas sem compra de cambiais, a fatura consular precisa ser adaptada; para se poder apurar o valor das mercadorias exportadas sem venda de cambiais, deverá ser aposto na respectiva guia o carimbo: "Esta exportação não deu lugar à venda de cambiais". As mercadorias importadas ou exportadas "em consignação" não se devem aplicar essas providências, pois que a transação cambial, embora adiada, é posteriormente efetivada.

15B) Para o cálculo da variação total das reservas ouro, deve-se acrescentar os algarismos relativos ao ouro comprado ou vendido no país, o qual não é computado na balança de pagamentos, de vez que não dá lugar a transferência de cambial.

11A-16B) Este item não abrange as variações de disponibilidades resultantes de empréstimos ou créditos "em ser", isto é, pendentes de utilização, quer no exterior para o país, quer no Brasil para o exterior. Os lançamentos serão feitos nos itens correspondentes, à medida de sua utilização.

F U N D A Ç Ã O G E T U L I O V A R G A S

N U C L E O D E E C O N O M I A

Projeto de relação de mercadorias para cálculo do índice nacional de preços.

PRODUTO	ESPECIFICAÇÃO	ORIGEM	DESTINO	UNIDADE	PRAÇAS
Acido sulfúrico	66º Bé	Nacional	Consumo ..	Garrafão de 50 litros	Rio e São Paulo
Aço	(Em chapas pretas	Estrangeiro..	" ..	Quilograma	Rio e São Paulo
	(Em barras redondas ou quadradas ...	Estrangeiro e nacional.....	" ..	"	Rio e São Paulo
Açúcar	(Refinado extra	Nacional	" ..	Saco de 60 quilos ...	Rio, São Paulo, Recife e Campos
	(Refinado de 1ª	Nacional	" ..	Saco de 60 quilos ...	Rio, São Paulo, Recife e Campos
Aguardente	Graduação abaixo de 74º	Nacional	" ..	Litro	Rio, São Paulo, Recife e Campos
Alcool	(Bruto - graduação de 74º a 94º	Nacional	" ..	Litro	Rio, São Paulo, Recife e Campos
	(Refinado - graduação de 95º a 97,5º ..	Nacional	" ..	Litro	Rio, São Paulo, Recife e Campos
	(Anidro - graduação de 95,5º e mais. ..	Nacional	" ..	Litro	Rio, São Paulo, Recife e Campos
Algodão em pluma ...	(Paulista - fibra curta (tipo 3 e 5) ..	Nacional	Exportação e consumo	Arroba de 15 quilos (Rio, São Paulo, Recife, Campina Grande e Natal
	(Sertões - fibra média (tipo 3,5 e 8) ..	Nacional		Arroba de 15 quilos (
	(Seridó - fibra longa (tipo 3 e 4) ..	Nacional		Arroba de 15 quilos (
	(Matas - fibra curta (tipo 5)	Nacional		Arroba de 15 quilos (
Algodão (manufaturas)	(Tecidos de algodão cru	Nacional	Consumo ..	Metro	Rio, São Paulo e Recife
	(Tecidos de algodão alvejado				
	(Morins				
Arame farpado	(Rôlo de 250 metros	Estrangeiro ..	" ..	Rôlo de 20 quilos ..	Rio e São Paulo
	(Rôlo de 400 metros	Estrangeiro ..	" ..	Rôlo de 45 quilos ..	Rio e São Paulo

PRODUTO	ESPECIFICAÇÃO	ORIGEM	DESTINO	UNIDADE	PRAÇAS
Areia	Grossa, lavada de 1ª	Nacional	Consumo .	Metros Cúbicos	Rio e São Paulo
Arroz	(Agulha Superior de 1ª	Nacional	Consumo .	Saco de 60 quilos .	Rio, São Paulo e Pôrto Alegre..
	(Amarelão especial				
	(Bleu Rose de 1ª				
	(Japonês de 1ª				
Arsênico Branco	Anhidrido arsenioso	Nacional	Consumo..	Caixa c/lata de 60 q.	Rio e São Paulo
Babaçu	Em amendoas para exportação	Nacional	Consumo..	Saco de 60 quilos ..	São Luís
Banana	(Tipo para consumo	Nacional	Consumo..	Galho	Rio, São Paulo e Santos
	(Tipo para exportação	Nacional	Exportação	Galho	Rio, São Paulo e Santos
Banha de porco	(Itajaí	Nacional	Consumo	Lata de 20 q.brutos.	Rio, São Paulo, Itajaí e Pôrto Alegre
	(Pôrto Alegre				
Batata inglesa	(Estrangeira	Estrangeira..	Consumo	Saco de 60 quilos ..	Rio, São Paulo, Paranaguá e Pôrto Alegre.
	(Nacional amarela especial.....)	Nacional	Consumo	Saco de 60 quilos...	"
	(Nacional branca				
Bicarbonato de sódio((Refinado para uso farmacêutico ...	Estrangeira..)	Consumo	50 quilos	Rio e São Paulo
	(Para uso industrial				
Borracha	(Mangabeira - laminada, prensada e	Nacional.....(Exporta - ção e consumo	quilograma	Belém e Corumbá
	(estampada por meio de máquinas				
	(apropriadas - 3 mm de espessura-				
	(defumada - isenta de umidade ...				
	(Maniçoba - idem, idem, idem	Nacional(
Brita	(Nº 2	Nacional	Consumo	Métros cúbicos	Rio e São Paulo
	(Nº 3				

PRODUTOS	ESPECIFICAÇÃO	ORIGEM	DESTINO	UNIDADE	PRAÇAS
Cacau	(Tipo exportação	Nacional ...	Exportação	Saco de 60 quilos ..	Rio, São Paulo e Salvador...
.....	(Tipo consumo	Nacional ...	Consumo	Saco de 60 quilos ..	Rio, São Paulo e Salvador ...
Café	(Santos - tipo 4 mole	Nacional ...	Exportação	10 quilogramas	Rio, São Paulo e Vitória
.....	(Santos - tipo 4 duro	Nacional ...	Consumo	10 quilogramas	Rio, São Paulo e Vitória ...
.....	(Rio - tipo 7	Nacional ...	Consumo	10 quilogramas	Rio, São Paulo e Vitória ...
Cal	(Virgem em pedra	Nacional ...	Consumo	Toneladas	Rio e São Paulo
.....	(Extinta, Cabo Frio	Nacional ...	Consumo	30 e 200 quilos	Rio e São Paulo
Calçados	Vaqueta "good year" para homens..	Nacional ...	Consumo	Par	Rio e São Paulo
Carbonato de sódio.	Barrilha	Estrangeiro.	Consumo	Quilograma	Rio e São Paulo
Carbureto de cálcio	Em pedras de 15 mm x 80 mm	Nacional ...	Consumo	Quilograma	Rio e São Paulo
Carnaúba (Cêra) ...	(Tipo exportação	Nacional ...	Exportação	Quilograma	Rio, São Paulo e Fortaleza .
.....	(Tipo consumo	Nacional ...	Consumo	Quilograma	Rio, São Paulo e Fortaleza .
Carne verde	(Congelada	Nacional ...	Exportação	Quilograma	Rio, São Paulo e Pôrto Alegre.
.....	(Matadouro de 1ª	Nacional ...	Consumo	Quilograma	Rio, São Paulo e Pôrto Alegre.
Carvão mineral	(-	Estrangeiro (Consumo	Tonelada	Rio e São Paulo.....
.....	(Nacional ...)	Nacional ...	Consumo	Saco de 60 quilos ou caixa de 40 quilos	Rio, São Paulo e Pôrto Alegre
Cebola	(Rio Grande de 1ª	Nacional ...	Consumo	Saco de 60 quilos ou caixa de 40 quilos	Rio, São Paulo e Pôrto Alegre
.....	(Paulista de 1ª	Nacional ...	Consumo	Saco de 60 quilos ou caixa de 40 quilos	Rio, São Paulo e Pôrto Alegre
.....	(Mineira de 1ª	Nacional ...	Consumo	Saco de 60 quilos ou caixa de 40 quilos	Rio, São Paulo e Pôrto Alegre
Cerveja	(Brahma Chopp	Nacional ...	Consumo	Dúzia	Rio e São Paulo
.....	(Antártica	Nacional ...	Consumo	Dúzia	Rio e São Paulo
Chumbo	Lingotes	Estrangeiro	Consumo	Quilograma	Rio e São Paulo
Cigarros	("Liberty - liso"	Nacional ...	Consumo	Pacote de 10 maços..	Rio e São Paulo
.....	("Continental - liso"	Nacional ...	Consumo	Pacote de 10 maços..	Rio e São Paulo
.....	("Douradinho - liso"	Nacional ...	Consumo	Pacote de 10 maços..	Rio e São Paulo
.....	("Soudan ovals"	Nacional ...	Consumo	Pacote de 10 maços..	Rio e São Paulo

PRODUTO	ESPECIFICAÇÃO	ORIGEM	DESTINO	UNIDADE	PRAÇAS
Cimento	Portland - comum	Estrangeiro Nacional ...	Consumo Consumo	Saco de 50 q.e. e bal. 50 q. Saco de 42,5 q.	Rio e São Paulo Rio e São Paulo
Cobre	(Em chapas (Em lingotes (Estrangeiro	Consumo	Quilograma	Rio e São Paulo
Couro e peles	(Sola de 1ª (Bezerra ao cromo (Vaqueta (Couro de porco natural de 1ª (Peles cruas de carneiro (Peles cruas de cabra (Nacional ...	Consumo Consumo Consumo Consumo Exportação e consumo	Quilograma Pé quadrado Pé quadrado Pé quadrado Uma (Rio, São Paulo, Recife, Sal- vador e Pôrto Alegre...
Eletricidade	(Luz (Valor médio das taxas em vi- (gor)..... (Fôrça - idem, idem (Nacional ...	Consumo	KWH	Rio, São Paulo, Pôrto Ale - gre e Alegre
Enxofre	(Americano (99,9% de pureza em pó) (Chileno (impuro) em pedra (Estrangeiro	Consumo	Quilograma	Rio e São Paulo
Estanho	Lingotes	Estrangeiro	Consumo	Lingotes de 46 quilos	Rio e São Paulo
Farinha de mandioca	de 1ª qualidade	Nacional ...	Consumo	Saco de 50 quilos ..	Rio, São Paulo, Recife, Salvador e Pôrto Alegre
Farinha de trigo ..	Pura de 1ª qualidade	Nacional ...	Consumo	Saco de 50 quilos ..	Rio, São Paulo e Pôrto Alegre
Feijão	(Preto polido, tipo 3 e 1 (Preto Uberabinha (Manteiga (Mulatinho (Nacional ...	Consumo	Saco de 60 quilos...	Rio, São Paulo e Paranaguá...
Ferro	(Guza (Vergalhões redondos p/concretos de (de 3/16 (de 1/2 (de 3/8 (Nacional ...	Consumo	Quilograma	Rio e São Paulo

PRODUTO	ESPECIFICAÇÃO	ORIGEM	DESTINO	UNIDADE	PARTE
Fôlha de Planires ...	-	Estrangeira	Consumo	Caixa de 112 fôl. de 1,28 x 0,60 mm	Rio e São Paulo
Fósforos	-	Nacional ...	Consumo	Caixa e/120pacotes ou sejam 1.200 caixinhas	Rio, São Paulo, Curitiba e Niterói
Fumo em fôlha	-	Estrangeiro Nacional ...	Consumo	Quilograma	Rio, São Paulo, Curitiba e Ni- terói
Gazolina pura	Comum	Estrangeira	Consumo	Tambor de 200 litros	Rio, São Paulo, Recife e Pôr- to Alegre
Gordura de côco	-	Nacional ...	Consumo	Lata de 20 quilos ...	Rio e São Paulo
Lã	-	Nacional ...	Consumo	Quilograma	Rio, São Paulo e Pôrto Ale- gre
Ladrilhos e Azulejos (Azulejo branco de 15 x 15 (Nacional ...	Consumo	Metro quadrado	Rio e São Paulo
(Ladrilho hidráulico liso de uma (
(só côr (20 x 20)				
Laranja	Pera - tipo exportação	Nacional ...	Exportação	Caixa de 42 q. (± 350f)	Rio e São Paulo
(Pera - consumo (não exportada)...	Nacional ...	Consumo	Caixa de 42 quilos...	Rio e São Paulo
Latão	Lingotes	Estrangeiro	Consumo	Quilograma	Rio e São Paulo
Leite	Tipo usina	Nacional	Consumo	Litro	Rio e São Paulo
Lenha	Preço médio nas estradas de ferro	Nacional ...	Consumo	Metro quadrado	The Leopoldina Railway, Mo- giana, Great West e Noroes- te
Madeira	Pinho de 3ª tábuas 12' x 1'	Nacional	Consumo	Pé	Rio, São Paulo e Paranaguá..
(Pinho, perna de 3' x 3'			Metro quadrado	Rio e São Paulo
(Pinho, perna de 3' x 3'				
(Conçoeira de madeira de lei				
(Taco de peroba de campos				
(Taco de peroba rosa				
Mamona	Óleo industrial	Nacional	Exportação	Quilograma	Rio, São Paulo, Recife, Forta- leza e Salvador
(Em baga				

PRODUTO	ESPECIFICAÇÃO	ORIGEM	DESTINO	UNIDADE	PRAÇAS
Manteiga	de 1ª qualidade	Nacional ...	Consumo	Lata de 10q. ou latões de 47 quilos	Rio e São Paulo
Manufaturas de sêda	"	"	"	"	Rio e São Paulo
Mate	Beneficiado	Nacional ...	Exportação	Barrica de 10 ou 30q.	Rio, São Paulo, Paranaguá ,
(Queimado	(Consumo	Caixa c/50 pacotes de 0,500 K.....	Pôrto Murtinho e Pôrto Alegre
Milho	Catete	Nacional ...	Consumo	Saco de 60 quilos...	Rio, São Paulo e Pôrto Alegre
Óleos comestíveis (De caroço de algodão	Nacional ...	Consumo	Lata de 10 quilos...	Rio e São Paulo
(De amendoim	(
Óleo de linhaça	Crú	Estrangeiro	Consumo	Tambor de 200 quilos	Rio e São Paulo
Óleos lubrificantes (minerais)	Para motor (30 260)	Estrangeiro	Consumo	Lata de 1 litro	Rio, São Paulo, Recife e Pôrto Alegre
Óleo mineral combustí vel	Para motor "Diesel"	Estrangeiro	Consumo	Litro	Rio, São Paulo, Recife e Pôrto Alegre
Papel	Papel branco - assentinado ou aper (Nacional	Consumo	Quilograma	Rio e São Paulo
(gaminhado de 1ª qua (
(lidade	Nacional	Consumo	Quilograma	Rio e São Paulo
(Papel segunda via de menos de 25 (
(gr. por m ² , de 1ª (Nacional	Consumo	Quilograma	Rio e São Paulo
(qualidade				
Pneumáticos e Câmaras de ar	Pneumático 6,00 x 16 de 4 lonas (Nacional....	Consumo	Unidade	Rio e São Paulo
("11"				
(Pneumático 32 x 6 - "11".....				
(Câmaras de ar 6.00 x 16				
(Câmaras de ar 32 x 6	Estrangeiro	Consumo	Litro	Rio, São Paulo, Recife e Pôrto Alegre
Querozene	-				

PRODUTO	ESPECIFICAÇÃO	ORIGEM	DESTINO	UNIDADE	PRAÇAS
Sabão grosso	{ Pintado de 1ª ou "Português" { Amarelo de 1ª refinado	Nacional	Consumo	Caixa de 40 quilos	Rio e São Paulo
Saco de Juta	Saco comum para 60 Kg.	Nacional	Consumo	Unidade	Rio, São Paulo e Recife
Sal	{ Mossoró - grosso	Nacional	Consumo	Tonelada	Rio, São Paulo, Mossoró, Ma- cav e Cabo Frio
	{ Marau - grosso				
	{ Cabo Frio - grosso				
Salitre do Chile ...	-	Estrangeiro	Consumo	Quilograma	Rio e São Paulo
Soda Cáustica	{ 98% a 99% de pureza: Sólida	Estrangeiro	Consumo	Tambor de 300 quilos Tambor de 150 "	Rio e São Paulo
	{ Em flocos				
Tecidos de lã	-	Nacional....	Consumo	-	Rio, São Paulo e Pôrto Alegre
Telhas	{ Francesa comum	Nacional ...	Consumo	Milheiro	Rio e São Paulo
	{ Colonial ou canal				
Tijolos	{ Comum de 5 x 10 x 20	Nacional ...	Consumo	Milheiro	Rio e São Paulo
	{ Furado de 10 x 20 x 30				
Trigo em grão	Vermelho de 1ª	Estrangeiro	Consumo	Saco de 60 quilos	Rio, São Paulo e Pôrto Alegre
Vinho	{ Rio Grande "Clarete"	Nacional	Consumo	Dúzia	Rio e São Paulo
	{ Rio Grande "Barbera"				
Zinco	Em chapa	Estrangeiro	Consumo	Quilograma	Rio e São Paulo
Vidro plano	{ Liso, duplo (3mm)	Nacional... {	Consumo	Metro quadrado ...	Rio e São Paulo
	{ Liso, duplo (3mm)				
Xarque	{ Rio Grande de 1ª qualidade (AA) .. { Rio Grande de 3ª qualidade (XX) .. {	Nacional ...	Consumo	Quilograma	Rio, São Paulo e Pôrto Ale - gre

ESTUDOS CONCERNENTES A RENDA NACIONAL.

I. DEFINIÇÃO INICIAL

Si considerarmos como objetivo de atividade econômica de um país a satisfação das necessidades do consumidor e se com a Renda Nacional quisermos medir a intensidade e a eficiência dessa atividade econômica, fácil será determinar que a medida da produção do país melhor corresponderá aquela condição e aquêle objetivo.

Kunznetz (National Income and its composition 1919-1938) define Renda Nacional como:

"Valor líquido de todos os bens econômicos produzidos em um país", correspondendo êsse valor líquido da produção ao valor que chega às mãos do consumidor, antes de se fazerem quaisquer deduções relativas ao consumo dos indivíduos. Será pois o valor líquido para a satisfação das necessidades do consumidor, correspondendo ao objetivo acima mencionado.

É o mesmo que se encontra em Wagemann (Konjunktur - lehre, trad. inglesa).

"a soma das receitas individuais que formam o sistema econômico nacional".

As várias outras possíveis definições de Renda Nacional teriam origem em outras interpretações dêsse líquido no cálculo das receitas individuais conforme as parcelas que se fôsem deduzindo ou adicionando. As variações entre as várias estimativas podendo ser também consequência da extensão das atividades econômicas abrangidas.

II. EXTENSÃO DAS ATIVIDADES ABRANGIDAS PELA ESTIMATIVA DA RENDA NACIONAL

Esta extensão varia, de autor para autor, tanto em virtude de diferença de opinião como dos recursos estatísticos disponíveis. Assim é, que, em nesse caso, a determinação da extensão das atividades a serem abrangidas pela estimativa, se fará de acôrdo não só com o que tem sido tentado modernamente em outros países mais adiantados no assunto, como também de acôrdo com os desses recursos estatísticos.

Existe, como mostram as passagens acima citadas, uma uniformidade bastante grande quanto à extensão das atividades que devem ser incluídas na estimativa de Renda Nacional. Não há porém, identidade e isso faz com que sejam necessários ajustes prévios para que se possam realizar comparações entre os resultados obtidos por estimadores diversos em diferentes países. O cuidado principal que se deve ter, sempre, e conforme transparece de tôdas essas opiniões, é o de evitar a dupla contagem pois o circuito dos pagamentos sucessivos dos consumidores aos intermediários e destes aos produtores e novamente aos consumidores é um processo contínuo, sendo impossível estancear-se esse fluxo em um ponto determinado para se proceder a uma estimativa por meio de contagens ou observação direta.

Constata-se ainda que mesmo quando se julga necessário incluir uma determinada atividade no cômputo da Renda Nacional não será às vezes, possível fazê-lo, pela falta de recursos estatísticos para o seu estudo. Essa omissão consciente não pode ser considerada erro uma vez que seja declarada quando da apresentação dos resultados.

III - CONCEITOS DE RENDA NACIONAL

De acôrdo com a prática comum nos Estado Unidos e a definição do item anterior podemos distinguir duas etapas no cálculo de Renda Nacional:

A RENDA NACIONAL PRODUZIDA será igual ao valor líquido de todos

os bens econômicos produzidos e serviços prestados no País, em um período determinado. Este total é igual ao valor bruto de toda a produção e serviços prestados, menos o valor de toda a matéria prima e equipamentos (capital) consumidos no processo de produção.

Para este processo de produção, os indivíduos com os seus serviços pessoais ou fornecem capital coletiva ou individualmente e recebem compensações, sob a forma de salários, juros, dividendos, retiradas de negócios, aluguéis e "royalties", a soma destas parcelas pode ser designada: RENDA NACIONAL DISTRIBUÍDA.

Em qualquer período, o valor líquido da Produção, ou a Renda Produzida pode ser maior ou menor que a Renda Distribuída. Quando a Renda Produzida excede a Renda Distribuída, houve economia e em consequência um aumento de Riqueza ou Capital Nacional. No caso contrário, a economia é "negativa", para usar-se a expressão dos americanos, isto é, o Capital ou Riqueza Nacional é desfalcado. Isso reflete simplesmente até que ponto as empresas retêm parte dos seus lucros sob a forma de economia ou sustentam pagamentos acima das suas receitas, lançando mão do seu capital ou de empréstimos. Essa parcela, diferença entre Renda Produzida e Renda Distribuída, é de difícil medida, mesmo nos Estados Unidos. Apesar de todas as dificuldades, consegue-se, neste país, resultados aproximados satisfatórios.

No trabalho de Colin Clark (ob. cit.) é feita a distinção entre Renda Bruta e Renda Líquida, coincidindo a definição de Renda Líquida aproximadamente, com a de Renda Nacional Produzida, dos americanos. A Renda Bruta seria a Renda Líquida adicionada de parcela correspondente às despesas com a reparação e substituição dos equipamentos (capital) consumidos no processo da produção.

Para este autor, portanto, não é interessante a dife

renciação entre Renda Produzida e Renda Distribuída como a faz a publicação oficial americana. O fim da presente nota não é discorrer sobre o conceito de Renda Nacional, mas sim de resumir os pontos fundamentais, que devemos ter em vista ao tentarmos a indicação de um programa de estudos sobre Renda Nacional. Não entraremos, porisso, em maiores detalhes e passaremos desde já a questões mais objetivas.

Consumo - Se da Renda Nacional deduzirmos as economias dos consumidores, teremos como resultado a Renda Nacional consumida ou melhor: simplesmente consumo nacional.

IV. O PONTO EM QUE DEVE SER MEDIDA A RENDA NACIONAL.

Estamos aprendendo e esta primeira estimativa servirá mais como experiência para trabalhos futuros, do que como meio de se obter o valor de Renda propriamente dita. Queremos, apenas, acentuar que não poderemos pretender atingir uma precisão que mesmo os países mais adiantados não conseguem. Todas as diferenças e dificuldades não as poderemos prever agora; nós as teremos que sentir, analisar e solucionar, a medida que os estudos particulares forem se desenvolvendo. A luz desses ensinamentos é que podemos adotar normas definitivas para cada caso especial. Um detalhe importante já anteriormente citado, deve, desde já, ser esclarecido: o do ponto em que pode ser medida a Renda. Nos Estados Unidos, foi decidido que a medida da Renda, no ponto da circulação da riqueza em que os indivíduos são pagos pelos seus serviços, permitirá os melhores resultados. A medida nesse ponto, não só daria (lá) os resultados mais precisos e mais definidos (ver National Income, 1929/35) mas também daria ao estimador a melhor oportunidade para eliminar a dupla contagem. Uma tal estimativa tem que ser, forçosamente baseada em estatísticas de rendimentos e de folhas de pagamento. E também a opinião de Colin Clark que "provavelmente as estatísticas mais precisas e completas da Renda Nacional possam ser obtidas deste modo" (ob. cit. pág. 149), sendo, no entanto,

possível o "desejável", que se tenha um contrôlo completamente independente. Esta segunda determinação pode ser feita sôbre estatísticas relativas à utilização ou dispêndio, de Renda Nacional. As estatísticas de consumo ou de venda a varejo, as de impostos diretos recolhidos, as de consumo de gás, energia, eletricidade etc. dos aluguéis e dos vários serviços consumidos, entre os quais os domésticos, transportes, divertimentos, hotéis etc., formam o conjunto de dados do qual foi extraída a estimativa do dispêndio da renda nacional da Inglaterra. Interessante é que, conforme cálculos de autores diferentes, os dois totais chegam a uma concordância animadora, nêste país.

Na escolha do método ou do ponto de medida é importante, também, ter-se em mente, a possibilidade do cálculo simultâneo, tanto da Renda Distribuída, como da Renda Produzida, líquida ou bruta de que prevemos, desde já, grandes dificuldades em estimar-se as contribuições para cobrir desvalorização e obsolência de equipamentos (capital), bem assim como investimentos, no Brasil.

O diagrama que anexamos à presente nota tem por objetivo ajudar a conservação de coerência dos conceitos de Renda, qualquer que seja o ponto em que se pretende medi-la. E indica também nêsse diagrama o circuito fechado dos pagamentos no interior de um país bem assim como as suas relações com o exterior através do Balanço de Pagamentos.

Podemos estabelecer, para facilitar o raciocínio, algumas relações fundamentais. Para isso, chamamos:

E - Exportação de bens e serviços.

I - Importação de bens e serviços.

JD_n - Juros e dividendos do capital nacional aplicado no exterior.

JD_e - Juros e dividendos do capital estrangeiro aplicado no país.

Inv_n - Novos investimentos do capital estrangeiro no país.

Inv_e - Novos investimentos do capital nacional no estrangeiro.

Temos então, em primeira aproximação, a igualdade fundamental do Balanço de Pagamentos:

$$E + Inv_e + JD_n = I + Inv_n + JD_e \quad (1)$$

Se chamarmos ainda de Inv_i os novos investimentos no interior do país de recursos do próprio país e se chamarmos de C o Consumo nacional incluindo nessa parcela bens de consumo e serviços, teremos para Renda Nacional:

$$RN \text{ produzida} = C + Inv_i + Inv_n - Inv_e \quad (2)$$

$$\text{equivalente a} \quad C + Inv_i + [(E + JD_n) - (I + JD_e)] \quad (2a)$$

Se deduzirmos os saldos das empresas teremos:

$$RN \text{ distribuída} = RN \text{ produzida} - [Inv_i + Inv_n - Inv_e] \text{ das empresas} \quad (3)$$

finalmente, se deduzirmos os investimentos dos particulares:

$$RN \text{ consumido} = RN \text{ produzido} - [Inv_i + Inv_n - Inv_e] \text{ das empresas} \\ - [Inv_i + Inv_n - Inv_e] \text{ dos particulares} = C \quad (4)$$

Se porém ao envez de querermos medir a Renda nesse ponto preferirmos utilizar dados de produção, temos que calcular a produção líquida entendendo-se por esse valor o líquido depois de deduzidas as despesas com a produção e incluindo-se nessas despesas as provisões para conservação do capital. Será composta de duas parcelas a primeira correspondendo aos salários, retiradas, ordenados, etc. e a segunda aos saldos não distribuídos das empresas. Nas deduções para a obtenção do valor líquido temos que prestar bastante atenção à dedução relativa aos novos investimentos estrangeiros no país, porquanto essa parcela aparecerá incluída no valor da receita bruta total das atividades produtoras, indo influenciar o valor líquido de produção. Como o nosso objetivo é em geral calcular a Renda Nacional produzida que fica no país, devemos deduzir do total obtido dessa maneira, os juros e dividendos do capital estrangeiro aqui aplicado. Temos então:

$$\text{RN produzida} = [\text{salários} + \text{ordenados} + \text{retiradas} + \dots] + \\ + [\text{saldos das empresas}] - \text{Inv}_e - \text{JD}_e \quad (5)$$

Para obtenção da Renda Nacional distribuída e consumida far-se-ão as mesmas deduções já mencionadas acima nas fórmulas (3) e (4).

Para podermos pois a qualquer momento termos o valor de Renda Nacional sob qualquer das suas formas usuais, será indispensável que se colem dados detalhados e classificados convenientemente. Por qualquer processo que nos dê valores globais não poderemos tirar conclusões interessantes.

Antes de passarmos a assuntos mais diretamente ligados aos nossos problemas queremos chamar a atenção para um facto que exige explicação: Na fórmula (5) deduzimos o valor dos novos investimentos estrangeiros no país, e no entanto não deduzimos o valor das emissões de papel moeda. Parece-nos que representando o papel moeda uma criação de riqueza - papel - não se justifica a sua dedução. O seu efeito será aliás automaticamente compensado porquanto as estimativas de Renda Nacional sendo feitas em moeda corrente do país, só têm valor no tempo, se forem acompanhadas de abundantes índices de preços e nesses índices aparecerão os efeitos daquela emissão. A emissão que foi somada à receita bruta das actividades industriais, produzindo como resultado uma certa produção líquida, entrará no índice de preços aumentando o divisor. Voltaremos ao assunto ao tratarmos dos problemas da Renda produzida pelo Governo.

V - O NOSSO PROBLEMA E OS NOSSOS RECURSOS.

Os nossos recursos são poucos. Para as primeiras estimativas teremos que contar somente com os dados existentes, deixando novas apurações para um programa futuro.

Se a extensão das actividades a serem incluídas na estimativa de Renda são dependentes em grande parte desses recursos estatísticos, também o método de cálculo não pode ser previamente estabelecido sem o conhecimento dos mesmos recursos.

Temos que lançar mão de tudo que existir e mesmo assim ficarão muitas lacunas. Mediremos pois cada parcela da Renda Nacional correspondente a diferentes ramos de atividade ou diferentes formas de pagamento, em um ponto diferente. Porisso é de maior importância firmar bem o que se está procurando estimar para que nêsse processo misto não se cometam erros desnecessários.

- 19) Estabelecer a composição numérica, por ramos de atividade, tanto da população ativa como dos estabelecimentos com objetivos econômicos existentes no país. Se possível por cada Estado e cada região dentro dos Estados.
- 29) Avaliar, em seguida, para cada grupo, ou cada ramo, por métodos apropriados, a Renda a êle correspondente. Essa avaliação poderá ser realizada por meio de estatísticas completas de um determinado ramo, por estatísticas parciais que possam ser generalizadas com precisão satisfatória, lançando mão, portanto, de tôdas as informações disponíveis.
- 39) Para os casos em que todos êsses recursos existentes não satisfaçam, promover, mediante entendimentos com o I.B.G.E., a realização de inquéritos especiais visando preencher as lacunas encontradas.

Procuraremos, agora, sumariamente descrever as soluções que nos parecem indicadas para cada caso, sem entrar em muitos detalhes que, embora importantes, não apresentam muito interesse no momento quando só se está cogitando de julgar em linhas gerais a possibilidade de uma estimativa de Renda Nacional.

VI. COMPOSIÇÃO DA POPULAÇÃO E NÚMERO E DISTRIBUIÇÃO DOS ESTABELECIMENTOS.

É necessário ter-se, em primeiro lugar, com bastante detalhe, a composição da população brasileira, quanto ao sexo, idade e distribuição por ramos e classes de atividade (ver anexo II, cópia de classificação das atividades adotadas pelo Censo de 1940). É possível ter-se ainda, em parte, a subdivisão da população por classes: salarizados, que trabalham por conta própria e patrões. As fontes para obtenção de todos êsses elementos serão: Censo de 40, os inquéritos periódicos do I.B.G.E. e os dados estatísticos dos Institutos e Caixas de Aposentadoria

e Pensões. São de particular importância os anos de 40, por ser o ano do Censo e 43 e 44 por serem os anos em que a Diretoria do Imposto de Renda começa a ter elementos estatísticos interessantes. O resumo dos resultados do Censo de 40, pode ser apresentado aqui para que se tenha uma primeira idéia da importância relativa de cada um dos ramos de atividade, sem subdivisão em classes, e do total da população ativamente empregada (com exceção dos serviços domésticos).

C E N S O D E 1 9 4 0

RAMOS DE ATIVIDADE:	População de 10 anos/mais (milhões)	% aproximado do total
Agricultura, Pecuária, Silvicultura	9,45	67.5
Indústrias Extrativas	0.39	2.8
Indústrias de Transformação	1.40	10.0
Comércio de Mercadorias	0.75	5.4
Comércio de Valores	0.05	0.4
Transporte e Comunicações	0.47	3.4
Administração Pública, Justiça, Ensino	0.31	2.2
Defesa Nacional, Segurança Pública.	0.17	1.2
Culto, Ensino particular, profissões liberais, etc.	0.12	0.9
Serviços e atividades sociais	0.90	6.4
Total	14.01	

N O T A: A inclusão da classe de 10 a 14 anos, na população ativa, embora ilegal, representa uma realidade, que deve ser levada em consideração.

Completando o recenseamento anterior da população ativa do Brasil, é indispensável também o conhecimento do número, classificação e outras características de todos os estabelecimentos com objetivos de exploração econômica, no país: agrícolas, industriais, comerciais, de serviços, etc. Do mesmo modo que no levantamento anterior, lançaremos mão dos resultados do Censo de 1940, bem assim como os inquéritos do I.B.G.E. E do maior interesse o fato de podermos classificar esses estabelecimentos pela natureza da propriedade e pelo número de pessoas empregadas. Os resultados do Censo devem ser satisfatórios neste campo, porquanto, objetivou-se no seu programa justamente o conhecimento desta composição e distribuição dos estabelecimentos pelo país. Em particular nos ramos correspon-

dentes aos serviços, tais que: hotéis, restaurantes, barbeiros etc., a lista com o número dos estabelecimentos e suas características será fundamental pois a falta de dados específicos nesse ramo é muito séria.

VII. CLASSIFICAÇÃO DOS RENDIMENTOS.

Conhecida a distribuição quantitativa dos estabelecimentos agrícolas, industriais, etc., e da população ativa, pelos diversos ramos de atividade, podemos dividir, para facilidade de estudo, a Renda Nacional, em duas parcelas, que analisaremos em separado:

- 1º) Renda proveniente das atividades privadas no interior do país, incluindo todos os estabelecimentos e indivíduos acima mencionados, sem distinção de nacionalidade, e podendo ser decomposta em:
 - a) Renda proveniente dos lucros, dividendos e retiradas de negócio etc.
 - b) Salários, ordenados, comissões, bonificações, etc.
 - c) Renda não distribuída: investimentos, economias (com sinal mais ou menos), etc.
- 2º) Renda proveniente das atividades do Governo, incluindo a administração e a defesa nacional, segurança pública, justiça, educação etc.

As questões relativas às atividades privadas (item 1º), podem ser apresentadas de uma maneira geral, quanto aos meios de se obterem os elementos estatísticos relativos aos itens a), b), e c), antes que se entre em estudos particularizados sobre cada ramo de atividade.

A) - Lucros, Dividendos, Retiradas de Negócios, etc.

As melhores fontes de informações para todos estes tipos de receitas são as estatísticas da Diretoria do Imposto de Renda. Os balanços financeiros dos estabelecimentos (pessoas jurídicas), estarão em poder desta Diretoria. Eliminados os dados incertos ou pouco prováveis podem-se retirar amostras em proporções suficientes ou mesmo uma maioria grande dos estabelecimentos - controlado o seu número pelos resultados do censo - obtendo-se daí a sua Renda Bruta, deduções e Renda Líquida; sendo da

maior importância também o valor dos salários pagos, retiradas de negócios e dividendos distribuídos assim como as quantias levadas às contas de fundos de reserva, previdência, etc.

Estes elementos, relativos às sociedades e grandes empresas (pessoas jurídicas em geral) têm que ser completadas por estatísticas relativas aos indivíduos (ou pessoas físicas) tomando-se cuidado especial em evitar-se a dupla contagem de rendimentos.

Existe ainda a ser considerada a arrecadação na fonte.

Todo este apanhado dos resultados estatísticos do Imposto de Renda, será levado a efeito, parceladamente, por ramos de atividade e por Estados.

Os elementos estatísticos do Imposto de Renda relativos aos indivíduos (pessoas físicas) fornecem resultados das somas dos rendimentos declarados, classificados os declarantes por profissões ou ramos de atividade e os rendimentos, por cédula, com indicações ainda sobre rendimento bruto, deduções, rendimento líquido e imposto pago.

Uma parte dos rendimentos das pessoas físicas será correspondente a salários - possivelmente computada em outros pontos - porém a classificação dos rendimentos por cédulas permitirá a sua separação, e conseqüentemente, a eliminação da dupla contagem. Há evidentemente numerosos casos de evasão no Imposto de Renda, parcial ou total.

Não tomaremos todos os resultados do Imposto de Renda porém apenas aqueles que nos parecerem dignos de confiança. Nos setores onde a evasão fôr naturalmente grande simplesmente abandonaremos os dados do Imposto de Renda; assim procederemos com os resultados relativos à agricultura, profissões liberais etc..

B) - Salários, Ordenados, Gratificações etc.

Uma parte destes rendimentos já se encontra citada no item anterior. O grosso desta classe porém não figura no Im

posto de Renda. São elementos essenciais, para obtenção das folhas de pagamento as Estatísticas dos Institutos e Caixas de Aposentadoria. Os Institutos e as Caixas possuem serviços de estatística capazes de fornecer o número de segurados a sua folha de pagamento total e a sua distribuição por classes de salários até o máximo de 2.000,00 cruzeiros mensais.

O imposto de Renda leva a isenção até 1.000,00 cruzeiros mensais, havendo, portanto, como já foi indicado, uma superposição de contagem entre 1.000,00 e 2.000,00 cruzeiros, facilmente eliminável aliás.

Nova questão importante que surge aqui é do pagamento de "bonus" e semelhantes - na indústria principalmente - pagamentos estes que não são computados pelos institutos e devem ser avaliados por inquéritos especiais.

Sempre que não existirem informações completas da folha de pagamento será possível com o conhecimento do número de indivíduos componentes de um determinado grupo e do seu salário médio, obter de maneira indireta esse total.

C) - Rendas não distribuídas, Investimentos, Economias.

Este estudo, virá, em parte como consequência do item anterior. Talvez do Imposto de Renda se obtenham resultados bastante interessantes quanto a fundos de reserva e de depreciação, lucros não distribuídos etc. A parcela da Renda Nacional não distribuída, consistirá, porém, não só destes lucros e reservas como também dos investimentos públicos que decorrerem do item 2º, bem assim como dos investimentos das Estradas de Ferro, construções particulares, prédios etc., de bastante difícil cômputo. Muitas vezes, portanto, não será possível dividir bem a renda entre os itens a) e b), sendo que isso não afeta, no entanto, a justeza do total (a mais b).

Não convém entrarmos aqui em maiores detalhes, realizando este estudo mais particularizado, em separado para os principais ramos de atividade.

VIII. AGRICULTURA, PECUÁRIA, SILVICULTURA.

Este grupo ocupava, em 1940, cêrca de 9.45 milhões de indivíduos, de mais de 10 anos de idade, ou sejam 67,5% da população ativa total do Brasil. A atividade agrícola é, essencialmente diferente de tôdas as outras adiante estudadas. Todos os dados relativos a número de empregados, população ativa etc. são de difícil determinação porquanto os limites entre as várias formas de ocupação são pouca distintos. O ponto principal de incerteza das estimativas de Renda auferida nas atividades agrícolas é porém, o que decorre da retenção na própria fazenda ou sítio, de uma certa quantidade de produtos agrícolas para consumo próprio dos produtores, quantidade esta que não pode entrar com precisão em nossas estatísticas de produção. Voltando a citar - por falta de conhecimentos da situação do Brasil - o caso dos Estados Unidos, lembramos que naquele país (ver cit. pág. 59) "em 1932, o valor da produção retida para consumo em casa soma a mais da metade da Renda auferida pelos operadores de fazendas". A proporção para o Brasil deve ser maior ainda. Infelizmente, os dados do Impôsto de Renda sôbre êste ramo de atividade são de uma precariedade extrema - inúteis mesmo, poderemos dizer.

Um método para estimativa consistiria em admitir que a Renda Líquida auferida, incluindo tanto os lucros e retiradas de negócio como os salários, ordenados etc., fôsse igual a uma fração, mais ou menos constante para cada região de país, de Renda Bruta ou Valor Bruto da Produção Agrícola. Restaria adicionar ao resultado obtido desta maneira uma estimativa do valor total dos produtos consumidos na própria fazenda ou sítio, e que não entraram no cômputo de Produção Agrícola Nacional. Talvez o único meio de se obter êsses dados, seja a realização de inquérito, em várias regiões do país, tomados alguns municípios típicos, bem escolhidos, que servissem de amostras básicas para uma generalização.

Um cálculo acessório, de grande valor para completar o estudo acima indicado, seria a estimativa da fôlha de pagamento total, obtido pela consideração dos salários médios vigentes em cada região. O Censo de 1940 apresenta aqui, uma colaboração importante: - uma tentativa de determinação dos salários médios para o ano de 1940. Como exemplificação da relação que existe comumente entre renda líquida e renda bruta (produção), na agricultura, indicamos no quadro abaixo os resultados referentes a vários anos consecutivos, nos Estados Unidos e na Inglaterra:

Relação entre a Renda Líquida (lucros, retiradas, salários etc.) e a Renda Bruta ou valor da produção, na Agricultura.

1º ESTADOS UNIDOS (in. "National Income" 1929/35):

A N O S	1929	1930	1931	1932	1933	1934
Relação (%)	56.5	53.5	47.6	40.5	48.5	55.5

2º INGLATERRA (in. Colin Clark ob. cit.):

ANOS	1924	1925	1926	1927	1928	1929	1930	1931	1932	1933
Relação %	38	44	42	36	36	36	47	44	42	45

Podemos dar, ainda, para os Estados Unidos as parcelas principais em que se distribui a Renda Bruta e a fração dessa Renda que se transforma em Renda Líquida.

DISTRIBUIÇÃO DA RENDA BRUTA DA AGRICULTURA

(Estados Unidos, em % de Renda Bruta)

	1929	1932	1934
Renda Bruta	100,0	100,0	100,0
<u>Deduções:</u>			
1. Despesas de produção	15,7	20,6	15,8
2. Aluguéis a proprietários de terras ...	12,9	13,7	11,9
3. Juros	3,9	5,3	3,4
4. Impostos	4,1	5,9	3,7
5. Depreciações e Obsolescência	6,9	14,0	9,7
T O T A L	43,5	59,5	44,5

	1929	1932	1934
Renda Líquida:			
6. Salários	10,8	9,9	9,0
7. Lucros, dividendos, ordenados	45,7	30,6	48,5

Com a citação destes dados, não desejamos absoluta - mente indicá-los como aplicáveis ao Brasil, mas apenas dar uma idéia da importância relativa das diversas despesas a que deve fazer face a agricultura. Não cabe a um trabalho como o que fa_zemos agora, a indicação de soluções detalhadas de como podere_{mos} fazer face a tôdas as questões que surgem quando a distri_{buição} das despesas da agricultura, apenas podemos fazer, o que aquí tentamos; indicar meios "possíveis" de se obterem os da_{dos}. Assim é que: os impostos podem ser deduzidos das suas fon_{tes} arrecadadoras e o Conselho Técnico de Economia e Finanças poderá fornecê-los; as despesas de produção, podem ser retira_{das} em grande parte do valor da produção e importação de mate_{riais} destinados à agricultura e pecuária etc..

Em conclusão: a menos que numerosos outros elementos estatísticos ainda não conhecidos venham se apresentar, o re_{sultado} que se pode esperar de estimativa de Renda de Agricul_{tura} é precário. Constitui este o ponto em que teremos que pro_{por} maior número de medidas tendentes a um conhecimento melhor da situação em futuro próximo.

IX. INDÚSTRIA E COMÉRCIO.

O total da população ocupada nêstes dois ramos era, em 1940, de dois milhões e duzentos mil. Este grupo, por oposi_{ção} ao anterior, é o que apresenta maior abundância de infor_{mes} utilizáveis.

Temos os elementos fundamentais ao Censo de 40; temos provavelmente dados bastante interessantes do Impôsto da Renda; temos os inquéritos mensais recentemente realizados pelo IBGE para a Defesa Nacional; temos enfim os elementos estatísticos do Serviço de Estatística da Previdência e do Trabalho. O ques_{tionário} preparado por este último, compreende um grande número

de informações preciosas infelizmente ainda não apuradas de maneira conveniente.

Os inquéritos do IBGE incluem apenas os estabelecimentos industriais e comerciais atacadistas, localizados nos municípios das Capitais, que tiveram no ano anterior ao do inquérito, movimento total de vendas superior a cem mil cruzeiros. Até dezembro de 1944 cobriam, apenas os seguintes pontos de interesse para o nosso estudo:

- Número de informantes
- Venda efetuadas
- Impostos pagos (total)
 - Imposto de consumo
- Despesas com pessoal (total)
 - Fôlha de pagamento aos empregados
 - Comissões e retiradas.

A partir de janeiro de 1945, porém, passaram a apresentar mais os seguintes dados:

- Despesa com pessoal (total)
 - Fôlha de pagamento aos empregados
 - Gratificações e comissões aos empregados
 - Comissões a intermediários
 - Retiradas de sócios e proprietários
- Lucros e dividendos distribuídos
- Principais impostos pagos (total)
 - Importação
 - Consumo
 - Sobre a Renda
 - Vendas mercantis
 - Indústria e Profissões
 - Lucros extraordinários
- Valor das matérias primas adquiridas
- Valor dos combustíveis adquiridos
- Energia elétrica (fôrça) paga.

Ainda é um pouco cedo para analisarmos os resultados obtidos (mês de janeiro apenas) com este inquérito mas é de esperar que constitua uma valiosa contribuição para o conhecimento da situação.

O serviço de Estatística da Previdência e do Trabalho, pelo seu lado, vem tentando coletar elementos relativos à nossa indústria e são dignos de atenção os resultados obtidos:

- a) Sobre a fôlha de pagamento dos empregados, desde o ano de 40 ao de 44 provenientes das declarações da lei dos 2/3.

- b) Sobre as principais características das sociedades anônimas, desde 40 até 44, provenientes do registro obrigatório das mesmas.
- c) Sobre as principais características das indústrias relativas aos anos de 41 e 42, provenientes do registro industrial.

A Indústria das construções é de grande importância, e não é coberta pelas estatísticas industriais e comuns. É pena que não se disponha também de inquérito especial algum sobre este ramo, pois ele é intimamente ligado à importante questão dos investimentos. Teremos possibilidade de obter das Prefeituras das grandes cidades elementos interessantes para uma estimativa desses investimentos.

X. TRANSPORTES E COMUNICAÇÕES.

A respeito deste ramo, temos, além dos elementos do Censo e Imposto de Renda, as estatísticas do Departamento de Estradas de Ferro e os Relatórios das Estradas e Companhias de Navegação Marítima e Aérea, que são em geral publicados. Os Institutos inclusos neste ramo são os da Estiva, Transportes e Cargas e Marítimos, bem assim como numerosas caixas.

XI. ENSINO PARTICULAR, PROFISSÕES LIBERAIS E ADMINISTRAÇÃO PRIVADA.

Este grupo representa o ponto mais difícil de toda a estimativa. O que reduz a importância da imprecisão que forçosamente aqui será grande é o fato da pequena parcela que o grupo representa do total da população ativa, menos de 0,9%, ou sejam cerca de 120.000 pessoas em 1940. Os únicos elementos estatísticos que dispomos sobre a educação são relativos às Escolas Oficiais, podendo-se tentar, apenas uma generalização desses resultados para todo o campo de instrução privada.

XII. SERVIÇOS E ATIVIDADES SOCIAIS.

Ainda o Imposto de Renda será neste caso um elemento indispensável. A classificação dos estabelecimentos e as suas características, tiradas do censo dos serviços representam a base fundamental para o estudo deste grupo. Numerosos dos seus sa

lariados estarão entre os associados do Instituto dos Comerciais porém a maioria talvez não esteja incluída em nenhum Instituto ou Caixa de Previdência.

XIII. GOVERNO.

Os problemas decorrentes da tributação e da maioria das outras fontes de receita do Governo, são bastante complicados e é difícil adotarmos, desde já, um programa definitivo para a sua estimativa.

As estimativas inglesa e americana neste ponto divergem profundamente. Para os americanos, é de tão difícil cômputo a parte dos investimentos do Governo, dependendo de uma contabilidade complexa e inexistente, que eles consideram a Renda Produzida pelas atividades do Governo, como sendo igual à Renda Distribuída, isto é, a soma dos salários, ordenados, gratificações e juros pagos pelo Governo. Já em Colin Clark, encontramos uma estimativa da Renda total do Governo, sem considerações sobre a sua distribuição entre: salários, investimentos, material de consumo e manutenção etc., etc. O trabalho de Colin Clark aliás não é claro neste ponto, parecendo considerar como Renda de Governo a soma de todos aqueles impostos e taxas indiretos, bem assim como os lucros de operações financeiras realizadas pelo Governo e a emissão de notas. Não é fácil compreender o que ele procura representar com esta soma porquanto se fôsse possível a apuração ideal de todas as receitas e despesas de Governo com detalhe, teríamos o balanço financeiro abaixo indicado.

1. De um lado, a soma de todas as receitas:

- a) provenientes de impostos e taxas diretos
- b) provenientes de impostos e taxas indiretos
- c) provenientes de rendas industriais, patrimoniais, etc.
- d) operações financeiras, empréstimo, etc.
- e) emissão de papel moeda.

2. Do outro lado, a soma de todas as despesas:

- A) com o pessoal

- B) com material de conservação etc., despesas de produção
- C) com investimentos, obras públicas, ouro, caixa (+ ou -)
- D) com serviço de dívida, juros
- E) com amortização de dívidas.

Os totais acima mencionados devem equilibrar-se exatamente.

O Governo poderá agora ser considerado como uma empresa privada, cujos serviços e bens produzidos, são vendidos a um preço compulsório. Surge aí uma certa dificuldade no cálculo de Renda Produzida pelo Governo. Dentre os vários cálculos da produção do Governo, dois parecem ser mais usados:

1º) mais simplista: Renda avaliada pelo custo de produção, somando simplesmente salários etc., com os juros de dívida pública. Não leva em consideração os investimentos, saldos, dívidas, amortizações. Em resumo, não considera as variações sofridas pelo Capital Nacional: $\text{Renda Governo} = A + D$ (1)

2º) pelo valor do mercado: Admite-se que os impostos diretos pagos pelos consumidores corresponde a uma parcela de serviços prestada a êsses consumidores e que os impostos e taxas indiretos correspondem aos serviços prestados às Empresas. Admite-se ainda que essa divisão arbitrária seja aproximadamente justa. Baseados nêsses dois pontos poderemos calcular a Renda produzida pelo Governo exatamente como fizemos para uma empresa particular: $\text{Renda Produzida} = \text{valor de produção menos bens e serviços consumidos no processo de produção, inclusive conservação do capital}$. Se fizermos abstração em uma primeira aproximação, da emissão de papel moeda, teremos:
 $\text{Valor de produção} = \text{impostos e vendas industriais etc.} = a + b + c$
 $\text{despesas de produção} = B$

$$\text{Renda Produzida} = a + b + c - B \quad (2)$$

Essa expressão é facilmente transformável em uma outra, pois:

$$a + b + c + d = A + B + C + D + E \quad (\text{e omitido}) \quad (3)$$

donde:

$$\text{Renda Produzida} = a + b + c - B = A + D + [c + E + F - d] \quad (4)$$

ora: $A + D \pm \text{pagamentos a indivíduos} = (1)$

e $(c + E + F - d) = \text{Resultado final das modificações no capital nacional (+ ou -)}$

Se possível a sua aplicação, parece-nos pois bem mais perfeito o segundo método.

A introdução do item "emissão de papel moeda" se, acarreta um problema delicado. Podemos introduzi-lo nas fórmulas (2) e (3) ou somente na (3). Se o introduzimos também na fórmula (2) estamos considerando a receita proveniente da emissão de papel moeda como sendo correspondente a uma produção! No entanto estamos medindo a Renda Nacional por meio de seu valor monetário - papel - e a emissão é uma produção de moeda papel! Raciocinando com um caso concreto: Se emitirmos em um determinado ano a quantia de 10 bilhões e realizarmos investimentos com esses 10 bilhões e se não tivermos admitido a soma desses 10 bilhões na fórmula (2), teremos no resultado final:

$$\text{Renda Produzida} = A + D + [c + E + F - d - e] \quad (4a)$$

$$\text{onde: } c = 10 \text{ bilhões} = e \quad \therefore c - e = 0$$

A emissão e o investimento se terão anulado, não havendo para a Renda Nacional nenhuma contribuição dessa operação. No entanto, o índice de preços que vai corrigir os valores monetários de Renda Nacional sofrerá a influência daquela emissão e entrará como divisor do total da Renda Nacional.

O ponto de vista dos americanos e dos ingleses não é bem claro sobre esse ponto. Parece-nos que Colin Clark admite a emissão como uma das receitas do Governo em pagamento de serviços prestados.

Julgamos que muito cuidado deve haver nesse ponto e em primeira aproximação podemos tomar:

$$\text{Renda Produzida pelo Governo} = a + b + c + e - B = \quad (2a)$$

$$= A + D + [c + E + F - d] \quad (4b)$$

XIV. REDA NACIONAL E ÍNDICES DE PREÇOS.

A escolha dos índices de preços é extremamente difícil, e o seu cálculo muito trabalhoso. É indispensável, porém, a

sua utilização como complemento da estimativa de Renda Nacional, podendo ser orientada para dois objetivos distintos ou para uma combinação de ambos.

A primeira orientação será tendente a verificar o poder de consumo da Renda Nacional, consistindo na redução de toda a Renda, incluindo os investimentos, a consumo. Representaria a capacidade virtual de consumo daquela Renda. Um índice de custo de vida nacional, satisfaria uma tal orientação.

A segunda orientação, oposta à primeira, exigirá a redução do valor total de Renda à capacidade de produção. Representaria a produção total Nacional. Um índice de preços por atacado, corresponderia bem a esta orientação.

Na combinação dos dois, parece que devemos encontrar o caminho mais seguro, embora mais difícil, para um resultado satisfatório. Existem, aliás, ainda índices particulares diversos, tais que preços de mercadorias importadas e exportadas, e índices de preços por atacado decompostos em índices de bens de consumo e de produção etc.

As dificuldades encontradas em um estudo de índices são sem dúvida muitas, e a seguinte observação da publicação oficial americana National Income 1929/35, é bastante instrutiva:

"Infelizmente os índices de preços disponíveis não são suficientemente representativos para justificarem o seu uso para correção das influências dos preços nas estimativas de Renda. O índice de preços por atacado do "Bureau of Labor Statistics" representa apenas comodidades, enquanto as estimativas de Renda Produzida incluem valores correspondentes tanto aos serviços prestados como às comodidades produzidas. O índice de custo de vida, da mesma repartição, cobre apenas salarizados urbanos e dificilmente pode ser considerado como representativo do índice de custo de vida de todas as pessoas."

XV. ESTATÍSTICAS DE CONSUMO.

Começam a ser coletadas as primeiras estatísticas que permitem estudos sobre o consumo nacional. Todos os elementos que puderem ser colhidos nesse setor serão preciosos para o controle dos elementos obtidos pelos outros caminhos. Até agora

porém os elementos de que dispomos neste Setor são muito pouco detalhados, servindo apenas para cálculos globais. Como o cálculo de Renda Nacional não é o nosso principal objetivo, porquanto um tal número de pouco nos servirá, não podemos seguir o caminho das estatísticas de consumo como base para o estudo.

Elas servirão, certamente, como auxiliares das outras que procuramos enumerar nas páginas anteriores. De imediato teríamos resultados de fácil obtenção das estatísticas do Imposto de Vendas e Consignações, dos aluguéis (Renda Imobiliária das Prefeituras) Transportes, Iluminação e gás; resultados dos Inquéritos do IBGE a que já nos referimos no nº IX.

Rio de Janeiro, 8 de março de 1947.

RENDA BRUTA DO SETOR PRIVADO
(FACTOR COST)
DISTRIBUIÇÃO POR TIPOS DE PAGAMENTOS

RAMOS DE ATIVIDADE DE ACÓRDO COM A CLASSIFICAÇÃO DO CENSO		Popula- ção ati- va 1940	Renda Distribuída (paga)					Economias das SA' e das Emprê- sas	TOTAL Renda Produ- zida	Valor Bruto da Pro- dução	Pagamentos de Impos- tos Indire- tos	Consumo interme- diário	TOTAL Renda Produ- zida
			salários ordenados etc.	pensões aposent- tadorias	Juros	Dividen- dos, reti- radas etc	Aluguéis liquidos Royalties						
DISTRIBUIÇÃO POR RAMOS DE ATIVIDADE	Número da coluna		1	2	3	4	5	6	7=11	8	9	10	11=7
	A. Agricultura, Pecuária	9.45	?	?	?	?	-	?	?	0	0	0	0
	B. Indústrias Extrativas	0.39	?	?	?	?	-	?	?	0	C	C	C
	C. Industrias de Transformação	1.40	0	0	?	0	-	0	0	0	0	0	0
	D. Comércio de Mercadorias	0.75	0	0	?	0	-	0	0	0	C	?	?
	E. Comércio de Valores, imóveis, capitalização	0.05	0	0	?	0	-	0	0	0	-	-	-
	F. Transportes e Comunicações	0.47	0	0	?	0	-	0	0	0	-	-	-
	G. Culto, profissões liberais, ensino privado	0.12	C	C	?	C	-	?	?	?	?	?	?
	H. Serviços e atividades sociais	0.90	C	C	?	C	-	C	C	?	?	?	?
	I. Atividades domésticas remuneradas	?	0	-	-	-	-	-	0	-	-	-	-
	J. Parcela não distribuível aluguéis	-	-	-	-	-	0	-	0	0	0	-	0
	TOTAL do Setor Privado	-	?	?	?	?	0	?	?	?	?	?	?

CONVENÇÕES - 0 melhores informações; C informações incompletas; ? ainda não encontramos meios de estimar; - parcela não existente ou sem interesse maior

$$7 = 1 + 2 + 2 + 4 + 5 + 6; \quad 11 = 8 - 9 - 10; \quad 7 = 11$$

RENDAS NACIONAIS

SUGESTÕES PARA UM PROGRAMA DE TRABALHO.

I - Estabelecidas em linhas gerais os fundamentos teóricos para a estimativa da Renda Nacional no Brasil passamos ao esboço de um plano objetivo de coleta e apuração de dados bem assim como de um plano de inquéritos especiais para preenchimento das principais lacunas estatísticas existentes.

Não queremos repetir definições e conceitos de conhecimento geral. Nesse ponto as duas notas que apresentamos com data de 18 de junho (Renda Nacional, comparação de vários conceitos) e 20 de julho (Renda Nacional, ainda a comparação de conceitos) exprimem o novo ponto de vista.

Apenas neste último admitimos que a decisão do Núcleo sobre o cálculo da Renda produzida pelo Governo consistia em adoção do método do Department of Commerce dos EE.UU. quando ao contrário ficou resolvido tentar uma estimativa de Investimentos do Governo.

Como nosso objetivo não é organizar um programa de trabalho para obter imediatamente e de qualquer maneira um total para a Renda Nacional do Brasil mas sim preparar um trabalho mais sólido, devemos ter em mente cálculo não de uma modalidade de Renda Nacional mas sim de várias. Para cada problema que se queira estudar à luz dos conhecimentos de Renda Nacional utilizaremos um conceito: Produzida, Distribuída, Consumo, etc.

Além disso, a fixação inicial de um só caminho a seguir poderia nos levar ao meio mais difícil, inconveniente esse que será evitado pela pesquisa de todos os elementos de possível interesse, simultaneamente, tendo em vista a sua aplicação ao cálculo ou controle de cálculo da Renda Nacional compreendida de qualquer dos modos já ventilados aqui.

II - Algumas restrições no entanto desde já devem ser apresentadas para que o nosso programa de trabalho não fique excessivamente ousado.

Conceito bruto ou líquido - A diferença entre os dois é, como sabemos a parcela correspondente à Conservação do Capital. Nos países mais adiantados e de maiores recursos estatísticos é difícil o cômputo dessa parcela. Aquí como normas contábeis elásticas e ausentes em muitos casos um cômputo das despesas ou previsões para conservação do Capital, incluiria, pelo menos agora, arbitrariedades excessivas. Julgamos mais prudente deixar de lado a preocupação de Renda líquida na nossa primeira estimativa e considerar a Renda bruta, inclusive conservação do Capital.

Market prices on factor cost - Já aquí podemos adotar qualquer dos critérios sendo a passagem de um para o outro relativamente fácil de se fazer.

Renda produzida, distribuída e Consumida - De um modo geral devemos tentar o cálculo da Renda Produzida e Distribuída. Já o Consumo depende de avaliações bem complicadas de margens de distribuição uma vez que não se têm dados diretos em abundância dos preços de varejo de todos os bens e serviços que entram na formação do Consumo nacional. A possibilidade de se realizar uma estimativa do Consumo total indiretamente dependerá da possibilidade de se calcular o investimento total ou o "Capital Formation". Essas cogitações já devem corresponder, no entanto, a uma segunda fase de trabalho.

Atividades dos Governos - O trabalho nêsse setor poderá ser progressivo. À medida que formos obtendo maiores informes sôbre as atividades dos Governos procuraremos esquemas cada vez mais satisfatórios. Não é possível de antemão prever até onde poderemos ir.

Resulta das observações acima que, das três modalidades principais sob as quais se apresentam os resultados dos cálculos de Renda Nacional:

pelos tipos de pagamento,

pelos ramos de atividade e

pelo consumo e formação de capital,

o nosso programa inicial visará apenas as duas primeiras, sendo provável que só obteremos, em primeira aproximação, um resultado misto.

III — Para melhor se poder dar um balanço dos campos em que se poderá procurar os recursos estatísticos necessários, organizamos o quadro anexo, no qual fizemos a distribuição de Renda Nacional correspondendo ao Setor Privado:

A) pelos tipos de pagamento.

1) Salários, ordenados, etc.

2) Pensões, aposentadorias.

3) Juros.

4) Dividendos e retiradas de negócio.

5) Aluguéis líquidos e Royalties.

6) Economias das Empresas.

B) pelos ramos de atividades de acordo com a classificação do Censo de 1940:

a) Agricultura, Pecuária, Silvicultura.

b) Indústrias Extrativas.

c) Indústrias de Transformação.

d) Comércio de Mercadorias.

e) Comércio de Valores, Imóveis, Capitalização, etc.

f) Transportes e Comunicações.

g) Culto, profissões liberais, ensino privado.

h) Serviços e atividades sociais.

i) Atividades domésticas remuneradas.

Setor Governo - Deixamos de fazer as parcelas correspondentes no Setor Governo por não ser possível cá

cular no Governo a Renda produzida pelos diversos modos adotados para as atividades privadas.

Incluimos no entanto, ainda nesse quadro colunas correspondentes às parcelas pelas quais poderíamos de outro modo calcular a Renda Produzida por cada um dos setores a, b, c, ... etc.:

- 7) Valor bruto da produção.
- 8) Pagamentos de impostos indiretos.
- 9) Consumo intermediário.

O nosso objetivo final seria pois o preenchimento de tôdas as parcelas resultantes da associação dessas três distribuições de Renda Nacional.

O nosso objetivo imediato seria o preenchimento do mínimo de parcelas suficientes para a obtenção de um total geral de RN.

Será possível e provável, pois, como já dissemos que os nossos primeiros resultados só possam ser apresentados sob a forma de uma atribuição mista: parte pelos pagamentos e parte pelos ramos de atividade talvez a isso sejamos obrigados pelos recursos estatísticos.

IV - Ainda êsses recursos estatísticos limitarão as nossas possibilidades de estender êsse programa ao passado além de um certo limite que também nos é desconhecido. Dada a importância dos estudos feitos em 1940 com o Censo julgamos interessante tentar tomar como ponto de partida para os nossos estudos aquêlê ano.

Antes de estudarmos números de Renda para qualquer ano deveríamos - como trabalho preliminar indispensável - conhecer a composição da população ativa e sua distribuição pelos diferentes ramos de atividade. Temos isso em exatidão para 1940. Como poderemos estimar as distribuições correspondentes aos outros anos ?

Temos, por intermédio dos estudos do Professor

Mortara, uma previsão total da população do Brasil para os anos posteriores a 1940. Quanto à distribuição de população ativa pelos diversos ramos de atividade, porém, não se pode admitir a sua invariabilidade desde 1940. Como para os nossos estudos as modificações que mais afetarão os resultados serão as que dizem respeito às grandes massas de trabalhadores de Agricultura, Indústria, Comércio, Transportes e Serviços, - poderemos admitindo os outros grupos como ocupando posição relativa invariável no total de população ativa do país - tomar, com o auxílio das estatísticas de números de associados dos diversos Institutos e Caixas, as tendências de emprego na indústria, comércio, transportes e serviços (em parte). A tendência da população agrária resultaria da diferença entre o total e as parcelas acima.

O quadro de população ativa, por Estados e até em alguns casos, por regiões dos Estados, deverá servir de base para todas as nossas estimativas. Sempre que os resultados que pudermos obter cubram uma parcela dos indivíduos ocupados, é pelo conhecimento do número total que poderemos generalizar a estimativa de modo a cobrir todo o país.

V - Agora com o quadro em vista, poderemos analisar o programa de coleta de dados verificando o que cada uma das fontes de informação de que dispomos poderá fornecer. Conforme o grupamento mais conveniente para a exposição, consideraremos de cada vez um ramo de atividade ou uma fonte de informações.

VI - Estatísticas da Produção Agrícola e Pecuária.

As colunas de 1 a 6 são de difícil cálculo, inicialmente pelo menos, parece que teremos que optar pelo segundo caminho e calcular por meio das colunas 7 e 9

A parcela a - 7, valor bruto da produção, poderá ser obtida das Estatísticas de Produção que se referem aos produtos agrícolas e pecuários (?) postos nos pontos de origem. As parcelas a - 8 e a - 9 teriam que ser estimadas. Facilitaria o trabalho a subdivisão do ramo em sub-ramos: café, algodão, etc., para os quais as estimativas poderiam ser mais certas.

Dêsse modo procedeu Colin Clark em sua estimativa para a Inglaterra. Assim fez também o Banco Central da República Argentina. Nêsse país, foi calculado - por conveniências locais - o valor bruto da produção agrícola posta em Buenos Aires nos pátios ferroviários; dêsse total foram feitas deduções relativas as sementes, combustíveis, sacaria, transportes até Buenos Aires e intermediários. Do mesmo modo se procedeu para a produção pecuária.

Importante será que se possa incluir na estimativa do valor bruto da Produção o montante do Consumo próprio do produtor rural. Essa parcela no Brasil deve ser relativamente grande porquanto mesmo nos Estados Unidos ela atinge a cerca de metade da produção rural total.

A parcela relativa à conservação do capital não poderá ser calculada: não há estimativa de valor dos equipamentos nem existe contabilidade organizada. Pelo mesmo segundo motivo os elementos que o Impôsto de Renda possa fornecer relativamente a êste setor da atividade e conômica, devem ser desprezados.

VII - Indústrias Extrativas

Teremos que fazer uma análise por classes dentro do ramo. As extrativas vegetais, animais e minerais teriam que ser consideradas em separado.

Para as duas primeiras ainda o valor bruto da produção b-7 será o elemento fundamental para a estimati

va. Para as maiores explorações talvez nas organizações de Defesa Econômica correspondentes seja possível obter algum elemento para o cálculo do valor líquido da Produção.

Já para as indústrias extrativas minerais, poderemos lançar mão - para as maiores e mais organizadas - dos Balanços das sociedades que as exploram. Trataremos dêsse assunto em conjunto com os outros ramos de atividade para os quais os Balanços podem servir aos nossos objetivos.

VIII - Diretoria do Impôsto sôbre a Renda - Pessoa Jurídica.

Essa repartição recebe os Balanços de tôdas as Sociedades organizadas do País.

Êsses balanços porém não podem ser utilizados de maneira tão fácil como as declarações de Renda das Pessoas Físicas. Para que se possa obter dos primeiros informação significativa será necessária uma análise minuciosa. O trabalho teria que ser feito por um grupo de indivíduos, que poderia ter a seguinte composição:

1 perito do Impôsto de Renda.

1 perito contador com experiência de contabilidade privada.

1 conhecedor dos objetivos da análise que se tem em vista.

Inicialmente se faria uma classificação dos decorrentes ramos de atividade principal e depois se procederia ao exame de um lote. Baseados nas conclusões dêsse trabalho experimental poderíamos tirar conclusões que servissem para o estabelecimento de um plano de apuração dos Balanços existentes naquela Repartição. Há a considerar o fato que os Balanços recebidos pelas Delegacias Regionais não vêm ao Rio de Janeiro, tornando-se necessário a ida da comissão examinadora aos diversos Estados depois de terminado o trabalho no Distrito Federal. Os

resultados dêsse estudo nos permitiriam obter, provavelmente, para os ramos b (parte), c, d, e, f (parte), h (parte) as seguintes colunas: 4, 6 e 7. A parcela correspondente à conservação do Capital, nos Balanços das empresas deverá ser tratado com maior cuidado porquanto para fins fiscais é permitida a dedução relativa a depreciação, etc. - Essa dedução deve ser novamente somada à Renda.

IX - Diretoria do Impôsto de Renda - Pessoas Físicas.

Ainda no Impôsto de Renda, teremos as declarações relativas às Pessoas Físicas. O plano de apuração dessa fonte já foi traçado e já se encontra em fase de realização. Obteremos os resultados por Estado de acordo com uma dupla classificação: 1) por ramo de atividade ou profissão do declarante e 2) por cédula ou natureza de Renda. Só com os primeiros elementos em mão é que poderemos julgar da extensão de superposição entre os elementos fornecidos por essa fonte e os fornecidos pela fonte que analisaremos a seguir: Institutos e Caixas. Esperamos no entanto obter por este meio:

- um contrôle da coluna 4, calculada pelas declarações de Pessoa Jurídica.
- um contingente para a totalização da coluna 5
- a obtenção dos dados relativos à minúcia da coluna 1 não abrangida pelos Institutos e Caixas.

X - Institutos e Caixas de Aposentadorias e Pensões.

Dêles obteremos o número de associados por Estado e por ramo de atividade bem assim como as respectivas fôlhas de pagamento. Com o auxílio dessas entidades procuraremos também avaliar os abonos e outras formas de pagamento que escapam do pagamento da contribuição de previdência. Teremos provavelmente aqui também elementos suficientes para o cálculo do valor das pensões e aposentadorias e outros auxílios prestados aos

seus associados.

Poderemos assim obter as parcelas : C-1, C-2, D-1, D-2, E-1, E-2, F-1, F-2 e parte de H-1 e H-2.

XI - Inquéritos Econômicos para a Defesa Nacional.

Esses inquéritos darão elementos controladores dos Balanços das Sociedades no que se refere ao Comércio Atacadista e Indústria nos Municípios das Capitais, bem assim como fôlha de pagamento para aquêles estabelecimentos.

Esses inquéritos fornecem, para os Estabelecimentos acima mencionados, os seguintes elementos:

Despesa com pessoal (total)

Fôlha de pagamento aos empregados.
Gratificações e comissões aos empregados.
Comissões a intermediários.
Retiradas de sócios e proprietários.

Lucros e Dividendos distribuídos.

Principais impostos pagos.

Importação.
Consumo.
Renda.
Indústrias e Profissões.
Lucros Extraordinários.

Valor das matérias primas adquiridas.

Valor dos combustíveis adquiridos.

Energia Elétrica (fôrça) paga.

XII - Profissões liberais.

Impossível levar em consideração as declarações de Renda nêsse Setor. Apresentamos uma sugestão:

Fazer um inquérito, por correspondência, dirigido aos indivíduos dêsse ramo de atividade, da maneira mais simplificada possível para que tivesse alguma probabilidade de sucesso.

Consistiria o inquérito em enviar um cartão , com as seguintes perguntas para serem respondidas:

1 - Exerce a profissão ?

Sim

☐

Não

☐

2 - Qual a sua Renda proveniente do exercício da profissão no ano de 1946, exclusive salários de empregos que porventura tenha.

Cr\$

3 - Qual a despesa aproximada que teve nesse mesmo ano para o exercício de profissão: pessoal auxiliar, aluguéis, etc.

Cr\$

Sua assinatura:

XIII - Ensino Privado.

Poderemos ter o número de estabelecimentos, professores, etc. Também nos será fácil obter o salário médio dos professores. Quanto aos bens dos estabelecimentos e sua Receita Bruta dificilmente a obteremos.

XIV - Serviços Domésticos Remunerados.

Pelo número das pessoas ocupadas e estimativas de salário médio nas diversas cidades ou regiões do País, obteríamos I 1.

XV - Aluguéis.

Nessa parcela computaremos não só os aluguéis pagos como também o valor locativo das residências ocupadas pelos próprios proprietários. Isso nos meios urbanos seria relativamente fácil por meio dos cadastros e impostos municipais. Já para a zona rural a avaliação do valor a ser dado às habitações ocupadas pela grande massa da população é deveras difícil. De qualquer modo a primeira tentativa terá que ser realizada no Rio de Janeiro e em São Paulo. Depois seguiremos adiante si os resultados forem animadores. Obteríamos um total J 5.

XVI - Serviços e Atividades Sociais.

Uma parte dos serviços - geralmente organizada - se encontrará nos Balanços analisados na Diretoria do Imposto de Renda. Uma grande parte dos empregados nêsses ramos estará incluída entre os associados do Instituto dos Comerciarios, já outra parte estará nos Transportes e Cargas. De antemão é difícil avaliar-se a parcela

que ficará inteiramente fora de tôdas essas fontes de informação.

XVII - Governo.

Procuraremos inicialmente retirar dos Balanços dos Governos - pelo menos Federal e Estaduais - as repartições industriais: Estradas de Ferro, Imprensa, Correios e Telégrafos, Portos, Produção de Energia, etc... Todos êsses setores de atividade governamental serão então transferidos para os setores privados correspondentes, figurando nos Balanços do Governo apenas o resultado financeiro (positivo ou negativo) obtido pelo Governo como proprietário daquelas indústrias. Entre as receitas dos Governos procuraremos então separar:

- impostos diretos
- impostos indiretos
- empréstimos $\left\{ \begin{array}{l} \text{de toda espécie, no interior do país.} \\ \text{de toda espécie, no exterior do país} \end{array} \right.$
- emissões
- receitas industriais (+) e patrimoniais.

Entre as despesas, procuraremos:

- com pessoal, sob tôdas as formas, inclusive subsistência, vestuário, etc., de forças armadas, porém exclusive inativos.
- com pessoal inativo - aposentadorias, pensões, etc.
- com pagamentos de juros de dívida interna
- com pagamentos de juros de dívida externa
- com amortizações de dívida interna
- com amortizações de dívida externa
- subsídios e auxílios a entidades privadas e cobertura de deficits de repartições industriais do Governo.
- e, em segunda aproximação:
- com novas obras públicas (investimento), exclusive reparações.

XVIII- Balanço de Pagamentos.

Partindo da equação fundamental:

$$E + Inv_e + JD_n = I + Inv_n + JD_e ,$$

teremos que apurar, do Balanço de Pagamentos as seguintes parcelas:

JD_e = juros e dividendos do capital estrangeiro aplicado no Brasil + remessas de residentes no Brasil para o exterior.

Inv_n = novos investimentos do capital nacional no estrangeiro.

Inv_e = novos investimentos do capital estrangeiro no país.

Com elas poderemos fazer as correções no total obtido com os dados anteriores.

XIX - CONCLUSÕES.

A nosso ver, não pode ser traçado um programa completo desde já. O que linhas acima está proposto já representa um volume de trabalho considerável. À medida que as apurações forem avançando novas necessidades surgirão, novos caminhos serão encontrados e muitos dos trabalhos originais terão que ser abandonados. A experiência indicará então em que pontos e para cobrir quais lacunas inquéritos e estudos especiais deverão ser tentados.

ANEXO XIX

ATIVIDADES DO NÚCLEO DE ECONOMIA

EXAME DA MATÉRIA DA REVISTA BRASILEIRA DE ECONOMIA E DOS ÍNDICES DO CENTRO DE ANÁLISE DA CONJUNTURA ECONÔMICA. -

REVISTA BRASILEIRA DE ECONOMIA

Matéria da Publicação	
Objetivos	A s s u n t o s
Divulgação dos trabalhos do N.E	Estudos dos problemas fundamentais (Renda nacional, etc.) da Economia do País.
Divulgação de trabalhos dos colaboradores	Problemas atuais de economia política, especialmente brasileiros.
	Problemas de política monetária.
	Conjuntura e ciclos econômicos no estrangeiro.
	Problemas demográficos e estatísticos.
	Estudos sociológicos.
	Bibliografia de publicações sobre economia política.
	Noticiário científico.

CONJUNTURA ECONÔMICA

Matéria da Publicação	
Objetivos	A s s u n t o s
Divulgação dos Estudos do C.A.C.E.	Índices econômicos em geral.
	Índices dos negócios.
	Produção agrícola.
	Produção industrial.
	Negócios bancários.
	Lucros e perdas das empresas.
	Preços e salários.
	Comércio e exterior.
	A Conjuntura no Estrangeiro.

ANEXO XX

REVISTA DE DIREITO ADMINISTRATIVO.

OFÍCIO DO DIRETOR EXECUTIVO DA
FUNDAÇÃO DIRIGIDO AO DIRETOR GERAL
DO DEPARTAMENTO ADMINISTRATIVO
DO SERVIÇO PÚBLICO.

DE- 530

Em 14 de maio de 1 947

Senhor Diretor Geral

Tenho a satisfação de comunicar a V.Exã que o Conse
lho Diretor desta Fundação, em sessão realizada a 12 do corren
te, aprovou as condições gerais anexas, mediante as quais o De
partamento Administrativo do Serviço Público cede a esta Funda
ção o direito de editar, por sua conta, a Revista de Direito
Administrativo.

Aproveito a oportunidade para apresentar a V.Exã os
protestos de alta estima e distinta consideração.

Jorge Oscar de Mello Flôres
Diretor Executivo

A Sua Excelência o Doutor Mário Bittencourt Sampaio
Diretor Geral do Departamento Administrativo do Serviço Público.

CLAUSULAS PARA O ACÔRDO ENTRE O DEPARTAMENTO ADMINISTRATIVO DO
SERVIÇO PÚBLICO E A FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS, PELO QUAL O PRIMEI
RO CEDE A ÚLTIMA O DIREITO DE EDITAR A REVISTA DE DIREITO ADMI-
NISTRATIVO.

1) Obrigações da Fundação Getúlio Vargas

- 1.1) Manter a orientação e o plano de edição da Revista, in
troduzindo as modificações convenientes ao seu aperfei
çoamento.
- 1.2) Prover os recursos de material e pessoal destinados à
edição.
- 1.3) Fixar preços módicos de assinatura e de venda da Revis
ta, atendendo ao interêsse de sua divulgação.
- 1.4) Distribuir gratuitamente pelo menos 10% da edição a ór
gãos de administração e instituições científicas.
- 1.5) Editar os números em atraso, exceto os que se encontram
em confecção na Imprensa Nacional.

2) Direitos da Fundação Getúlio Vargas

- 2.1) Receber o acêrvo da Revista.
- 2.2) Receber a receita de venda, assinatura e publicidade da
Revista.
- 2.3) Utilizar o serviço de expedição do Departamento Adminis
trativo do Serviço Público.

3) Duração

- 3.1) Duração do direito de edição 10 anos.

PORTARIA Nº 266/47, DO SENHOR
DIRETOR DO DEPARTAMENTO ADMI-
NISTRATIVO DO SERVIÇO PÚBLICO
ACEITANDO AS CONDIÇÕES PELAS
QUAIS ESTA FUNDAÇÃO SE PROPOE
A EDITAR A REVISTA DE DIREITO
ADMINISTRATIVO.

SERVIÇO DE DOCUMENTAÇÃO

PORTARIA Nº 266

O Diretor Geral do Departamento Administrativo do Ser-
viço Público, no uso da atribuição que lhe confere o art. 69,
nº XIX, do Regimento aprovado pelo Decreto nº 20.489, de 24 de
janeiro de 1946, resolve aceitar as condições pelas quais a Fun-
dação Getúlio Vargas, se propõe a editar a Revista de Direito
Administrativo das quais se lavrará o devido termo.

Rio de Janeiro, em 8 de julho de 1947.

a) A. JUNQUEIRA AYRES.

Publicada no Diário Oficial ,
Seção I, datado de 9 de julho
de 1947.

ATIVIDADES DA FUNDAÇÃO NO SETOR PUBLICAÇÕES

PUBLICAÇÕES EDITADAS EM 1947

S É R I E	ESPÉCIE	TÍTULO DA PUBLICAÇÃO	TIRAGEM	A U T O R
Estudos Brasileiros de Demografia	Monografia	Pesquisas sobre Populações Americanas Esquemas Teóricos do Desenvolvimento de População e sua Aplicação no Brasil	2.000 2.000	Giorgio Mortara J. Lyra Madeira
Estudos Brasileiros de Economia	"	Problemas de Conjuntura e da Política Econômica	2.000	G. Harbeler
Estudos Brasileiros de Higiene	"	Contribuição à Profilaxia da Helmitose	2.000	Dr. Marcelo Silva Junior (1)
Série científica:				
Summa Brasiliensis Geologiae	Fascículo	Contribuição para o Estudo de "Hoplophorus Euphractus", Linné, 1839	2.000	Carlos de Paula Couto
" " "	"	Determinações Morfológicas em Topázio de Congo Socco, Pouso Alegre, M. Gerais	2.000	Walter Lerner
" " "	"	Algumas Contribuições Geológicas dos Estudos de Solos realizados no E. de São Paulo	2.000	José Setzer
" " "	"	Un Nuevo Esclero-Calíptino- Eosclerophorus	2.000	Alfredo Castellanos
Summa Brasiliensis Biologiae	Fascículo	Revisão do Gênero Clastopteronyx (em cuja sinonímia é colocado Diathoneura), com descrição de 9 espécies novas.	2.000	O. Frota Pessoa
" " "	"	Notas sobre os Cenopopagidae do Museu Nacional (Passeriformes, Aves)	2.000	Fernando da Costa Novaes
" " "	"	Contribuição ao Estudo da Família Characidae, Gill, 1893, Redescricao do genotipo da Characidium Reinhardt, 1866-com uma análise e descrição de Characidium lago-		
" " "	"	santensis n. sp. (Actinopterygii Ostareophysii)	2.000	Haroldo Travassos
" " "	"	Sobre a genitalia das fêmeas de hepialidae (Lepidoptera)	2.000	José Otília Filho
" " "	"	Sobre genitalia dos Drosophilidae (diptera)- Drosophila Amarassae	2.000	Ana Malogolowkin
" " "	"	Sobre a genitalia dos Drosophilidae. I Drosophila Malanogaste e D. Simulans	2.000	Helena Salles
Summa Brasiliensis Physicae	Fascículo	High Energy Neutron- Proton Scatterning and the Mason Theory of Nucleare Forces with Strong Coupling	2.000	J. Leite Lopes
" " "	"	The Hamiltonian Formalism of Relativistic Dynamics	2.000	Mário Schomberg
Summa Brasiliensis Mathematicae	Fascículo	El problema de los tres cuerpos en los casos de Lagrange y Euler trat. en la teoria de la relatividad		Godofredo Garcia
" " "	"	Sobre uma formula de Cipolla	2.000	Fernando Furquim de Almeida
" " "	"	On the Union of Sequence of Normed Topologies	2.000	Leopoldo Nachibin
" " "	"	On the Gradient of Green's function in plane	2.000	Alfredo Rosenblat
" " "	"	On the unicity of Solutions of a system of two Ordinary Differential Equations	2.000	" "
" " "	"	Sobre el metodo de las aproximaciones sucessivas de E. Picard	2.000	" "
" " "	"	Generalized semi local rings	2.000	O. Zariski
" " "	"	Sobre figuras planas hiperconexas	2.000	L.A. Santaló
Boletim da Conjuntura Econômica	Exemplar	Nº 1 de Novembro Nº 2 de Dezembro	7.000 12.000	- -
Revista Brasileira de Economia	Exemplar	Nº de Setembro Nº de Dezembro	3.000 3.000	- -
Revista de Direito Administrativo	Volume	Volumes V e VI de 1946	2.000	- (2)

Nota: (1) Obra em 4 partes
(2) Esta Revista começou a ser editada pela Fundação em 1947

ANEXO XXII

PORMENORES SÔBRE OS CASOS DE ORIENTAÇÃO PROFISSIONAL.

OBJETIVO DA CONSULTA	ADULTOS		ADOLESCENTES		TOTAL
	M	F	M	F	
Orientação global	35	5	28	6	74
" parcial	4	4	6	2	16
" disjuntiva	4	2	3	2	11
Readaptação profissional	8	3	1	2	14
Reajustamento	13	-	-	-	13
Exploração da personalidade	4	8	-	-	12
Total de casos	68	22	38	12	140
Consultantes adolescentes - 50					
Adultos - 90					

Relação das provas aplicadas em 1947

1 - Psico-diagnóstico miocinético.....	81
2 - Rorschach.....	51
3 - Rosenzweig.....	19
4 - T.A.T.	42
5 - Autobiografia espontânea.....	4
6 - " dirigida.....	24
7 - "Minhas mãos"	29
8 - Benreuter	3

9 - Cartas.....	1
10 - Questionário íntimo.....	25
11 - " objetivo	119
12 - " de atitudes prospectivas.....	19
13 - " de Marston.....	8
14 - " de Strong.....	42
15 - Catálogo de livros.....	77
16 - Teste de inteligência verbal.....	48
17 - " " " espacial.....	43
18 - " " " abstrata.....	58
19 - " " " lógica.....	1
20 - " " Olmo.....	16
21 - " " Barcelona.....	26
22 - " coletivo de Ombredane.....	8
23 - " " " Dearborn.....	1
24 - " " Binet.....	1
25 - " " Terman.....	3
26 - Classificação de objetos.....	11
27 - Puzzle	39
28 - Cubos Vermelhos.....	43
29 - " de Kohs	1
30 - "Form-Board"	45
31 - Discos de Walter	29
32 - Distribuidor de fichas	3
33 - Imaginação espacial	3
34 - Memória topográfica	3
35 - Memória e associação	27
36 - Labirinto, "Tracing" e "Tapping"	2
37 - Código de Sehwarzstein	1
38 - Compreensão mecânica.....	13
39 - Sinalização.....	27

40 - "Twezers"	44
41 - Teste de exploração motriz.....	10
42 - " das pinças.....	1
43 - " de imaginação (Mme. Piéron).....	1
44 - Prova de atenção.....	1
45 - Reconstrução de quadrados.....	1
46 - Prova de delitos.....	2
47 - Provas de julgamento.....	2
48 - Teste de aptidão artística.....	28
49 - Conhecimentos gerais.....	4
50 - Ficha social.....	26
	<hr/>
T O T A L	1116
	<hr/> <hr/>

Além destas provas, foram realizados 65 exames médicos (Dr. Paiva) feitas 15 entrevistas com "propositus" (Dr. Vasco) e 7 com a família e dados 60 conselhos orientadores (Dr. Mira).

ESTUDOS E PESQUISAS DO I. S. O. P.

- 1º) ESTUDO COMPARATIVO DE TESTES DE FADIGA.
- 2º) ESTUDO DE TESTES DE SENSIBILIDADE ESTÉTICA.
- 3º) ESTUDO DAS VARIÁVEIS PSICO-FISIOLOGICAS QUE INTERVÊM NA APRECIÇÃO PESSOAL DO TEMPO.
- 4º) ESTUDO DA INFLUÊNCIA DE ESTÍMULOS PERTURBADORES NA CURVA DE APRENDIZAGEM MOTORA.
- 5º) ESTUDO DA FADIGABILIDADE DA ATENÇÃO.

APLICAÇÃO DO PSICO-DIAGNÓSTICO
MIOCINÉTICO A TRÊS LEVAS DE
IMIGRANTES, EM UM TOTAL DE ...
1 056 INDIVÍDUOS, COM A APRECI
AÇÃO CARACTERIOLÓGICA FEITA DE
ACÓRDO COM O PADRÃO A SEGUIR.

APRECIÇÃO CARACTERIOLÓGICA DO 1º GRUPO DE IMIGRANTES (528)

ATRAVÉS O PSICO-DIAGNÓSTICO MIOCINÉTICO

1º - Objetivo:- Apreciação do indivíduo com caráter prognóstico, com o objetivo de verificar as possibilidades de seu ajustamento ao meio brasileiro.

2º - Marcha da pesquisa:-

a) Aplicação feita em situação coletiva, sendo as instruções fornecidas de um modo geral na língua pátria dos imigrantes e completada individualmente, quando necessário.

Resultado válido: apenas 5 testes realizados por incompreensão das instruções.

A escassez de tempo em que deveria ser feita a aplicação, motivou a simplificação da prova, tendo sido aplicada a 1ª página "lineogramas" (onde se obtém uma visão geral da tensão psico-motriz e da direção em que ela é gasta) e a 2ª, "zigue-zague", onde melhor se revela o ajuste psico-motor. A aplicação foi feita por quase todos os adjuntos técnicos do I.S.O.P. (julho de 1947).

b) Mensuração:- Realizada como habitualmente, sofrendo revisão cuidadosa, principalmente em relação ao D.S. dos lineogramas.

Na apuração tomaram parte muitos dos funcionários do I.S.O.P. sendo a revisão feita, também, por Ester França e Silva, que colaborou no trabalho até o início da tabulação.

c) Primeira triagem:- A separação obedeceu ao

seguinte critério:

1º - De acôrdo com a idade cronológica:

Adolescentes (de 12 a 17 anos)
Adultos (de 18 a 54 anos)
Velhos (de 55 em diante)

2º - De acôrdo com o sexo:

3º - De acôrdo com as características diferenciais do traçado:

grupo de elite
grupo normal
grupo com excessiva agressividade
grupo patológico

Seguindo as normas de interpretação do P.M.K. foram pesquisados os seguintes dados:

A) - PARA APRECIACÃO DO GRUPO DE ELITE:

(Médio do tamanho linear próximo ao tamanho médio)
(Ausência de desvios axiais.
LINEOGRAMAS: (Pouca amplitude do desvio secundário, principalmente na mão direita.
(Boa índice de coerência intra-psíquica.
(Grau de constância de reações alto.
(Ausência de ângulos nulos e reversíveis.
(Ausência de torceduras axiais.
ZIGUE-ZAGUE: (Pequena diferença angular.
(Pequena diferença linear.
(Desvios axiais pequenos-retidão do zigue-zague.

B) - PARA APRECIACÃO DO GRUPO COM EXCESSIVA AGRESSIVIDADE:

(Aumento de tamanho linear.
(Desvio primário positivo no plano sagital em ambas as mãos, aumentando na mão dominante.
LINEOGRAMAS: (Desvio primário positivo na mão dominante do plano horizontal.
(Deficiência de controle.
(Desvio primário positivo principalmente na mão dominante.
ZIGUE-ZAGUE: (Ângulo máximo no movimento egocéfugo da mão dominante.
(Aumento do tamanho linear.
(Traçado denso, impulsivo.

C) - PARA APRECIACÃO DO GRUPO PATOLÓGICO:

(Presença de ângulos reversíveis ou nulos.
(Presença de torceduras axiais.
(Imprevisão e instabilidade na mão estrutural.
(Índice de coerência baixo.
(Grande amplitude do desvio secundário.

Obedecendo a êsse critério, fêz-se uma separação provisória, que deveria ser confirmada pelo tratamento estatístico do

grupo, já que a natureza deste (imigrantes traumatizados pela guerra) não comportava o uso dos padrões existentes.

O aspecto numérico obtido com esta separação foi o seguinte:

Sexo masculino:	{	Adolescentes - 8	Adultos - 334	Velhos - 2	Grupo de elite	-	2%
					grupo normal	-	76%
					grupo com excessiva	-	
					agressividade	-	7%
					grupo patológico	-	15%

Total 344

Sexo feminino:	{	Adolescentes - 8	Adultos - 174	Velhos - 2	Grupo de elite	-	2%
					grupo normal	-	83%
					grupo com maior	-	
					agressividade	-	6%
					grupo patológico	-	7%

Total 184

Porcentagem média	Grupo de elite	-	2,5%
	grupo normal	-	80%
	grupo com maior	-	
	agressividade	-	7,5%
	grupo patológico	-	9,5%

A relação nominal dos indivíduos assim classificados encontra-se anexa ao fim do relatório.

COMPROVAÇÃO ESTATÍSTICA:

Feita a classificação, iniciou-se o tratamento estatístico do grupo suposto normal, a fim de obter a curva de normalidade de cada medida e assim comprovar, quantitativamente, a triagem feita sob o aspecto qualitativo.

I) - A tabela com dados numéricos possibilita a seguinte apresentação:

1ª Profissão	50%	declarou-se agricultor
	20%	" " mecânico
	6%	" " operário
	5%	" " carpinteiro
	19%	" " de diversas outras profissões.
2ª Nacionalidade	33%	Poloneses
	31%	Ucranianos
	13%	Lituanos
	9%	Russos
	14%	De diversos outros países.

II) - Resultados do tratamento estatístico.

(274 testes psicocinéticos aplicados)

Valores negativos

	Nº de casos	M. art.	D.St.
M. Esq.	152	-11,14	7,8
M. Dir.	200	-14,38	9,8

SagitalValores positivos

	Nº de casos	M. art.	D. St.
M. Esq.	252	-18,75	11,1
M. Dir.	254	-16,87	10,6

Valores negativos

	Nº de casos	M. art.	D. St.
M. Esq.	19	-11,85	3,6
M. Dir.	18	- 5,22	3,6

ZIGUE-ZAGUETamanho linear

	<u>Comprimento máximo</u>	<u>Movimento egocífugo</u>	
		M. art.	D.St.
M. Esq.		18,09	4,89
M. Dir.		19,86	5,85

		<u>Movimento egocípeto</u>	
M. Esq.		18,34	5,31
M. Dir.		20,127	5,92

	<u>Comprimento mínimo</u>	<u>Movimento egocífugo</u>	
M. Esq.		8,80	3,90
M. Dir.		10,68	3,6

		<u>Movimento egocípeto</u>	
		M. art.	D. St.
M. Esq.		8,538	4,05
M. Dir.		11,81	4,44

Diferença entre o comprimento máximo e mínimo nos dois movimentos

	M. art.	D. St.	Variável
M. Esq.	14,35	3,06	21%
M. Dir.	12,78	3,75	29%

Tamanho angularÂngulo máximo (Movimento egocífugo)

	M. art.	D. St.	Variável
M. Esq.	49º	18º	37%
M. Dir.	36º	15º	43%

Diferença entre os ângulos máximo e mínimo nos dois movimentos

não considerando os ângulos reversíveis.

	M. art.	D. St.	Variável
M. Esq.	44	16	36%
M. Dir.	34	10	27%

A) Lineograms:

Desvio linear

(Promedio las 3 series)

	M. art.	D. St.	Variabilidad
M. Esq.	36,90	7,20	19%
M. Dir.	35,81	7,18	20%

Desvio secundario

	M. art.	D. St.	Variabilidad
M. Esq.	9,23	4,17	44%
M. Dir.	8,44	3,99	47%

Indice de coherencia intra-psiquica

	M. art.	D. St.	Variabilidad
	34,10	15,81	42%

Desvio primarioHorizontal

	M. art.	D. St.	Variabilidad
M. Esq.	1,31	12,5	89%
M. Dir.	1,46	11,28	76%

Vertical

	M. art.	D. St.
M. Esq.	-1,44	3,90
M. Dir.	-14,20	12,27

Sagittal

	M. art.	D. St.	Variabilidad
M. Esq.	17,52	12,33	72%
M. Dir.	15,95	11,97	75%

Desvio primario

Valores positivos e negativos considerados separadamente.

HorizontalValores positivos

	Nº de casos	M. art.	D. St.
M. Esq.	152	10,21	8,4
M. Dir.	154	7,65	7,8

Valores negativos

	Nº de casos	M. art.	D. St.
M. Esq.	122	-10,1	7,7
M. Dir.	118	-9,9	8,1

VerticalValores positivos

	Nº de casos	M. art.	D. St.
M. Esq.	120	9,18	7,7
M. Dir.	71	6,43	7,2

Desvio AxialMovimento egocéfugo

	M. at.	D. St.	Variável
M. Esq.	7,61	5,91	75%
M. Dir.	8,22	5,94	75%

Movimento egocípeto

	M. art.	D. St.	Variável
M. Esq.	7,35	5,4	72%
M. Dir.	3,26	5,5	79%

Desvio primárioValores positivos

	M. art.	D. St.	Variável
M. Esq.	16,08	13	80%
M. Dir.	15,1	14	92%

Valores negativos

	M. art.	D. St.	Variável
M. Esq.	-21,3	13	61%
M. Dir.	-26,2	14	53%

39 Conclusões.

A) CARACTERÍSTICAS DO GRUPO NORMAL

A análise dos dados estatísticos obtidos no grupo dos "Imigrantes" revelou os seguintes característicos:

- Grande heterogeneidade caracteriológica. O grupo apresentou-se tão diverso quanto as atitudes predominantes de reação (reveladas claramente nas curvas plurimodais dos D.P.) que foi necessário fazer a computação das medidas de acordo com a direção do desvio, destacando-se assim dois grupos em cada um dos planos.
- Depressão atual. Embora a média do grupo assinalasse acentuação da depressão atual, a tensão psico-motriz estrutural apresentava-se superior ao grupo dos adultos brasileiros já examinados.
- Agressividade reprimida. A diferença entre as médias dos desvios sagitais das duas mãos indica de um modo geral o controle consciente de agressividade. É preciso destacar, porém, que só 7% do grupo teve D.P. negativo no plano sagital.
- Extratensão. Apesar de haver um predomínio da extratensão há 43% dos indivíduos do grupo que indicam tendência à retenção dos impulsos.
- Outros característicos. Tendência inibitória menor que a encontrada habitualmente (média do tamanho linear maior dos movimentos auto-compreensivos da emotividade, encontrados em tão grande número que tornou necessário uma revisão na mensuração).

B) APRECIACÃO FINAL DOS GRUPOS ANTERIORMENTE SELECIONADOS

1 - Grupo de elite

Todos os indivíduos selecionados pelo aspecto qualitativo, confirmaram sua integração superior à norma, quando observados numericamente. O teste sob o nº 121, embora apresentando algumas medidas fora do esperado para seu grupo, foi mantido pelo resultado excelente do zigue-zague.

A harmonia de conduta deste conjunto parece ter sua base, principalmente, na regularidade de atitudes, equilíbrio de tensões e um ótimo controle da emotividade, indicados por estas percentagens:

- 88% - apresentaram diferenças lineares inferiores ao normal.
- 76% - apresentaram desvios axiais inferiores ao normal.
- 75% - apresentaram maior controle da emotividade que o normal.

2 - Grupo com excessiva agressividade

A prova sob o nº 774 foi retirada do conjunto, pois embora apresentasse agressividade grande, potencialmente, o controle consciente estava na zona da normalidade.

Os fatores indicadores de reações agressivas distribuíram-se na seguinte proporção (zona além da média 16)

Ângulo máximo (movimento egocéfugo no zigue-zague)	- 86%
Tamanho linear	- 80%
Desvio primário sag. direito	- 73%
Deficiência de controle	- 56%
Desvio primário zigue-zague	- 48%
Desvio secundário (M.D.)	- 48%
Coerência intra-psíquica	- 40%
Desvio primário horizontal (M.D)	- 26%

3 - Grupo patológico

Neste grupo, o aspecto numérico confirmou inteiramente o resultado qualitativo, conclusão esperada, naturalmente, pois que, neste conjunto, os dados qualitativos são mais valiosos que os quantitativos.

Como dados mais concordantes apresentaram-se:

Ângulos reversíveis ou nulos	- 80%
Presença de torceduras axiais	- 71%
Grandes diferenças angulares	- 68%
Imprecisão de mão estrutural	- 65%
Grande diferença linear	- 61%

Novembro de 1 947

a) Cinira Miranda de Menezes.

PROJETO DA ORGANIZAÇÃO DOS SERVIÇOS SOCIAIS DE COLOCAÇÃO DE TRABALHO.

I - F A S E I N I C I A L

A iniciativa da Fundação Getúlio Vargas no sentido acima referido, para:

- 1) atender de melhor modo às necessidades mais imediatas, urgentes e reais do mercado nacional de trabalho (expostas na Pró Memória da autorização do abaixo assinado);
- 2) obedecer rigorosamente aos princípios que orientam as melhores soluções adotadas nêsse setor e, ao mesmo tempo;
- 3) não ultrapassar os recursos financeiros e as disponibilidades administrativas da Fundação,

deveria, ao modo de ver do abaixo assinado, ser baseada, de início, nas seguintes diretrizes:

1. Para a organização e administração da entidade em questão deverá ser constituída uma Sociedade de caráter civil, autônoma, cujo incorporador e sócio principal seria a Fundação Getúlio Vargas, eventualmente com participação das demais organizações afins e correlatas, direta ou indiretamente interessadas no funcionamento da Sociedade acima referida. As organizações acima frizadas poderiam ser, p. ex.:

- a) a Associação Comercial do Rio de Janeiro;
- b) o Clube de Engenharia e várias outras organizações representativas da classe;
- c) os Sindicatos de Empregadores e Trabalhadores;
- d) as entidades paraestatais e autárquicas tais como p. ex., Institutos e Caixas de Aposentadoria e Pensões, SENAI, SENAC, etc.

2. A escolha definitiva da forma jurídica da Sociedade referida no item 1, deverá ser reservada para uma etapa posterior dos trabalhos preparativos da sua organização.

3. O nome da entidade a ser constituída (sugestão preliminar): SERVIÇO SOCIAL DE COLOCAÇÃO DE TRABALHO (SSCT)-

4. Entre os órgãos que a constituiriam deverão ser previstos

os seguintes:

- a) Conselho Fiscal;
 - b) Diretoria, composta de dois Diretores:
 - I. Técnico, responsável pela orientação dos trabalhos, organização da entidade, elaboração das diretrizes, preparação do Regulamento e Instruções, contatos com demais órgãos interessados, novas iniciativas da SSCT etc.; e
 - II. Administrativo, responsável pela rotina administrativa, cumprimento do Regulamento e Instruções, execução do orçamento etc.
 - c) Conselho Consultivo, composto dos representantes de todas as organizações públicas e sociais cuja cooperação na organização da colocação de trabalho puder se tornar desejável.
5. Quanto ao pessoal administrativo propriamente dito, êle deveria ser limitado sobretudo na primeira etapa, ao mínimo necessário, com seleção muito rigorosa entre pessoas com boas qualidades administrativas e se possível experiências em setores conexos de trabalho (máximo: 3 - 5 pessoas). Durante a fase de instalação dos serviços êsse número poderia ir além, para fixar-se posteriormente quando estivesse montado o maquinismo administrativo e se entrasse na fase rotineira, ocasião em que se dispensariam os encarregados da montagem, para só se conservar os operadores de rotina.
6. No primeiro período do seu funcionamento os trabalhos da SSCT seriam adstritos ao Distrito Federal.
- Na segunda etapa (aproximadamente depois de um ano de funcionamento) êles seriam extendidos a São Paulo (capital), para depois abranger paulatinamente os demais principais centros, sobretudo urbanos, do Brasil.
7. Quanto aos setores econômico-sociais e profissionais, a serem cobertos pelas atividades da SSCT, parece oportuno limitar de início o seu campo de atividades aos seguintes dois grandes grupos:
- A. Técnicos, isto é, tanto os engenheiros diplomados, como também pessoas sem diploma de engenheiro, porém devidamente qualificadas e especializadas em determina-

dos setores da técnica industrial.

B. O ^{*}Business personel^{*} propriamente ditos: administradores da indústria e comércio assim como auxiliares desses administradores, isto é, pessoal a serviço das empresas da indústria, transportes, seguros, crédito, comércio, etc., em todos os graus superiores e médios da hierarquia da administração da economia privada a saber:

- a) tanto o pessoal com conhecimentos gerais, correspondentes às necessidades e requisitos, comuns a toda e qualquer empresa privada ou mesmo outra (p.ex., contabilidade geral, caixa, secretaria, etc.) como também;
- b) o pessoal especializado em serviços de um determinado ramo de atividades (p.ex., seguro, instituições bancárias, contabilidade especial, industrial, etc.)

N O T A: Várias considerações poderiam levar a dar preferência à solução ainda mais restrita, p.ex., aplicável de início exclusivamente às categorias e grupos visados no item B (business personel) sem abranger por enquanto os referidos no item A (pessoal técnico).

8. Delimitando-se negativamente o campo de atividades da SSCT, cumpre destacar que seriam de antemão excluídas da esfera de suas atividades, p.ex., os seguintes grupos:

- a) os operários braçais;
- b) o pessoal não qualificado (simples mão de obra);
- c) o serviço doméstico;
- d) os trabalhadores da agricultura;
- e) os menores; e
- f) as profissões artísticas.

9. A SSCT dedicará dentro do seu programa geral de trabalhos, atenção especial ao problema da colocação adequada das pessoas cujo aperfeiçoamento profissional fica a cargo da Fundação.

10. As atividades da SSCT estender-se-ão tanto:

- a) ao pessoal nacional, quanto
- b) aos estrangeiros que imigrarem ao Brasil e pessoas de nacionalidade estrangeira estabelecidas no país - todos com residência permanente no Brasil e direito de exercerem aqui as suas atividades profissionais.

11. A principal finalidade da SSCT será a organização eficiente dos serviços de colocação de trabalho a serem postos à disposição:

- a) dos empregadores a procura de pessoal qualificado e
- b) dos trabalhadores no sentido mais amplo dessa palavra, a procura do emprego conveniente.

12. Em tese, a finalidade prevista acima (item 10) deverá ser

alcançada mediante compensação ("clearing") dos:

- a) pedidos de trabalho e
- b) ofertas de emprego,

a ser assegurada mediante serviços autônomos e com os próprios recursos da SSCT, que deverá se servir, para êse efeito, de um cadastro de pedidos e ofertas a ser estabelecido na base de critérios profissionais, com indicação em cada caso individual de todos os dados necessários a uma apreciação exata e imparcial das necessidades e disponibilidades de trabalho.

13. I.- FICHA DE PEDIDO DE TRABALHO - que deverá conter informações exatas e detalhadas a respeito:

- a) da idade, sexo, nacionalidade, estado civil, situação familiar do candidato
- b) da sua educação geral
- c) seu preparo profissional
- d) seus conhecimentos (linguist., administrativos, técnicos etc.)
- e) trabalho anterior ("curriculum vitae" profissional) com indicação dos postos ocupados, empregador, tempo de trabalho, motivos da desligação etc.
- f) certificado de trabalho, referências etc.
- g) dados a respeito do estado de saúde, capacidade física
- h) gênero de trabalho procurado, ordenado desejado, condições do contrato de trabalho, preferências
- i) das anotações feitas na carteira profissional e na carteira de previdência, quando as possuírem os interessados.

II.- FICHA DA OFERTA DE EMPREGO - que deverá conter informações a respeito de:

- a) gênero, espécie, tamanho etc., da empresa e ramo das atividades por ela explorado; sua forma jurídica, capital, etc.
- b) localização da mesma
- c) indicação do emprego vago
- d) qualidades e habilitações profissionais e técnicas requeridas (experiências necessárias)
- e) condições oferecidas (duração de trabalho, ordenado,

condições de trabalho etc.)

f) preferências quanto a idade, sexo, etc.

N O T A : Sem assumir responsabilidade jurídica com relação a autenticidade dos dados que contam do cadastro, a SSCT não se contentará apenas com o preenchimento formal e passivo das fichas referidas nos itens 12 e 13. Ela deverá procurar por todos os meios a seu alcance estabelecer a exatidão das informações que lhe forem prestadas.

Ela deverá, se fôr considerado necessário, proceder a tôdas as sindicâncias indicadas para averiguar a autenticidade das informações recebidas de uma parte e outra.

Ela poderá, assim iniciar em casos duvidosos, mesmo sem iniciativa de uma das partes interessadas, "próprio motu", uma verificação das condições do emprêgo vago oferecido, ou das qualidades do candidato ao emprêgo - tudo de acôrdo com as regras preestabelecidas a respeito do procedimento, custeio das despesas, etc., sem que estejam excluídos meios tais como exames práticos por técnicos dos respectivos ramos de competência reconhecida, trabalhos de experimentação, etc.

14. A SSCT poderá, e a pedido de uma das duas partes interessadas, deverá apresentar, dentro das suas possibilidades, parecer a respeito das condições do emprêgo ou das qualidades do candidato ao emprêgo, com justificativa objetiva, indicação da fonte das informações, etc., tudo sem compromisso jurídico ou moral de qualquer natureza.

15. Os serviços da SSCT estarão obrigados a observar uma absoluta imparcialidade segundo rigorosamente, caeteris paribus, isto é, se ordem diferente não resultar das qualidades diferentes dos candidatos, e das diferentes necessidades das empresas interessadas, a ordem cronológica no encaminhamento das pessoas registradas ou na determinação das empresas cujas vagas devam ser preenchidas.

Guardará, outrossim, absoluta discricção quanto aos dados em sua posse, não fazendo uso dos mesmos senão dentro das suas funções, previstas no Regulamento para atingir as suas finalidades.

16. Caso seja necessário, dada a impossibilidade de estabelecer dentro do seu próprio mecanismo a ligação direta entre o empregador e o trabalhador, os serviços da SSCT deverão procurar outros meios de os pôr em contato, a fim de atender do melhor modo possível as suas necessidades respectivas.

Eles poderão, em particular, na base de entendimentos celebrados com antecedência, em cada caso em espécie, - dirigir-se aos demais órgãos de colocação de trabalho, com exclusão das agências privadas de caráter lucrativo, aproximar organizações representativas de classe, sindicatos e mesmo empresas individuais, responder aos anúncios publicados na imprensa e recorrer a todos os meios considerados apropriados para atingir a finalidade em questão (atividades "facultativas" dos serviços da SSCT).

17. A SSCT não será onerada com o custo das despesas de viagem dos candidatos ao emprêgo para lugares afastados da sua residência. Poderá, no entanto, sugerir aos empregadores em procura da mão de obra o adiantamento dessas despesas para pessoas que lhes possa recomendar.
18. Os serviços prestados pela SSCT serão, com relação aos candidatos ao emprêgo, de modo geral gratuitos.

As exceções admitidas a essa regra e a serem especificadas detalhadamente no Regulamento, podem se relacionar com:

- a) devolução de certas despesas extraordinárias, expressamente de antemão autorizadas pelo interessado (exames do candidato pelos técnicos, "tests" especiais etc.);
- b) emolumentos módicos a serem cobrados mediante desconto de uma percentagem (até o limite máxi-

mo de %) dos salários pagos ao candidato pelo empregador a que fôr encaminhado pela SSCT, de acôrdo com autorização expressa de antemão concedida e relativa a êsse prazo não superior aos primeiros meses - tudo com relação a certos grupos de trabalhadores categorizados e cujo salário não seja inferior a Cr\$ mensais.

19. A SSCT prestará os seus serviços aos empregadores contra pagamento de comissões (taxas, estabelecidas em função do salário pago, da duração do emprêgo e eventualmente de outras condições, p. ex., relacionadas com a relação entre a procura e oferta com relação a determinadas profissões, : sem que essa taxa possa exceder a uma determinada percentagem preestabelecida e uma máxima importância fixada).

A SSCT poderá solicitar aos empregadores o depósito de uma importância como garantia do cumprimento dos compromissos relacionados com o pagamento das comissões acima referidas.

20. Para o primeiro ano de funcionamento da SSCT o seu orçamento tem que ser baseado nas subvenções a serem concedidas - para custear as despesas da organização (aluguel de escritório, instalação do escritório, material, sobretudo fichário para dois cadastros etc.) e as despesas correntes do primeiro ano (vencimentos dos Diretores e do Pessoal auxiliar, composto de 3-5 pessoas) -pela Fundação Getúlio Vargas, e eventualmente pelas demais entidades interessadas no funcionamento da SSCT, sem que esteja também excluída, fora das subvenções propriamente ditas, a forma de empréstimos a longo prazo.

21. Não haverá, na etapa inicial, separação dos serviços da SSCT segundo as profissões ou ramos de atividades econômicas, sendo a criação das secções profissionais, juntamente com a eventual constituição das secções especiais para serviço de colocação de

trabalho para menores (eventualmente para mulheres) ,
etc., reservado para a evolução futura.

II - F A S E P O S T E R I O R

22. As posteriores etapas do desenvolvimento da SSCT serão caracterizadas:

- A. Pela extensão da esfera territorial de suas atividades;
- B. pela eventual ampliação do campo pessoal das suas atividades (inclusão de novas categorias e grupos profissionais);
- C. pela criação de novos setores de atividades da SSCT, sobretudo no que diz respeito:
 - a) à orientação profissional;
 - b) à organização da reeducação e readaptação profissional;
 - c) aos serviços de colocação para pessoas com capacidade de trabalho reduzida (inválidos - atividades a serem atacadas em cooperação com os Institutos e Caixas de Aposentadoria e Pensões, IPASE, serviços públicos, etc.);
 - d) aos serviços psicotécnicos;
 - e) às pesquisas e inquéritos do mercado de trabalho.
- D. pelo estabelecimento da cooperação sistemática com os serviços públicos no que diz respeito ao aproveitamento dos candidatos ao emprego em dois setores : economia pública e privada.
- E. pela reorganização dos serviços da SSCT no sentido da criação de quatro departamentos seguintes:
 - I) Departamento de orientação profissional;
 - II) Departamento de psicotécnica profissional;
 - III) Departamento de divulgação e publicidade e
 - IV) Departamento de pesquisas e estudos (Estudos das soluções estrangeiras e nacionais, inquéritos sobre as necessidades do mercado de trabalho e os rumos da sua evolução, inquéritos sobre o trabalho e desemprego, preparação de monografias ("job analysis", etc.)).

Rio de Janeiro, em novembro de 1947.

a) Dr. Estanislau Fischlowitz.

SUGESTÕES A RESPEITO DE REGULA
MENTAÇÃO DO DECRETO Nº 24 461
DE 27 DE DEZEMBRO DE 1947.

A regulamentação do problema da colocação de trabalho em cumprimento ao Decreto nº 24 461, de 27 de dezembro de 1947, que se refere particularmente à situação dos desempregados, devesse, a nosso ver, para ser adaptada às necessidades do mercado de trabalho brasileiro e aos recursos administrativos existentes no momento, basear-se nos princípios que se seguem:

1. Atribuições do Departamento Nacional de Trabalho.

Ao Departamento Nacional de Trabalho devem caber, dentro da regulamentação do decreto acima referido, as seguintes atribuições:

- a) Superintendência e fiscalização do conjunto das atividades dos órgãos públicos (federais, estaduais, municipais), seja estatais, autárquicos ou paraestatais (tais como por exemplo, SENAI, SENAC, SESI, SESC, etc), dos sindicatos de trabalhadores, assim como das entidades sociais de colocação de trabalho.

N O T A: Deverá ser paralelamente preparada uma ampla solução legislativa, que, de acordo com os preceitos da legislação internacional de trabalho e a praxe de todos os países estrangeiros conferirá ao Departamento Nacional de Trabalho determinados poderes, não só de rigorosa fiscalização e controle sobre as agências privadas e locrativas de colocação de trabalho, no intuito de evitar abusos e fraudes (inclusive determinação das taxas máximas, a serem cobradas dos empregadores e, sobretudo, dos empregados, mas também de regulamentação dentro de seu campo de ação, das funções previstas pela lei (veja-se por exemplo o problema muito descuidado da colocação de serviço doméstico) etc;

- b) Coordenação das atividades exercidas, nêsse setor, pelas diversas entidades públicas e privadas, no sentido de:
 - 1) evitar paralelismos e preencher as lacunas existentes no respectivo campo de atividades;
 - 2) estabelecer um sistema de cooperação entre essas entidades, tendo em vista o intercâmbio dos pedidos e ofertas de emprego no plano local e regional;

- 3) constituir as comunidades dêsses órgãos para a tingir determinadas finalidades comuns.

N O T A: Entre os meios capazes de contribuir e eficazmente para essa finalidade deve ser mencionada a constituição, mediante iniciativa do Departamento Nacional de Trabalho e Delegacias Regionais de Trabalho na Capital Federal, nas capitais das unidades federais, nos principais centros industriais, e nas maiores aglomerações da população urbana, de Comissões sociais de colocação de trabalho, a serem presididas pelo representante da administração de trabalho e compostas dos representantes dos Sindicatos e Associações de classe dos empregados e empregadores, dos serviços sociais e assistenciais correlatos e das autoridades públicas interessadas no assunto, seja estatais, autárquicas ou paraestatais, inclusive as de administração de problemas migratórios e de colonização, assim como representantes de todos os outros órgãos públicos que trabalhem no setor considerado;

- c) uniformização das funções desempenhadas pelos diversos órgãos mencionados na alínea a). Não se trata da standardização mecânica das modalidades de atuação, que podem ser diferentes de um lugar para outro, de vez que têm que obedecer, tanto quanto possível, às diferentes condições locais, mas sim, da uniformização de certas formas de seu trabalho. Assim, torna-se necessária a rigorosa padronização dos modelos de pedido e oferta de trabalho (diferente para menores e maiores), evidentemente, com a faculdade, deixada a cada órgão, de acrescentar dados adicionais num suplemento à ficha (por exemplo: para certas categorias superiores e qualificadas de trabalhadores, com relação às quais os dados gerais não bastariam para apreciação do valor profissional dos candidatos ao emprego, etc.). Tal padronização é um pré-requisito imprescindível do "clearing" regional e, eventualmente, interprofissional da mão de obra, (veja-se alíneas d e e seguintes);
- d) organização do intercâmbio eficaz, rápido e tecnicamente impecável dos pedidos e ofertas de emprego entre várias partes do país (compensação inter-regional);
- e) organização, eventual, de intercâmbio tecnicamente executado entre profissões (compensação interprofissional);
- f) iniciativas no sentido de suprir deficiências observadas na organização da rede local dos serviços de colocação de trabalho;
- g) estudos dos rumos de mercado de trabalho;

- h) orientação dos programas do ensino profissional do ponto de vista das necessidades do mercado de trabalho;
- i) organização da estatística de desemprego (uniformização dos critérios);
- j) estudo das medidas assistenciais de emergência que se possam tornar necessárias;
- k) funções consultivas a respeito da eventual introdução das carteiras do seguro desemprego (veja-se o projeto Substantivo no Congresso de autoria do deputado Aluizio Alves).

N O T A: Como resulta da lista das funções do Departamento Nacional de Trabalho (Secção de Colocação de Trabalhadores da Divisão de Orientação e Assistência Sindical), ele deveria, para poder atender às suas funções relevantes acima referidas, abster-se das funções diretas de colocação do trabalho para as quais não está devidamente aparelhado, não dispondo dos fundos orçamentários necessários para atacar com sucesso essa tarefa; assim, deveriam ser extintas as suas funções escassas e limitadas na prática à Capital Federal, que passariam a ser distribuídas de acordo com as recomendações indicadas mais adiante, entre diversos órgãos locais. Só em casos excepcionais, em que não existam outras possibilidades de atender às necessidades em foco, os serviços de emprego ficariam a cargo e responsabilidade direta dos órgãos federais de administração de trabalho, para solucionar os casos de desemprego com seus próprios recursos e serviços prestados diretamente.

2. Gratuidade de Serviços.

Os serviços de colocação de trabalho deverão ser prestados gratuitamente com relação aos desempregados, involuntários, tanto com relação aos candidatos ao emprego quanto aos empregadores.

3. Habilitação dos desempregados.

O procedimento deverá ser o mais simplificado possível. (Carteira de trabalho com prova da dispensa pelo último empregador ou, mesmo, em falta dessa anotação, qualquer prova indireta do estado do desemprego involuntário).

4. Exame Médico.

Não deverá ter caráter obrigatório. Nada justificaria um modo de agir que visasse exames médicos de todos os desem -

pregados indistintamente. De fato, isso não daria nenhum efeito prático especial e acarretaria despesas desnecessárias, tanto mais que não existem recursos (fora das possibilidades limitadas de algumas instituições de Previdência Social) lhes prestar cuidados médicos objetivando o restabelecimento da capacidade ao trabalho porventura reduzida por enfermidade.

O exame médico deveria ser adstrito, a nosso ver, às pessoas que, de acordo com os dados pessoais evidenciados pelo fichário ou com base em todos os elementos disponíveis sobre o seu caso:

- 1) perdessem o emprego como resultado da redução de sua capacidade ao trabalho em consequência de estado patológico da sua saúde (enfermidade); ou
- 2) fossem dispensados em virtude da sua incapacidade física de exercer o trabalho.

Nessas hipóteses, os desempregados deveriam ser submetidos ao exame médico. Na primeira, torna-se necessário proceder ao exame médico geral do desempregado, a fim de verificar se pode ser encaminhado ao emprego e, eventualmente, qual é o emprego que pode exercer.

Na segunda, impõe-se um exame específico relativo ao campo determinante da incapacidade física verificada, como por exemplo, a força muscular e conseqüente resistência à fadiga.

Quanto aos menores que entrassem pela primeira vez na vida ativa, procurando emprego, tal providência torna-se desnecessária, devido ao exame médico a que estão sujeitos antes de receber a carteira de trabalho de menores.

De acordo com a praxe geral, o exame nos casos acima enumerados deverá ser efetuado, se possível, a título gratuito (isto é sem devolução das despesas por parte dos órgãos de colocação de trabalho), na base de ato especial do Departamento Nacional de Previdência Social, pelas instituições de Previdência Social às quais os segurados foram filiados antes de perder o último emprego.

5. Testes de Seleção e Outros.

Seria também nitidamente contrário a tôdas as experiências, pouco vantajoso e antieconômico (despesa muito elevada), proceder, em todos os casos de colocação dos desempregados, a Testes de Seleção ou Aptidão Profissional ou quaisquer outros congêneres.

Os casos nos quais parece conveniente proceder, dentro do possível, a exames psicotécnicos dos desempregados são os seguintes:

- a) quando solicita tal exame o empregador, declarando a sua disposição de custear a respectiva despesa;
- b) em casos de técnicos particularmente especializados (por exemplo: imigrantes à procura do emprego conveniente), cuja colocação se torna difícil sem verificação das suas aptidões, ficando à critério dos órgãos de colocação, em cada caso em aprêço, a determinação do custeio da respectiva despesa;
- c) em todos os casos da readaptação profissional, quando o desempregado, incapaz de continuar trabalhar na sua antiga profissão, por qualquer motivo subjetivo (desajuste, etc.) ou objetivo, vê-se na necessidade de procurar um outro trabalho, com exigências diferentes do emprego anteriormente exercido;
- d) para todos os menores que não tendo sido submetidos com antecedência a tal exame nas escolas profissionais, etc., procuram pela primeira vez um emprego.

Nas hipóteses mencionadas nas alíneas c e d, os órgãos de colocação de trabalho deveriam custear a respectiva despesa, sendo que as entidades que procedessem aos exames deveriam conceder abatimentos especiais para êsse efeito, organizando formas mais simplificadas de testes, dos inteiros grupos de desempregados.

No Distrito Federal tais testes poderiam ser feitos pelo Instituto de Seleção e Orientação Profissional da Fundação Getúlio Vargas, e em São Paulo por Instituto congênere.

Quanto aos trabalhos acima referidos, que tivessem lugar fora dessas duas capitais, deveriam ser preparadas, pelo Instituto de Seleção e Orientação Profissional, instruções para execução dos testes de forma a possibilitar aos funcionários

dos órgãos locais de colocação de trabalho, o exame dos candidatos cuja apreciação, em certos casos (órgãos equipados de melhor modo), poderia ser feita in loco, enquanto, em outros, os resultados poderiam ser mandados para êsse efeito ao Instituto.

Caberia, também ao Instituto, mediante cursos especiais, o preparo elementar dos funcionários locais a serem encarregados dessa função.

N O T A: As atividades de seleção e orientação profissional serão aplicadas de acôrdo com as normas propostas pelo Instituto referido e aprovadas pelo Departamento Nacional do Trabalho, descentralizando-se, tanto quanto possível, a aplicação de provas, inclusive transferindo algumas de mais simples execução aos próprios órgãos do sistema de colocação. Em particular, far-se-iam as seguintes verificações:

- 1) preenchimento de um pequeno questionário de interêsses vocacionais;
- 2) provas de inteligência especial ou verbal, conforme o trabalho para o qual o indivíduo se candidate;
- 3) prova de destreza e habilidade manual para os candidatos aos trabalhos que exigem tal aptidão;
- 4) outras provas de acuidade e aptidões especiais, quando os tipos particulares de trabalho o exigirem.

Como essas provas não serão, em geral, executadas pelos órgãos de colocação, êstes pagarão às entidades de seleção e orientação profissional que as realizarem, contribuições módicas, que não excederão limites razoáveis a serem estabelecidos de comum acôrdo.

Os analfabetos (para fins dessas provas os que não souberem escrever números), candidatos a trabalhos puros e simples

mente braçais, não seriam, por enquanto, submetidos a exames psicotécnicos.

O Instituto providenciará, oportunamente, a adaptação dos testes aos analfabetos.

6. Franquia Postal.

Deverá ser garantida a franquia postal a todos os órgãos mencionados na alínea 1.a), na sua correspondência relacionada com a colocação do trabalho dos desempregados.

7. Perda do direito à inscrição dos desempregados dispensados do emprêgo que lhes fôr indicado (art. 5 do decreto)

A portaria a ser expedida deveria amenizar os efeitos demasiadamente rigorosos do dispositivo acima referido, p. ex. estipulando que tal sanção será aplicada quando se verificar que os desempregados tenham sido dispensados em virtude de comportamento que, de acôrdo com o art. 482 da Consolidação das Leis do Trabalho, constitua justa causa para rescisão do ajuste de Trabalho pelo empregador.

Com efeito, parece carecer de justificativa suficiente a aplicação desse dispositivo aos casos em que o desempregado, sem qualquer culpa ou mesmo indireta responsabilidade, fôr dispensado pelo empregador.

8. Perda do direito à inscrição dos desempregados que não aceitarem um emprêgo condigno que lhes fôr oferecido.

Como é natural tôdas as providências legislativas relacionadas com o desemprego não se referem senão aos casos de desemprego involuntário.

Ora, o exame das condições prevaescentes no mercado de trabalho brasileiro e o intuito de reprimir todos os tipos de vagabundagem, freqüentemente disfarçadas sob a forma de desemprego, leva-nos a peitear uma solução que em complemento à faculdade já prevista no art. 5 (que porém não se refere senão aos casos dos desempregados que depois de terem aceito o emprêgo oferecido não entrarem em exercício), acrescentaria sanções

com relação aos desempregados que sem justificativa suficiente se recusassem a aceitar um emprêgo conveniente, conforme sua preparação profissional e educação, capacidades físicas e mentais e razoavelmente remunerado etc., que lhes seja oferecido pelos órgãos de colocação. Assim, seriam excluídos do campo de atividades dos órgãos de colocação os que, de modo manifesto, não pudessem ser considerados como desempregados involuntários.

9. Despesas de transporte (art. 6 do decreto)

Deverão ser procurados meios de atender às despesas de transporte para desempregados cujo emprêgo fora da zona a que estiverem radicados possa ser considerado assegurado (sob forma de contrato celebrado pelo empregador ou outra), sem que, no entanto, o empregador se prontifique a assumir o compromisso dessa despesa (isto é fora dos casos referidos no art. 6 do decreto).

10. Divulgação dos pedidos e ofertas de emprêgo.

Parece necessário prever formas de divulgação econômica, simplificadas e acessíveis ao ambiente interessado no funcionamento da colocação de trabalho, dos pedidos e ofertas de emprêgo (rádio, imprensa: diários oficiais e jornais, boletim especial, divulgação nos escritórios da administração de trabalho etc. e, evidentemente nos locais dos órgãos de colocação de trabalho).

11. Sistema incumbido da colocação de trabalho.

O sistema de órgãos incumbidos do problema da colocação de trabalho, compreenderia três níveis hierárquicos:

- a) o primeiro ficaria constituído dos órgãos executivos propriamente de colocação, todos de caráter local, e que, em geral, seriam:
 - 1) As Divisões Regionais do SESI e do SESC, respectivamente, para o emprêgo na indústria e no comércio.
 - 2) Os órgãos locais de colonização, para a agricultura.
 - 3) Os sindicatos profissionais, para os campos específicos correspondentes.

- 4) Entidades de caráter social que atuem no setor considerado.
- b) O segundo compor-se-ia dos órgãos, ainda de caráter local, que complementassem as atividades regionais correspondentes, bem como as entrosassem com as das demais regiões, cabendo-lhes, em particular:
 - 1) Superintender a coordenação local.
 - 2) Complementar e adaptar as normas gerais, de âmbito nacional, de acordo com as características da região.
 - 3) Incentivar a implantação total do sistema local.
 - 4) Suplementar lacunas enquanto o sistema local não estiver integralmente implantado.
 - 5) Promover o intercâmbio interprofissional local e, de um modo geral, entre os setores dos órgãos participantes do sistema local.
 - 6) Incumbir-se da articulação com as demais regiões do país, especialmente tendo em vista a compensação internacional.
- c) O terceiro seria representado pelo próprio Departamento Nacional do Trabalho, cujas atribuições já foram de início mencionadas.

Quanto à organização a ser dada, nos níveis a e b para atender às diferentes regiões do país, cumpre distinguir:

- A) O Distrito Federal.
- B) São Paulo (Capital).
- C) Os principais centros industriais e maiores aglomerações urbanas.
- D) A parte restante do país.

Para os dois primeiros centros deverão ser cuidadosamente elaborados, desde já, planos especiais, rigorosamente adaptados às condições locais e tomando em consideração os órgãos ali já existentes.

Para as entidades territoriais referidas nas duas últimas alíneas, deverão ser preparados esquemas gerais estandarizados, capazes de servir de base para planos locais.

Ad A Distrito Federal cumpre, em primeiro lugar:

- a) delimitar com maior atenção o campo de atividades dos órgãos já existentes (alínea 11,a).
- b) criar o órgão de complementação e supervisão local (alínea 11,b).

Ad a) A delimitação deveria, em tese, obedecer às seguintes idéias:

1. O Instituto de Seleção e Orientação, filiado à Fundação Getúlio Vargas, será encarregado da preparação das provas de seleção e outras para todos os órgãos nas condições referidas acima no item 5.
2. O Exame Médico dos desempregados caberia, dentro das instruções elaboradas para esse efeito pelo Departamento Nacional de Trabalho, de acordo com o Departamento Nacional de Previdência Social, às instituições de Aposentadoria e Pensões (Institutos ou Caixas), às quais o desempregado foi última-mente filiado.
Em falta de filiação anterior à instituição de Aposentadoria e Pensões, tais funções caberiam ao Departamento Nacional de Trabalho.
3. A colocação de trabalho para imigrados incumbiria, quanto às correntes de imigração dirigida, aos órgãos da administração de imigração; no que diz respeito aos imigrantes espontâneos, aos órgãos mencionados abaixo, de acordo com a sua profissão.
4. A colocação de trabalho para operários braçais de indústria seria objeto das atividades da SESI (Divisão Regional do Rio de Janeiro).
5. Quanto ao pessoal comercial, tal função seria exercida, provavelmente, pelo SESCO.
6. Os sindicatos de trabalhadores, que fossem autorizados na base da portaria presente, teriam a seu cargo a colocação de trabalho para os trabalhadores filiados aos mesmos.

N O T A: Seriam autorizados para esse efeito, apenas os Sindicatos devidamente equipados e com organização que os habilite a exercer com proveito tais funções.

7. Com relação aos seus filiados, poderão continuar exercendo tal atividade, de acordo com seus respectivos estatutos, as organizações e associações tais como a Associação de Ex-Combatentes, etc.

N O T A: Todas essas associações, para receber autorização nesse sentido do Departamento Nacional de Trabalho, deverão estar devidamente registradas neste Departamento, preenchendo os respectivos questionários, bem como terão obrigação de submeter aos Departamentos os relatórios anuais das suas atividades, etc.

8. Deverá ser promovida, ainda, a criação de um serviço especial de colocação de trabalho para o serviço doméstico, ramo esse explorado atualmente apenas pelas agências lucrativas e privadas de colocação.

Ad b) O Serviço Social de Colocação de Trabalho, a ser constituído como organização separada e autônoma, de acordo com projeto a ser apresentado oportunamente pela Fundação Getúlio Vargas, tomaria conta:

- 1) mediante serviços do Instituto de Seleção e Orientação acima mencionados, das provas de seleção, de aptidão profissional, etc.;
- 2) da colocação de trabalho para todos os grupos de trabalhadores excluídos do campo de atividades dos órgãos supra-mencionados (item a), com particular atenção dedicada ao pessoal médio e superior qualificado, da administração da indústria, transportes, seguros, bancos, etc., incluído técnicos e engenheiros, aos menores em geral, etc.;
- 3) da compensação dos pedidos e ofertas de trabalho que não puder ser solucionada dentro dos órgãos especiais e profissionais mencionados no item a);
- 4) dos estudos e pesquisas do mercado de trabalho no Distrito Federal em geral (no futuro no inteiro território nacional);
- 5) da estatística do emprego e desemprego;
- 6) das atividades no setor de orientação, treinamento e reeducação profissional.
- 7) dos trabalhos especiais que lhe forem confiados nesse setor pelo Departamento Nacional de Trabalho.

Ad B São Paulo

.....

Ad C Principais centros e maiores aglomerações urbanas.

Deveria ser incentivada e promovida pelo Departamento Nacional de Trabalho, por intermédio das delegacias regionais, a constituição dos órgãos autárquicos e sociais, de caráter profissional não lucrativo, mediante organização dos serviços regionais de colocação das entidades referidas acima com relação ao Distrito Federal e a sua coordenação.

Ad C Demais localidades.

Quanto as demais localidades a preferência deverá ser dada aos serviços de colocação de caráter municipal, aplicável a todas as profissões, que atuariam, assim, indiferentemente para quaisquer desempregados.

MOVIMENTO DE ENTRADA E SAIDA DE DOCUMENTOS

NA SECÇÃO DE COMUNICAÇÕES

Natureza do documento	Recebidos	Expedidos
Cartas e ofícios	653	604
Circulares	11	1 864
Contas e faturas	183	-
Documentos arquivados	229	-
Publicações	11 619	21 452
Requerimentos	248	22
Telegramas e cabogramas	284	464

RESUMO DAS REFEIÇÕES ATENDIDAS
NO RESTAURANTE

MESES	R E F E I Ç O E S		
	Almoços	Jantares	Lanches
Janeiro	1 116	-	2 216
Fevereiro	1 008	-	2 039
Março	1 108	763	2 285
Abril	1 044	989	2 735
Maio	1 257	941	3 276
Junho	1 341	836	2 997
Julho	1 435	183	3 685
Agosto	1 652	568	3 600
Setembro	2 196	662	4 298
Outubro	2 114	877	4 420
Novembro	1 651	897	2 852
Dezembro	2 168	429	4 511
TOTAL GERAL	18 090	7 145	38 914

DISTRIBUIÇÃO DE MATERIAL

MESES	DISTRIBUIÇÃO DE MATERIAL				Req. aten- didas
	Consumo	Semi-perm.	Permanente	Total	
JANEIRO	6 691,90	1 886,00	580,00	9.457,90	215
FEVEREIRO	5 407,70	1 166,30	100,00	6 674,00	225
MARÇO	36.029,60	6 914,00	660,00	43 603,60	339
ABRIL	14 873,50	2 707,50	23 875,00	41 456,00	349
MAIO	35 150,30	1 370,80	1 950,00	38 471,10	410
JUNHO	34 422,50	7 166,20	45 410,00	86 998,70	477
JULHO	23 307,00	1 308,30	40 675,00	67 290,30	544
AGOSTO	37 816,10	-	207 090,00	244 906,10	514
SETEMBRO	59 775,20	-	25 087,00	84 862,20	584
OUTUBRO	62 769,60	-	39 775,00	102 524,60	592
NOVEMBRO	50 402,20	-	7 078,00	57 480,20	522
DEZEMBRO	99 824,60	-	484 547,10	584 371,70	674
TOTAIS	468 770,20	22 519,10	876 807,10	1 368.096,40	5 445

MOVIMENTAÇÃO DE PESSOAL

O R G A O S	EXISTENTES EM DEZEMBRO DE 1 946	MOVIMENTAÇÃO EM 1 947		EXISTENTES EM DEZEMBRO DE 1 947
		Entrados	Saídos	
Presidência	2	2	1	3
Direção Executiva	2	1	-	3
Dep.Pesquisas e Documentação	17	78	32	63
Centro de Análise da Conj.Econômica	-	15	1	14
Dep. de Organização	1	8	1	8
Centro de Seleção e Cr.Profissional	-	21	-	21
Serv.Social Emprego	-	1	-	1
Dep. de Ensino	2	20	-	22
Nucleo de Economia	-	2	-	2
Sup.Administrativa	23	17	3	37
Zeladoria	26	37	9	54
TOTAIS GERAIS	73	202	47	228

TRABALHOS DE IMPRESSAO EXECUTADOS PELA
SECÇÃO DE MECANIZAÇÃO

NATUREZA DO TRABALHO	TRABALHOS EXECUTADOS NO MIMEOGRAFO			TRABALHOS EXECUTADOS NA MULTILITH		
	nº de trabalho	ti- ra- gem	Exempla res ti- rados	nº de trabalho	ti- ra- gem	Exempla res ti- rados
Apostilhas de aulas	925	150	138 750	276	150	41 400
Circulares	37	100	3 700	5	100	500
Programas de Cursos	31	100	3 100	-	-	-
Atos e Instruções	3	50	150	3	50	150
Impressos de uso interno	29	500	14 500	75	500	37 500
Provas para exames	73	100	7 300	-	-	-
Boletim "Conjuntura Econô- mica"	-	-	-	2	12000	24 000
TOTAL GERAL	1 098		167 500	361		103 400

RELATÓRIO APRESENTANDO OS PLANOS DE SALÁRIO E HIERARQUIZAÇÃO DE CARGOS E FUNÇÕES PARA O PESSOAL DA FUNDAÇÃO.

Senhor Diretor Executivo

Consoante as instruções recebidas de V. Sa, esta Divisão de Manutenção, por intermédio da Secção do Pessoal, procedeu a estudos no sentido de promover a reestruturação geral dos cargos e carreiras dos servidores desta Fundação.

2. Os motivos determinantes dessa medida, conforme bem salienta V. Sa, resultam:

- a) de não terem sido até a data presente, determinados os critérios indispensáveis à estruturação de um quadro de pessoal, que viesse a permitir aos servidores os benefícios de um plano de salários e possibilidades de acesso;
- b) da situação aflitiva em que se debatem os servidores da Fundação, em face do aumento do custo de vida e do desajustamento financeiro em que se encontram; e
- c) da situação da Fundação em não ter concedido nenhum aumento de salário aos seus servidores, quando os de idêntica categoria, os comerciários, já obtiveram dois reajustamentos.

3. Nessa conformidade e conhecidas as bases e diretrizes do trabalho dos técnicos em pessoal, Astério Dardeau Vieira e Ottolmyr Strauch, foi possível, somente agora, a apresentação definitiva do trabalho referente a estruturação de um quadro de pessoal para a Fundação Getúlio Vargas e o enquadramento imediato dos servidores aqui existentes.

4. Conforme já foi acentuado, esta Fundação não possuía um quadro que permitisse ajustar os candidatos que fossem admitidos. As admissões eram feitas de ordem superior e as denominações dadas aos servidores ficavam, quase sempre, à critério dos proponentes.

5. Visando esta parte do problema esta Divisão de Manutenção, com base nos trabalhos dos técnicos acima citados, apresenta a V. Sa o quadro do pessoal da Fundação (anexo nº 1 a fls. 5). Como se poderá verificar do quadro em apreço, o enquadramento seguinte abrange:

I - Cargos em Comissão e dentro destes as funções de Direção e de "Staff".

II - Carreiras e dentro destas as funções de Execução.

6. Nos cargos em comissão foram agrupados também, os colaboradores que terão gratificações mediante critério em estudo, e que será oportunamente apresentado ao julgamento de V. Sa.

7. Nas funções de Direção, foram reunidos os cargos que o Regimento Interno indica, tendo sido observadas as devidas proporções com relação ao atual desenvolvimento dos serviços da Fundação.

8. Nas Funções de "Staff" se enquadram os servidores com as atribuições especializadas de caráter assistencial.

9. Nas Funções de Execução foram dispostos os que atualmente estejam exercendo atribuições de execução, em setores de trabalho de finalidades específicas ou de administração geral.

10. As denominações adotadas e constantes do mesmo quadro são absolutamente gerais e permitem, com facilidade, situar os que forem admitidos, uma vez que presidindo estas denominações foi preparado um outro quadro que permite a classificação das pessoas, dentro das denominações gerais, segundo as exigências de conhecimento e de experiências impostas pelo cargo.

11. Complementando o quadro de estruturação de cargos foram fixados os níveis de salário, que, escalonados em classes, constituindo graus, permitem a determinação de um padrão de vencimentos com correspondência a um conjunto de atributos,

exigíveis para o desempenho de funções de direção, de "staff" ou de execução. Dentro desses graus estão contidas as graduações de salário que permitem as promoções horizontais, com base nos critérios de apuração do mérito e antiguidade, tudo de acordo com as normas que estão sendo estudadas.

12. A tabela referida foi estudada, avaliando-se os graus, segundo as exigências de perícias e conhecimentos dos diferentes cargos, verificando-se entre o grau 1 e o grau 4 uma variação vertical de Cr\$ 500,00 (quinhentos cruzeiros); do grau 4 ao grau 6 uma variação vertical de Cr\$ 1.000,00 (mil cruzeiros) e do grau 6 ao 9 uma variação vertical de Cr\$ 1.500,00 (mil e quinhentos cruzeiros) (anexo nº 2, fls. 6).

13. Estabelecidos esses critérios, foi feito, então, o enquadramento geral do pessoal atualmente em exercício (anexo nº 3, fls. 7), comparando-se a situação atual e a situação proposta.

14. Para fins de enquadramento a Secção do Pessoal procedeu ao levantamento das diversas funções atualmente desempenhadas, bem como os níveis de formação intelectual exigidos pelas mesmas. Assim, após o conhecimento das exigências impostas para cada um dos cargos foram estudadas as possibilidades de enquadramento, com base nos assentamentos funcionais e mais as informações prestadas pelos servidores e contidas nas inclusas fichas de qualificação.

15. Não esqueceu todavia esta Divisão de encarar, concretamente, o problema financeiro da questão em aprêço, como passo a demonstrar. De acordo com as instruções de V. Sª foi reduzido de muito, ora por modificação de rotinas de trabalho, ora por eliminação de atividades desnecessárias, as chamadas ou conhecidas despesas administrativas ou gerais, também denominadas como improdutivas. Assim, em relação a janeiro de 1946, houve uma redução de 22% a menos sobre a despesa com pessoal lotado nos órgãos de administração geral.

16. A despesa resultante do presente enquadramento atinge a Cr\$ 127.200,00 (cento e vinte sete mil e duzentos cruzeiros) mensais, sobre um total anterior de Cr\$95.950,00 (noventa e cinco mil novecentos e cinquenta cruzeiros) o que significa um aumento de 32,56% por mês. Esse aumento de Cr\$ 31.250,00 (trinta e um mil duzentos e cinquenta cruzeiros) se distribuído pelo total de 72 que é o número de servidores atualmente lotados nesta Fundação, a grosso modo, representaria para cada servidor em média Cr\$ 424,00 (quatrocentos e vinte e quatro cruzeiros) de aumento. Conclue-se dêsse modo, pelas demonstrações acima o cuidado e parcimônia com que foram realizados os presentes estudos, cujos resultados, ora submeto à consideração de V. Sã.

17. Esse projeto de reajustamento a par das imperfeições que possam existir, representa os resultados de detidas observações, contidas em vários estudos que se acham classificados em anexos.

18. Caso V. Sã haja por bem aprovar o reajustamento de salários aqui proposto, esta Divisão encarece ainda a V. Sã o exame, com especial cuidado da possibilidade de retroagir a janeiro, próximo passado, o aumento de salários aqui sugerido.

Aproveito a oportunidade para apresentar a V.Sã os meus protestos de estima e consideração.

GERALDO WILSON NUNAN

Chefe da Divisão de Manutenção.

ESQUEMA GERAL DE CLASSIFICA-
ÇÃO E REMUNERAÇÃO DO PESSOAL
DA FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS

I - CLASSIFICAÇÃO

Os cargos se distribuem por 9 graus de dificuldade e responsabilidade, assim definidos:

Grau 9 - corresponde ao cargo de Direção Geral e Superintendência de todos os serviços da Fundação, diretamente subordinado à Presidência.

Grau 8 - compreende os cargos de Direção de grandes setores de pesquisa ou ensino, de natureza técnica ou científica, diretamente subordinados à Direção Executiva; e os que a estes se equivalem em dificuldade ou responsabilidade.

Grau 7 - compreende os cargos de Chefia ou Direção de setores médios ou institutos autônomos de pesquisa ou ensino, de natureza técnica ou científica; os de Superintendência de grandes setores de trabalhos administrativos, diretamente subordinados à Direção Executiva; e os que a estes se equivalem em dificuldade ou responsabilidade.

Grau 6 - compreende os cargos de Chefia dos setores menores ou núcleos de pesquisa ou ensino, de natureza técnica ou científica; os de Chefia de setores médios de trabalhos administrativos; os que requerem conhecimentos de nível superior, ou experiência equivalente, e envolvem a execução de trabalho de pesquisa ou ensino, de natureza técnica ou científica, de grande dificuldade ou responsabilidade; e os que a este se equivalem.

Grau 5 - compreende os cargos de Chefia de unidade ou seções administrativas de maior complexidade; ou de menor

complexidade, com responsabilidade por valores; os de execução de trabalho de pesquisa ou ensino, de natureza técnica ou científica, de média dificuldade ou responsabilidade; e os a êstes equivalentes.

Grau 4 - compreende os cargos de Chefia de unidades ou secções administrativas de menor complexidade; os de execução de trabalho técnico ou científico de menor dificuldade; os de execução de trabalhos administrativos de maior dificuldade ou responsabilidade; ou de menor dificuldade mas com responsabilidade por valores; e os a êstes equivalentes.

Grau 3 - compreende os cargos de Chefia de grupos de trabalho manual e subalterno, com responsabilidade por valores; os de execução de trabalhos administrativos ou de escritório de média dificuldade ou responsabilidade; os de execução de trabalhos mecânicos e repetitivos, que requerem aprendizagem prévia e específica; e os a êstes equivalentes.

Grau 2 - compreende os cargos de execução dos mais elementares trabalhos de escritório; e os de execução de trabalhos manuais ou subalternos de relativa responsabilidade ou dificuldade.

Grau 1 - compreende os cargos de execução dos mais elementares trabalhos manuais e subalternos.

E S C A L A D E S A L Á R I O S

GRAUS	C L A S S E S						DIFERENÇAS DE CLASSES
	A	B	C	D	E	F	
9	9.000,00	9.500,00	10.000,00				500,00
8	7.000,00	7.400,00	7.800,00	8.200,00	8.600,00	9.000,00	400,00
7	5.500,00	5.800,00	6.100,00	6.400,00	6.700,00	7.000,00	300,00
6	4.000,00	4.300,00	4.600,00	4.900,00	5.200,00	5.500,00	300,00
5	3.000,00	3.200,00	3.400,00	3.600,00	3.800,00	4.000,00	200,00
4	2.000,00	2.200,00	2.400,00	2.600,00	2.800,00	3.000,00	200,00
3	1.500,00	1.600,00	1.700,00	1.800,00	1.900,00	2.000,00	100,00
2	1.000,00	1.100,00	1.200,00	1.300,00	1.400,00	1.500,00	100,00
1	500,00	600,00	700,00	800,00	900,00	1.000,00	100,00

ESCALONAMENTO DE CARGOS EM COMISSÃO E DE CARREIRA

GRAU	C A R G O S E M C O M I S S Ã O					C A R R E I R A S		
	FUNÇÕES DE DIREÇÃO			FUNÇÕES DE "STAFF"		FUNÇÕES DE EXECUÇÃO		
	Gerais	Técnicas	Administrativas	Técnicas	Administrativas	Técnicas	Administrativas	Serv. Gerais
9	Diretor Executivo	-	-	-	-	-	-	-
8	Delegado Regional de 1ª classe	Diretor de Departamento	-	Assistente do Diretor Executivo	-	-	-	-
7	Diretor de Instituto-Delegado Reg. de 2ª classe	Chefe de Divisão Técnica	Superintendente de administração	Assistente do Diretor de Departamento	-	-	-	-
6	Delegado Regional de 3ª classe	Chefe de Unidade Técnica	Chefe de Divisão Administrativa	-	-	Técnico	-	-
5	-	-	Chefe de Seção Administrativa	Secretário de Unidade Técnica	-	Adjunto Técnico	Técnico de Administração	-
4	-	-	-	-	Secretário Administrativo	Auxiliar Técnico	Adjunto Administrativo	-
3	-	-	-	-	-	Praticante Técnico	Auxiliar Administrativo	-
2	-	-	-	-	-	-	Praticante Administrativo	-
1	-	-	-	-	-	-	-	Serviçais

ANEXO XXVI

PROJETO 4 507 DE RELOTEAMENTO
DO TERRENO DOADO A FUNDAÇÃO PE
LA PREFEITURA DO D. FEDERAL.

ATA DA SESSÃO EXTRAORDINÁRIA
CONJUNTA DOS CONSELHOS CURADOR
E DIRETOR, REALIZADA EM 16/4/47.

Aos dezesseis dias do mês de abril de mil novecentos e quarenta e sete, na sede da Fundação Getúlio Vargas, à Praia de Botafogo número cento e oitenta e seis, na sala de sessões, reuniram-se, em sessão extraordinária conjunta, os Conselhos Curador e Diretor, convocados para deliberar sobre a doação à Fundação, por parte da Prefeitura do Distrito Federal, de um terreno na Esplanada do Castelo, de acôrdo com o Decreto - lei federal número sete mil cento e quarenta e oito, de treze de dezembro de mil novecentos e quarenta e quatro, e Decreto municipal número oito mil e doze, do dia vinte e oito do mesmo mês. Estiveram presentes os Senhores Adroaldo Junqueira Aires, Alberto Sá Souza de Brito Pereira, Carlos Alberto Lúcio Bittencourt, Felinto Epitácio Maia, Jorge Felipe Kafuri, Manoel Ber-gstron Lourenço Filho, Mário de Bittencourt Sampaio, Moacir Veloso Cardoso de Oliveira, Murilo Braga de Carvalho, Plínio Reis de Cantanhede e Almeida, Temístocles Brandão Cavalcanti, membro do Conselho Curador, Guilherme Guinle, João Carlos Vi-tal, José Carneiro Felipe, Mário Augusto Teixeira de Freitas, Rubens D'Almada Horta Porto, membros do Conselho Diretor, e Jor-ge Oscar de Mello Flôres, Diretor Executivo. No impedimento o-casional do Presidente da Fundação e do respectivo Conselho Di-retor, bem como em virtude de não haver sido ainda eleito o Pre-sidente do Conselho Curador, na forma do artigo dez, parte fi-nal, e do artigo quarenta e um dos Estatutos, assumiu a presi-dência da sessão conjunta, segundo o preceituado no artigo quín-ze dos mesmos Estatutos, o Vice-Presidente do Conselho Dire -

tor, Senhor João Carlos Vital. Este deu início aos trabalhos às dezesete horas e vinte minutos, expondo os acontecimentos que dificultaram a efetivação da doação em aprêço, em particular a imissão do Edifício Vitória SA. na posse do lote à rua Santa Luzia número quinhentos e setenta e seis, em consequência do acórdão do Supremo Tribunal Federal de quatorze de novembro de mil novecentos e quarenta e cinco, que considerou caduca a desapropriação do referido imóvel, por não ter sido executada no prazo prefixado pela própria Prefeitura. A seguir passou a palavra ao Diretor Executivo, o qual historiou os entendimentos que levaram a efeito para resolver o caso, especialmente junto à Superintendência de Financiamento Urbanístico da Secretaria de Finanças e ao Departamento de Urbanismo da Secretaria de Viação e Obras, ambos da Prefeitura do Distrito Federal, tendo-se procurado atender a todos os interesses em presença, os quais, do ponto de vista da Fundação, traduziam-se, principalmente, por uma compensação do decréscimo de área em aumento de gabarito, pela garantia de uma harmonia de conjunto e pela rapidez da solução. Em decorrência dos entendimentos mencionados, foram fixadas as bases para um acôrdo geral entre as partes, cujas condições podem ser resumidas na substituição do terreno inicial pelo lote número um constante do projeto número quatro mil quinhentos e cinco da mesma Prefeitura. Debatido o assunto, foram aceitas, unânimemente, as bases estabelecidas e as condições consequentes, ficando autorizados o Vice-Presidente, Senhor João Carlos Vital, no impedimento ocasional e o Diretor Executivo, Senhor Jorge Oscar de Mello Flôres, a: em nome da Fundação Getúlio Vargas, assinar a escritura de doação a esta última, pela Prefeitura do Distrito Federal, da área de terreno= lote número um, da rua Santa Luzia, lado impar, limitando-se com o lote número dois, do Edifício Vitória S.A., constantes da planta e projeto de alinhamento do jardim fron-

teiro ao edifício-sede do Ministério da Educação e Saúde, com preendido entre a avenida Graça Aranha e o prolongamento da rua da Imprensa, na Esplanada do Castelo-, doada pelo Decreto- lei número sete mil cento e quarenta e oito, de treze de dezembro de mil novecentos e quarenta e quatro, e pelo Decreto número oito mil e doze, de vinte e oito de dezembro de mil novecentos e quarenta e quatro, com as modificações e restrições posteriores, bem como as condições de acôrdo entre os interessados e proprietários de áreas na referida zona da Esplanada, área doa essa que mede dois mil e nove metros quadrados e sessenta e três decímetros quadrados e que substitui a que é referida nos mencionados Decreto-lei federal e Decreto municipal, assumindo a Fundação Getúlio Vargas o compromisso de edificar no local de conformidade com o projeto número quatro mil quinhentos e cinco, dando assim por abonados os seus aludidos Vice- Presidente e Diretor Executivo, respectivamente, Senhores João Carlos Vital e Jorge Oscar de Mello Flôres, para aceitar a doação em nome da Fundação, fazer cessão gratuita da área necessária, o recuo e a investidura indispensáveis, e praticar todos os demais atos necessários ao cumprimento desta autorização, feitas nos têrmos dos artigos onze, quatorze, quinze e dezeseite dos Estatutos. Às dezenove horas e dez minutos foi interrompida a sessão, para a lavratura da presente ata, posteriormente lida e, unânimemente, aprovada. Às dezenove horas e cinqüenta minutos, na da mais havendo a tratar, o Senhor João Carlos Vital deu por encerrada a sessão, agradecendo o comparecimento de todos os presentes.

OFÍCIO ENCAMINHADO PELA FUNDAÇÃO
AO EXMº SENHOR PREFEITO DO DIS -
TRITO FEDERAL A PROPÓSITO DE EFE
TIVAÇÃO DA DOAÇÃO DA PREFEITURA
A ESTA ENTIDADE.

FGV- 195

Excelentíssimo Senhor Prefeito do Distrito Federal

Chamados pelo Senhor Dr. João Gualberto Marques Pôrto, M. D. Superintendente do Financiamento Urbanístico da Secretaria de Finanças dessa Prefeitura, a propósito do processo de efetivação da doação desta última à Fundação Getúlio Vargas, comparecemos no dia 27 do corrente à sede do aludido Serviço, à rua da Alfândega nº 42, 1º andar, tendo a declarar:

- 1º) Que examinamos o "Projeto de Reloteamento do Jardim Fronteiro ao Ministério da Educação", que modifica os projetos nos. 3 474 e 4 155 e foi elaborado pelo Departamento de Urbanismo da Secretaria de Viação e Obras da Prefeitura.
- 2º) Que verificamos, em particular, a solução no mesmo adotada, para a efetivação da doação em aprêço, que resultou do Decreto-lei federal nº 7 148, de 13 de dezembro de 1 944, do Decreto municipal nº 8 012, de 28 de dezembro de 1 944, e do compromisso assumido por essa Prefeitura na escritura pública de constituição desta Fundação, de 27 de fevereiro de 1945.

- 3º) Que aceitamos a solução referida, consubstan-
ciada no lote n. 1, e pela qual a redução da
área bruta de 3 000 m² para a área líquida
construível de 2 009,63 m², bem como a obri-
gatoriedade de ficar vasada uma parte da cons-
trução no pavimento térreo, foram compensadas
com a elevação do gabarito para 18 pavimentos,
fora a sobre-loja, e pela extensão do sub-solo
até próximo ao alinhamento da rua Santa Luzia,
no mínimo segundo o prolongamento da face in-
terna da galeria aprovada.
- 4º) Que salientamos, quanto à extensão do sub-so-
lo que, embora não figurando ela, explícitamen-
te no supra-citado projeto, ficou assente, quan-
do da elaboração deste último no Departamento
de Urbanismo dessa Prefeitura.
- 5º) Que aceitamos, igualmente, fornecer à "Edifi-
cio Vitória S.A." os elementos de projeto, re-
lativos às plantas e especificações de facha-
das do bloco incluindo o prédio desta Fundação,
que forem aprovados por essa Prefeitura, tendo
em vista atender ao conjunto com o edifício -
sede do Ministério da Educação.
- 6º) Que é do máximo interesse para esta Fundação
iniciar a obra tão cedo sejam aprovadas as plan-
tas respectivas por essa Prefeitura, bem como
executá-la no menor prazo possível.

Assim, viemos solicitar a V.Exª se digne determinar
a anexação da presente petição ao processo de doação do imó-
vel a esta Fundação, a fim de que a mesma se possa efetivar.

P.D.

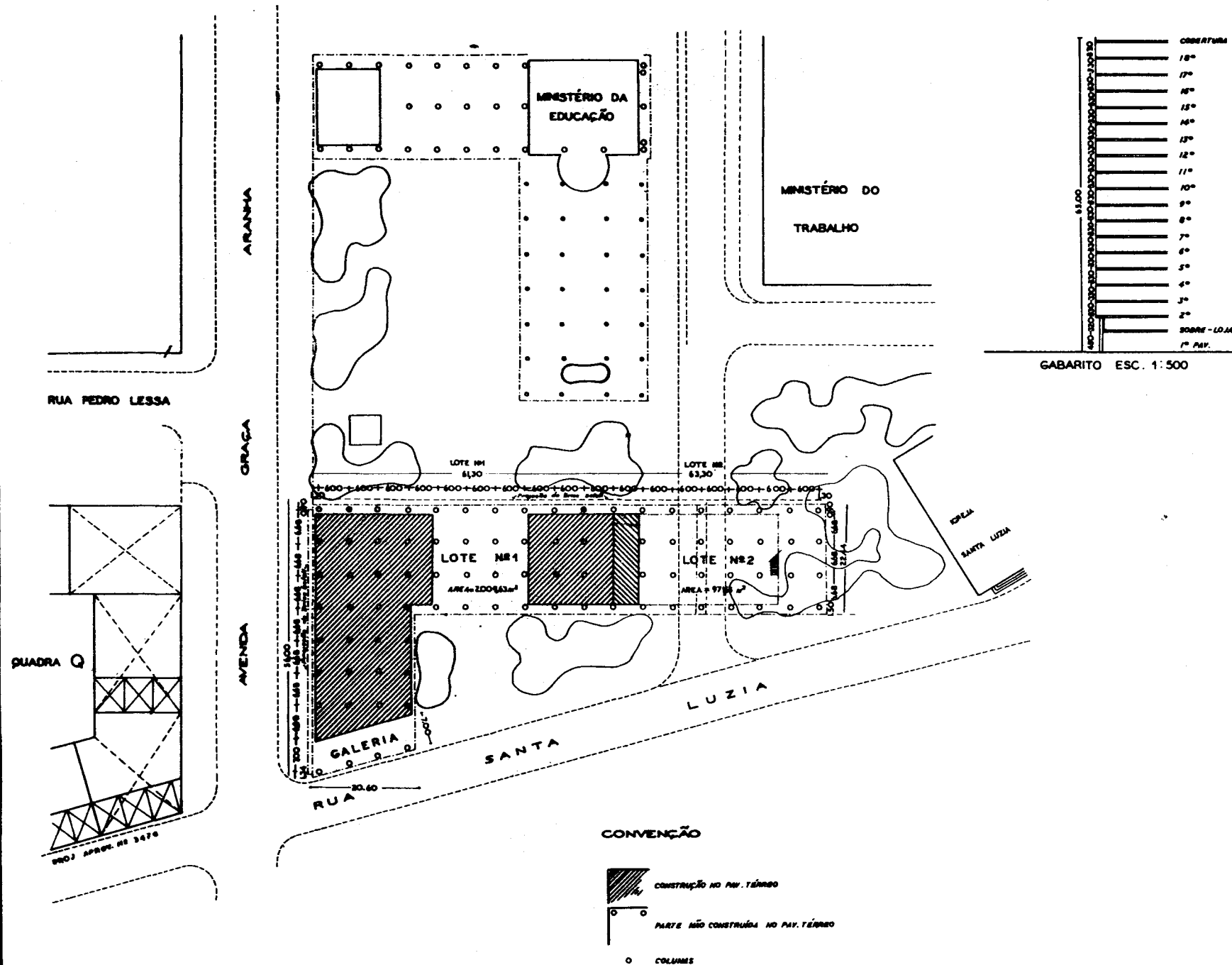
Rio de Janeiro, 29 de novembro de 1946

a) Luiz Simões Lopes
Presidente

a) Jorge Oscar de Mello Flôres
Diretor Executivo

-:-

PROJETO DE LOTEAMENTO DO JARDIM FRONTEIRO AO MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO, MODIFICANDO OS PROJ. 3474, 4155



ANEXO XXVII

COMPROMISSO DE DOAÇÃO DE IMÓVEL PELO ESTADO DE SÃO PAULO A ESTA FUNDAÇÃO E CONSTANTE DA ESCRITURA DE CONSTITUIÇÃO DESTA ENTIDADE, LAVRADA NO 17º OFÍCIO DE NOTAS- TABELIÃO LUIZ CAVALCANTI FILHO, EM DATA DE 20-12-1944, NESTA CAPITAL.

Pelo Estado de São Paulo, neste ato representado pelo seu Secretário da Fazenda Dr. Francisco D'Auria, brasileiro, sui juris, e este por seu procurador Frederico Herrmann Junior, conforme procuração que se registra nestas notas, foi dito que para instituir a Fundação doava a esta entidade, como doado tem, a quantia de Cr\$ 500.000,00 (quinhentos mil cruzeiros), a ser entregue à mesma em moeda corrente logo que adquira personalidade jurídica e a transferir à Fundação, logo que esta lho exigir, livre e desembaraçado de quaisquer ônus e impostos terreno situado na Cidade de S. Paulo, com a área aproximada de 300.000 m², dentro de um raio de 10 km da Praça da Sé, da referida cidade; o presente compromisso é assumido "ad referendum" do Conselho Administrativo do Estado de São Paulo.

PARECER Nº 2 770, de 1 944, PUBLICADO NO DIÁRIO OFICIAL DE 2/12/44.

A presente proposta legislativa da Interventoria Federal autoriza e fixa a contribuição do Estado para a Fundação Getúlio Vargas, criada pelo Decreto-lei federal 6 693, de 14 de julho de 1 944 por proposta do Departamento Administrativo do Serviço Público e que objetiva aparelhar o País com recursos necessários a criação de novas fontes de riqueza e à elevação dos nossos padrões de atividades profissional e técnica.

Consta do processo parecer da Contadoria Central do Estado, indicando como recurso de cobertura do crédito de Cr\$ 500.000,00 a ser aberto, o produto de competentes operações de crédito.

A medida que visa a cooperação do Estado com uma iniciativa de nítido interesse nacional e de flagrante oportunidade parece-me em condições de ser aprovado.

Ao Plenário submeto pois, nos próprios termos, o seguinte:

PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 2 631 de 1 944

O Conselho Administrativo do Estado aprova, nos próprios termos em que se acha redigido, o Projeto de decreto-lei da Interventoria Federal remetido com o seu ofício nº 15 508/44, a saber:

O Interventor Federal no Estado de São Paulo, usando da atribuição que lhe confere o Art. 6º, nº V, do decreto-lei federal nº 1 202, de 8 de abril de 1 939, decreta:

Art. 1º - O Estado de São Paulo contribuirá com a importância de Cr\$ 500,000,00 para a constituição da Fundação Getúlio Vargas criada pelo Decreto-lei nº 6 693, de 14 de julho de 1 944, com sede no Rio de Janeiro.

Art. 2º - Para atender despesa com a contribuição referida no artigo precedente, fica aberto na Secretaria da Fazenda à Secretaria da Interventoria, um crédito especial de igual

importância com vigência até 1 945, cuja entrega poderá ser feita integralmente, neste exercício ou no próximo vindouro.

Parágrafo único - O valor do crédito referido neste artigo será coberto com os recursos provenientes do produto de operações de crédito que a Secretaria da Fazenda fica autorizada a realizar.

Art. 3º - Este decreto-lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

São Paulo, 29 de novembro de 1 944.

a) Miguel Reale
Relator.

O projeto acima foi aprovado, nos termos em que está redigido, pelo Conselho Administrativo conforme resolução nº 3 081 de 1 944, publicada no Diário Oficial do Estado de São Paulo de 22 de dezembro de 1 944.

O projeto foi convertido no Decreto-lei nº 14 400 de 26/12/44 publicado no Diário Oficial do Estado de 27/12/44.

OFÍCIO ENCAMINHADO POR ESTA
FUNDAÇÃO AO EXCELENTÍSSIMO
SENHOR GOVERNADOR DO ESTADO
DE SÃO PAULO, PROPONDO A SA-
TISFAÇÃO DO COMPROMISSO DA-
QUELE ESTADO EM APÓLICES.

FGV- 232

Excelentíssimo Senhor Governador do Estado de São Paulo

Em nome da Direção da "Fundação Getúlio Vargas", cujos Estatutos e certidão da Escritura de Constituição acham-se em anexo ao presente ofício, venho expor o que se segue.

Da aludida Escritura, datada de 20 de dezembro de 1944, consta o seguinte compromisso:

"Pelo Estado de São Paulo, neste ato representado pelo seu Secretário da Fazenda Dr. Francisco D'Auria, brasileiro, sui juris, e este por seu procurador Frederico Herrmann Junior, conforme procuração que se registra nestas notas, foi dito que para instituir a Fundação doava a esta entidade, como doado tem, a quantia de Cr\$ 500.000,00 (quinhentos mil cruzeiros), a ser entregue à mesma em moeda corrente logo que adquira personalidade jurídica e a transferir à Fundação, logo que esta lho exigir, livre e desembaraçado de quaisquer ônus e impostos, terreno situado na Cidade de S. Paulo, com a área aproximada de 300.000 m², dentro de um raio de 10 km da Praça da Sé, da referida cidade;"

Entretanto, conforme se verificou no período de mais de dois anos decorridos desde que foi firmado o compromisso em aprêço, não dispõe esse Estado de terreno para atender à cláusula supra.

Outra solução também tentada, a de ser substituído o imóvel por uma doação em dinheiro, no valor de Cr\$ 20.000.000,00 (vinte milhões de cruzeiros), não logrou sucesso e, no momento, parece impraticável, em face da situação geral das finanças públicas.

Nessas condições, a fim de facilitar a esse Estado a liquidação de seu compromisso, bem como permitir a esta Fun

dação usufruir, o mais depressa possível, da mencionada doação, indispensável ao desenvolvimento local das atividades respectivas, passo a sugerir seja a mesma efetivada em apólices estaduais.

Como base para a transformação proposta, ter-se-ia o montante de Cr\$ 20.000.000,00 (vinte milhões de cruzeiros) já atribuído ao compromisso e o valor de mercado das apólices, na véspera da assinatura do termo retificador da Escritura de Constituição.

Por êsse meio, suponho que se atenda, simultâneamente, às conveniências dêsse Estado e desta Fundação, razão pela qual apelo para V.Excia. no sentido de examinar com interêsse a modalidade formulada.

Aproveito a oportunidade para apresentar a V.Excia. os protestos de minha mais alta estima e distinta consideração.

CONSELHO ADMINISTRATIVO DO ESTADO DE SÃO PAULO. PARECER Nº574, DE 1 947. DATA 17 DE MAIO DE .. 1 947. RELATOR MARREY JÚNIOR. INTERESSADO GOVERNO DO ESTADO. PROCESSO N. 1 818/47. RATIFICAÇÃO OU NÃO DA OBRIGAÇÃO ASSUMIDA, EM 1 944, PELO ENTÃO INTERVENTOR FERNANDO COSTA, RELATIVO A AQUISIÇÃO DE IMÓVEL PARA SER DOADO À "FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS".

Tomando parte na escritura pública de constituição da "Fundação Getúlio Vargas" - instituição de caráter técnico-educativo, visando, especialmente nos seus aspectos administrativos e social, os problemas de organização racional do Trabalho - o Estado de São Paulo comprometeu-se a fazer-lhe a dotação de Cr\$ 500.000,00 (quinhentos mil cruzeiros) - de que já se desobrigou pelo Decreto-lei nº 14 400, de 26 de dezembro de 1 944 - e doar-lhe, livre e desembaraçado de qualquer ônus e impostos, terreno situado na cidade de São Paulo, com a área aproximada de 300.000,00 m2, dentro do raio de 10 km da Praça da Sé, compromisso esse assumido ad-referendum do Conselho Administrativo . Duas tentativas fez a Fundação para receber o terreno - não tendo sido, contudo, atendida porque, de uma vez o ex-Interventor sr. Fernando Costa, por motivos íntimos, não desejou que o Estado entrasse em negociações com quem dono fôsse do terreno então em vista, e de outra vez porque, o imóvel indicado era de muito maior área e ofertado por preço exagerado. O Governo pensou, em 1 945, em substituir o compromisso de doação do imóvel pela doação de Cr\$ 20.000.000,00 (vinte milhões de cruzeiros) - mandando o projeto de decreto-lei ao Conselho - mas não o devolvendo quando lhe foi enviado um requerimento do Relator designado. Intervieram, então, no assunto a Cia. City of S. Paulo Improvements and Freehold Land Company Limited e a Cia. Cidade Jardim - com um memorial apresentando sugestões sobre o local mais conveniente onde o Estado possa obter a área de terreno necessária à solução do compromisso e onde é pensamento da interessada erguer o "Instituto Francisco Matarazzo" - que seria um institu

to superior de ensino de Ciências Comerciais, Econômicas e Administrativas, cujas obras custearia o Conde Francisco Matarazzo Júnior. O Governo dos Interventores não deu solução ao compromisso. O do último Interventor, porém, pelo decreto-lei nº 15 844, de 13 de junho de 1946 - votado pelo Conselho em 1945 - concedeu isenção de impostos estaduais à "Fundação Getúlio Vargas". Havendo o Procurador Chefe da Procuradoria do Patrimônio Imobiliário e Cadastro do Estado de São Paulo representado ao sr. Secretário da Justiça sobre a melhor forma de resolver-se o compromisso - eis que não será conveniente nem aconselhável que perdure sem solução adequada - o sr. Secretário, por sua vez, levou o assunto ao conhecimento do Sr. Governador, opinando no sentido de ouvir-se o Conselho sobre se ratificaria ou não o compromisso e acrescentando não lhe parecer no momento conveniente que o Estado adquira imóvel de preço elevado para doá-lo a uma instituição particular. O Sr. Governador enviou, por isso, ao Conselho o ofício nº 6 226, de 24 de abril, do seguinte teor:

"Senhor Presidente - Transmitindo o processo nº 118 609/45, da Secretaria da Justiça e Negócios do Interior, relativo à aquisição de imóvel para ser doado à "Fundação Getúlio Vargas", tenho a honra de solicitar a V. Excia. o obséquio de providências no sentido de que êsse Conselho opine sobre a ratificação ou não da obrigação assumida em 1944 pelo então Interventor Fernando Costa.

Ao entender do titular daquela pasta, segundo consigna no despacho de fls. 41 vº, não parece conveniente sobrecarregar o Estado - com a efetivação de uma doação tão vultosa, não se compreendendo que o poder público adquira bens para, em seguida, doá-los a instituições particulares.

Sirvo-me do ensejo para apresentar a V.Exa. os protestos de minha elevada consideração".

Designado para o parecer, cumpre-me mencionar a observação do Sr. Diretor Geral da Secretaria de que o Conselho só poderia manifestar-se em face de um projeto de decreto-lei que a respeito o Sr. Governador formulasse - pois que não tem atribuição de pronunciar-se mediante simples consulta.

A meu ver, entretanto, não fugirá o Conselho à sua missão - pois a êle - por força da cláusula do compromisso te

ria de ser submetida a doação do imóvel. A cláusula ad-referendum importa em condição juridicamente possível - em face da organização político-administrativa do Estado pelo decreto-lei nº 1 202, de 1 939 e art. 14, do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias. Tendo em atenção que o Estado satisfaz a promessa de contribuição em dinheiro e isentou a beneficiária dos impostos estaduais a que estaria sujeita, concordo com o modo de entender do Sr. Secretário da Justiça e aceito pelo Sr. Governador. Como se proventura recebêssemos o projeto de decreto-lei autorizando a doação, penso que o Estado poderia forrar-se do compromisso em vista do preço alto do imóvel - qualquer que seja - situado dentro de um raio de 10 km da Praça da Sé, - principalmente por não parecer razoável que, numa época de evidentes dificuldades financeiras faça o Estado a aquisição para transmissão gratuita a terceiro, que, aliás, tem capacidade para a compra. Nestas condições, ofereço este parecer que, após as formalidades de publicação e discussão, caso com ele o Conselho concorde, será remetido ao Sr. Governador.

São Paulo, 17 de maio de 1 947.

a) - Marrey Júnior
Relator.

Cópia autêntica do original.
São Paulo, 15 de outubro de 1 947.

a) - Sérgio Muniz de Souza
Escriturário H

Copiado por Julia C. Maia de Andrade

Confere Maria Amelia da Silva

VISTO Nancy Breves de Menezes - Chefe de Secção.

OFÍCIO ENCAMINHADO A FUNDAÇÃO
PELA SECRETARIA DA JUSTIÇA E
NEGÓCIOS DO INTERIOR DO ESTA-
DO DE SÃO PAULO, COMUNICANDO
TER FICADO SEM EFEITO O COMPROMISSO DE DOAÇÃO DE UM IMÓVEL
NA CAPITAL DAQUELE ESTADO.

DE/Pr.118609/45
LC/

São Paulo, 22 de outubro de 1947.

Senhor Presidente

Cumpre-me comunicar a V.S. que ficou sem efeito o compromisso assumido pelo Estado de São Paulo, constante dos termos da escritura lavrada a 20 de dezembro de 1944, no Cartório do 17º Ofício de Notas, do Distrito Federal, no livro n. 476, a fls. 6 v., relativo à doação de imóvel na Capital do Estado de São Paulo, à "Fundação Getúlio Vargas", em virtude de não haver sido satisfeita a cláusula "ad referendum", de conformidade com o Parecer n. 574, anexo, do extinto Conselho Administrativo do Estado, publicado no "Diário Oficial" de 20 de junho de 1947, cláusula esta que condicionava aquêlê compromisso.

Apresento a V.S. os protestos do meu alto apreço e distinta consideração.

as) JOAO DE DEUS CARDOSO DE MELLO

SECRETARIO DA JUSTIÇA E NEGÓCIOS DO INTERIOR DO ESTADO DE SÃO PAULO

A S. S. o Sr. Dr. LUIZ SIMÕES LOPES,
Presidente da "Fundação Getúlio Vargas".

Praia de Botafogo, n.186 - RIO DE JANEIRO - D.F. -

ATA DA 30ª SESSÃO ORDINÁRIA
DO CONSELHO DIRETOR REALIZA-
DA EM SEIS DE NOVEMBRO DE
MIL NOVECENTOS E QUARENTA E
SETE.

Em seguida, leu uma comunicação do Secretário de Justiça e Negócios Interiores de São Paulo, em que S.Excia. trouxe ao conhecimento desta entidade que o governo de São Paulo resolveu anular a doação de terreno feita à Fundação Getúlio Vargas, argumentando que o Estado havia cumprido os compromissos assumidos com esta instituição, quanto as doações em dinheiro, não lhe sendo possível, entretanto, efetivar a doação do terreno, pois que a sua aquisição requer uma quantia muito elevada de dinheiro que o Estado não pode dispendar atualmente. A propósito, o Diretor Executivo leu o parecer que sobre o assunto deu o relator do Conselho Administrativo do Estado de São Paulo, no qual se baseou a decisão do Governo daquele Estado.

O assunto foi vivamente debatido e o Conselheiro Teixeira de Freitas indagou se não há uma escritura de doação. O Diretor Executivo responde que há e daí a pouco traz a escritura e lê os tópicos mais importantes da mesma, dentre os quais é destacado o que declara que a doação do terreno seria feita pelo Governo de São Paulo ad-referendum do Conselho Administrativo. O Diretor Executivo declara que o Conselho Administrativo havia dado parecer favorável ao decreto-lei do Governo de São Paulo doando à Fundação uma determinada quantia, de acordo com a escritura assinada e autenticada. O Doutor Teixeira de Freitas discorre sobre a questão e argumenta que há duas maneiras de interpretar o decreto-lei: primeiro sob o ponto de vista da forma jurídica ou da legalidade; segundo, sobre a sua validade quanto ao cumprimento integral do compromisso. Sugere que se devem tomar as providências urgentes que o caso requer, a fim de evitar a prescrição. O Diretor Executivo expõe todos os aspectos da questão para a apreciação do Conselho, concluindo

o Presidente que deve ser convocado o Conselho Curador, sendo esta sugestão aprovada. Ainda o Sr. Presidente tece comentários elucidativos sôbre o assunto e opina que no momento não é conveniente agir diretamente, embora seja necessário um estudo jurídico do assunto.

ESCRITURA DE RETIFICAÇÃO E RATIFICAÇÃO

Saibam todos quantos a presente escritura virem, que no ano de mil novecentos e quarenta e sete, aos dias do mês de _____, nesta cidade do Rio de Janeiro, em meu Cartório, perante mim Tabelião - compareceram partes entre si justas e contratadas como outorgantes e reciprocamente outorgados, de um lado o CONDE FRANCISCO MATARAZZO JÚNIOR, brasileiro, casado, industrial, domiciliado e residente em São Paulo, Capital do Estado do mesmo nome, ora de passagem nesta cidade; de outro lado a FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS, com sede nesta Cidade do Rio de Janeiro, representada pelo seu Presidente, Dr. Luiz Simões Lopes, pessoas de mim conhecidas e das testemunhas abaixo nomeadas e no fim assinadas, estas também minhas conhecidas, do que dou fé. E, perante essas testemunhas, pelos outorgantes e reciprocamente outorgados, falando cada um por sua vez me foi dito: que, mediante escritura lavrada nas notas do 17º Tabelião desta Capital, em 29 de maio de 1945, livro número 499, folhas 1, foi feita pelo primeiro outorgante e reciprocamente outorgado, CONDE FRANCISCO MATARAZZO JÚNIOR, uma doação com encargo à segunda outorgante, e reciprocamente outorgada, e que, de comum e expresse acôrdo, fazem as seguintes alterações e retificações naquela escritura de 29 de maio de 1945:

- 1º) - A instituição de ensino, com caráter científico, de ciências econômicas, comerciais e administrativas, considerada na escritura de 29 de maio de 1945, poderá também desenvolver estudos e pesquisas e ministrar ensino no campo do aperfeiçoamento técnico industrial, bem

como exercer outras atividades úteis ou neces
sárias ao perfeito preenchimento de suas fin
lidades.

- 2º) -A Instituição que, conforme está declarado
na escritura aludida, tomará o nome de INSTI-
TUTO FRANCISCO MATARAZZO, será regida por um
Estatuto, expedido pela Fundação Getúlio Var-
gas, na data da assinatura da presente escri-
tura.
- 3º) -O Instituto será dirigido por um Conselho Cura-
dor, a quem competirá elaborar a proposta orça-
mentária anual, a ser submetida à aprovação do
Conselho Diretor da Fundação, bem como adminis-
trar o mesmo Instituto, dentro das condições
de autonomia estabelecida no Estatuto.
- 4º) -A instalação, no edifício do Instituto, de ou-
tros serviços da FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS, con-
forme ficou declarado na condição 5ª da escri-
tura de 29 de maio de 1945, deverá entender -
se a título precário, no sentido de que deve-
rão ser deixadas livres e restituídas ao Ins-
tituto Francisco Matarazzo, os lugares ocupa-
dos, com simples pedido do Conselho Superior
pedido êsse que deverá ser motivado por neces-
sidade de desenvolvimento do próprio Institu-
to.
- 5º) -Fica inalterada a obrigação assumida pela do-
natária, na cláusula quarta da escritura ora
ratificada e retificada, no sentido de custe-
ar o funcionamento do Instituto, colocando a-

nualmente, à disposição do Conselho Superior
 dêste, importância não inferior a CR\$
 1 500.000,00 nos 5 primeiros anos e a CR\$..
 2 000.000,00 nos anos subsequentes.

6º) -Mantida, em sua plenitude, na conformidade da
 cláusula 3ª da escritura anterior, a inaliena
bilidade do edifício e demais benfeitorias que
 nêle se integrarem, fica, todavia, estipulado
 que, na hipótese da extinção da Donatária (Art.
 38 de seus Estatutos) ou no caso de não pro-
 ver esta às necessidades do Instituto, na for
 ma prevista na cláusula anterior, o edifício
 e benfeitorias supramencionados serão transfe
 ridos à pessoa jurídica que fôr indicada pelo
 doador. Na hipótese da reversão aqui prevista,
 a Donatária, a quem pertence o terreno onde o
 Instituto deverá ser edificado, também trans-
 ferirá à pessoa jurídica indicada pelo Doador,
 sem quaisquer ônus para êste domínio da parte
 do terreno ocupada pelo edifício, promovendo-
 se, para êsse fim, o necessário desmembramen-
 to.

7º) -Dos haveres e recursos auferidos pelo Institu-
to Francisco Matarazzo, não se deduzirá impor-
 tância alguma para outras finalidades, sendo
 tudo aplicado em benefício da Instituição, cri
 ando bôlsas de estudo, incentivando pesquisas,
 melhorando o aparelhamento técnico ou benefi-
 ciando o ensino.

Disseram ainda os outorgantes e reciprocamente

outorgados, falando cada um por sua vez, e diante das mesmas testemunhas, que, em todos os demais têrmos e dizeres, ratificam a aludida escritura de 29 de maio de 1945, De como assim o disseram e outorgaram, dou f . E pediram-me que lhes lavrasse esta escritura, etc., etc., etc.

ANEXO XXIX

PORMENORES SOBRE A COMPRA DE UM TERRENO, PELA FUNDAÇÃO, À CIA. CITY, NO ESTADO DE SÃO PAULO.

ATA DA 21ª SESSÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO DIRETOR, REALIZADA EM 14/11/1 947.

CONDE MATARAZZO -

O Sr. Presidente passou a tratar do caso Matarazzo, decorrente da doação por êste prometida para a construção de um prédio em São Paulo. Declarou, então, que havia dois aspectos a considerar: o dos cursos a serem ministrados no edifício e o do terreno onde seria êste construído. Quanto aos cursos, julgava que deviam ser, principalmente, os de extensão, no campo da economia, e os do tipo business administration, podendo-se aproveitar as instalações para a realização de outros, em particular repetindo os do Rio cuja utilidade fôsse comprovada. Posta em discussão a proposta foi aceita. No tocante ao terreno para a construção, declarou o Sr. Presidente que, inicialmente, se pretendia utilizar o que deveria ser doado pelo Estado de São Paulo. Entretanto, fôra verificado que o referido Estado não possuía terreno para o fim em aprêço, tanto que tentara substituí-lo por uma contribuição em dinheiro no valor de Cr\$ 20.000.000,00; entendimentos mais recentes haviam revelado não dispor o Estado em questão nem de terreno, nem de recursos para a doação em dinheiro, de modo que fôra sugerido, pelo Dr. Carvalho Pinto, uma contribuição em apólices, o que parecia ser a única solução viável. Nessas condições, continuou o Sr. Presidente, ter-se-ia de obter outro terreno e se pensava em adquirir à Cia. City, próximo ao Jóquei Clube, havendo sido conseguida, através do Conde Matarazzo, uma opção para a compra do lote, cujo prazo terminava justamente naquele dia. À vista disso, todos os membros presentes discutiram sobre a aquisição do terreno, tendo examinado a planta e analisado o preço, na base de Cr\$ 100,00 por metro quadrado. Após os

debates ficou resolvido: a) aprovar a compra proposta, envolvendo 60.000 m² ao preço de Cr\$ 6.000.000,00; b) remeter nêsse sentido, naquele dia, telegramas à City e ao Conde Matarazzo; c) procurar ampliar a aquisição com uma área anexa, que levaria o lote até uma rua projetada, ficando de esquina; d) enviar o Diretor Executivo a São Paulo, para fechar a compra em definitivo e procurar estendê-la na forma do item anterior.

ATA DA 22ª SESSÃO ORDINÁRIA
REALIZADA NO DIA 4 DE MARÇO
DE 1947.

TERRENO DA CITY EM SÃO PAULO -

A seguir o Dr. Guilherme Guinle pediu ao Diretor Executivo que expuzesse ao Conselho o que se resolvera sobre a compra do terreno da City, em São Paulo. O Dr. Jorge Oscar de Mello Flôres, em minúcias, trouxe ao conhecimento do Conselho as providências tomadas e os entendimentos havidos e salientou que, entre outras condições, a empresa desejava a hipoteca do imóvel adquirido e a fiança do Conde Matarazzo, exigências que reputava absurdas.

O Dr. Guilherme Guinle declarou concordar e julgar que o máximo que a empresa poderia pedir era o depósito do importe correspondente em um Banco, com os juros em favor da City.

Discutido o assunto, ficou resolvido que o Diretor Executivo, em sua viagem a São Paulo, mantivesse novos entendimentos e que se aguardasse o resultado do mesmo.

RELATORIO APRESENTADO PELO DR. MIGUEL
FERREIRA DA SILVA NETTO SOBRE O COM-
PROMISSO DE VENDA E COMPRA DO TERRENO
DA CITY.

ESCRITURA PÚBLICA DE COMPROMISSO DE VENDA E COMPRA DE TERRENO CELEBRADA ENTRE A CITY OF SAO PAULO IMPROVEMENTS AND FREEHOLD LAND COMPANY, LIMITED (compromitente vendedora) E A FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS (compromissária compradora), nas notas do 11º Tabelião da Capital de São Paulo no dia 20 de março de 1947, no livro 987, fls. 27 verso e inscrita sob número 1970 no 'Registro de Imóveis da 10ª Circunscrição de São Paulo (doc. I).

REPRESENTAÇÃO

A Cia. City foi representada na escritura pelos procuradores Nelson Gama de Oliveira e John Cristie Belfrage devidamente habilitados nos termos da procuração outorgada em Londres - sede da compromitente vendedora - nas notas do Tabelião N.R. Jauralde (doc. II).

IMÓVEL

O terreno cuja venda foi compromissada está situado na Capital de São Paulo, no "Jardim Guedalla", 13º sub-distrito - Butantan - medindo em sua integridade 60.000 m². (sessenta mil metros quadrados), com as seguintes divisas e confrontações:

"começa no valo de divisa entre os terrenos da Cia. City e os que foram adquiridos pela Empresa Mercantil e Comissária "Merco S.A.", aos herdeiros de D^a Maria das Dores de Campos Seabra, e segue em direção norte, numa extensão de 277 (duzentos e setenta e sete) metros em linha reta, sobre o alinhamento projetado para a Estrada do Morumby, até en

encontrar o ponto onde deflete à esquerda e segue, por uma linha reta, numa extensão de cêrca de 166,19m (cento e sessenta e seis metros e dezenove centímetros), onde confina com a Companhia City; daí, deflete à esquerda, segue, em curva, numa extensão de 51,89 m (cinquenta e um metros e oitenta e nove centímetros), onde confina com a mesma Companhia City; daí, segue, por uma linha suavemente sinuosa, com as dimensões de 290m (duzentos e noventa metros) e 45,94 m (quarenta e cinco metros e noventa e quatro centímetros), onde confina com a referida Companhia City; daí, quebrando à esquerda, segue pelo mencionado valo de divisa, numa extensão de cêrca de 188ms.00 -- (cento e oitenta e oito metros), até encontrar o ponto de partida, onde confina com a referida Emprêsa Mercantil e Comissária "Merco S.A."

AQUISIÇÃO

O terreno foi adquirido pela Cia. City conjuntamente com outros e em maior porção, de Edouard Fontaine de Lavelye e sua mulher por escritura pública de 18 de janeiro de 1912, no livro 13, fls. 53, das notas do 7º Tabelião desta cidade (doc. III), transcrita sob número 61 526 em 22-1-1912 no Registro de Imóveis da 1ª Circunscrição da comarca de São Paulo (doc. IV).

ÔNUS

Conforme fazem certo os docs. examinados, certidões da 1ª, 4ª e 10ª Circunscrições Imobiliárias - o imóvel que já pertenceu à 1ª e 4ª Circunscrições e atualmente está subordinado à 10ª, encontra-se completamente livre de qualquer ônus.

IMPOSTOS

Devido sua localização em zona considerada rural, o terreno está lançado, tão só para o pagamento do imposto territorial rural com o qual está quite com a Fazenda do Estado de São Paulo até o exercício de 1946 (doc. VII).

CERTIDÕES NEGATIVAS DE PROTESTOS DE TÍTULOS

Verificou-se pelos documentos hábeis -certidões dos cartórios de protestos desta Capital - que nos últimos cinco anos não foi lavrado protesto algum de título de responsabilidade da compromitente vendedora.

AÇÕES

Nenhuma ação foi distribuída, nos últimos 20 anos, contra a Cia. City pelo 2º Distribuidor ou pelo Distribuidor dos Feitos da Fazenda Nacional. Pelo 1º Distribuidor foram distribuídos os feitos, sendo certo, entretanto, que somente a ação ordinária requerida em 18-10-1932 por Da. Amalia Moreira Keating diz respeito ao imóvel cuja venda foi comprometida à Fundação Getúlio Vargas. A autora desistiu da ação quando a mesma se encontrava no Supremo Tribunal Federal em grau de recurso extraordinário. Deixou a compromitente vendedora de apresentar certidão do Distribuidor dos Feitos da Fazenda Estadual porquanto, segundo alega, existem milhares de executivos fiscais para os quais é ela também citada mas que são movidos contra compromissários compradores de seus terrenos. Entretanto, nem um deles refere-se ao terreno comprometido à Fundação que está com os impostos pagos até o exercício de 1946.

IMPOSTO TERRITORIAL RURAL

O imóvel foi declarado sob nº 188 239 no Departamento de Receita da Secretaria da Fazenda do Estado de São Paulo. Conforme requerimento protocolado sob nº 9 669 do D.R., datado de 31-3-1947, pediu a Fundação que o Secretário da Fazenda declarasse o citado terreno isento de impostos estaduais ex-vi do disposto no art. 1º do Decreto-lei Estadual nº 15 344.

São Paulo, 8 de abril de 1947

a) Miguel Ferreira da Silva Netto
advogado

-:-

ANEXO XXX

PORMENORES SOBRE A COMPRA, PELA
FUNDAÇÃO, DE DOIS PAVIMENTOS NO
EDIFÍCIO DARKE.

ATA DA 13ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA
DO CONSELHO DIRETOR REALIZADA EM
13 DE NOVEMBRO DE 1947.

COMPRA DE EDIFÍCIO.- RELATÓRIO DA COMISSÃO ESPECIAL DE
SIGNADA PELO CONSELHO PARA UM ESTUDO SOBRE O ASSUNTO:-

Com a palavra, o Presidente declarou que o principal objetivo daquela sessão era apreciar o resultado a que chegou a comissão composta dos Conselheiros João Carlos Vital e Rubens Horta Porto e do Diretor Executivo, designada para estudar e opinar sobre a compra que a Fundação pretende fazer de pavimentos no centro da cidade. Em seguida, passou a palavra ao Conselheiro Rubens Porto, a fim de que lesse o relatório feito pela comissão especial. O Doutor Rubens Porto fez a leitura do relatório, após declarar que o mesmo não constituía uma opinião definitiva da Comissão, pois apenas continha as preliminares básicas da questão. Do relatório constou que o Diretor Executivo, após minucioso estudo, chegara à conclusão de que, para as atuais atividades da Fundação, a serem localizadas na zona central, até que se construa o edifício próprio, seriam necessários três mil e cento e cinquenta metros quadrados, dos quais dois mil e cem para o Departamento de Ensino, oitocentos para o Instituto de Seleção e Orientação Profissional, e duzentos e cinquenta para a Presidência e outras finalidades. Somente com as salas de aula, o Departamento de Ensino ocuparia, inicialmente, mil e duzentos e cinquenta, ao passo que na situação atual dispõe apenas de oitocentos e sessenta e cinco metros quadrados, incluindo os cursos da Faculdade de Filosofia. A Comissão obteve áreas dos seguintes edifícios:

Cabo Branco, na rua São José; Darke, na rua 13 de Maio, já pronto; Rio Douro, Rio Pardo e Itajubá, na Avenida Presidente Vargas, e, finalmente, Rio Paraná, ocupando todo um quarteirão na rua Visconde de Inhaúma. Os preços de custo por metro quadrado de construção desses edifícios variam entre quatro mil e quinhentos e três mil duzentos e vinte cinco cruzeiros. A Comissão visitou pessoalmente esses e edifícios e, comparando as especificações de cada um, con-
cluiu que de u^aa maneira geral são construídos com um aca-
bamento do tipo chamado comercial. Os edifícios situados na Avenida Presidente Vargas têm vinte e dois pavimentos e uma área de quinhentos e vinte e quinhentos e noventa metros quadrados por piso. O edifício Darke e o Rio Paraná têm cêrca de mil e quatrocentos metros quadrados por pa-
vimento. Todos os prédios em questão têm um financiamen-
to de cêrca de cinquenta por cento do seu valor. A Co -
missão, após as suas pesquisas, reduziu a questão a duas propostas: Edifício Darke e edifício Rio Paraná. O pri -
meiro com um preço básico de três mil e seiscentos cruzei-
ros por metro quadrado, possivelmente reduzível a três mil
quatrocentos e cinquenta cruzeiros; o segundo com um pre-
ço básico de três mil duzentos e vinte e cinco cruzeiros ,
também provavelmente reduzível a três mil cento e cinquên-
ta cruzeiros. Ambos os edifícios têm os seus pavimentos
divididos em salas de cêrca de três metros de largura, por
mais do dôbro de comprimento, sendo necessário, para ins-
talação dos cursos, obras de adaptações no valor aproxima-
do de duzentos mil cruzeiros, segundo propostas apresenta-
das. O edifício Rio Paraná tem instalações sanitárias in-
ternas, o que acarreta u^aa maior perda de área e maiores
gastos nas adaptações.

O edifício Darke, sendo uma das grandes construções da cida-

de, em ponto muito central, terá, naturalmente, um intenso movimento, o que deve ser levado em conta quando se trata de fluxos e refluxos, como impõe o horário das aulas. Diante desses informes, fica o Conselho com o conhecimento dos dados básicos para a solução da compra dos imóveis. Após a leitura do relatório pelo Conselheiro Rubens Porto, o Senhor Presidente pôs o assunto em discussão. O Diretor Executivo declarou que ao discriminar as áreas, para o trabalho que acabava de ser exposto, não possuía ainda todos os dados a respeito. No momento - acrescentou - já dispunha desses elementos e, desde que os recursos orçamentários para 1948 permitissem, haveria necessidade de dois mil e noventa metros quadrados de área, para os cursos previstos e pouco mais de mil metros quadrados para o I. S.O.P. O Presidente fez uma análise geral do assunto e concluiu dizendo que o essencial é que se resolva sobre a efetivação ou não da compra e, em caso afirmativo, sobre a base em que ela deve ser feita. Em seguida, pediu ao Doutor Rubens Porto que externasse sua opinião pessoal sobre o edifício que achou mais interessante e viável. Com a palavra, o Doutor Rubens Porto disse que, de acordo com a conclusão do relatório, a questão ficou reduzida aos edifícios Rio Paraná e Darke. De modo geral - continuou - esses dois edifícios são interessantes e viáveis, porque ambos já estão prontos, possuem área apreciável por pavimento, são centrais e obedecem a um tipo aceitável e idêntico de construção. Acrescentou, no entanto, que o Rio Paraná possui instalações sanitárias junto às salas, acarretando uma perda de área, o que não acontece com o Darke, cujas instalações são reunidas em grupos. Que o Darke embora um pouco mais caro, apresenta um bom número de vantagens

sôbre o outro edifício, inclusive a maior acessibilidade e melhor aproveitamento das áreas respectivas. Argumentou que estando a Fundação interessada em manter seus cursos e alguns órgãos, como o I.S.O.P., por exemplo, no centro da cidade, os dois prédios propostos atendem suficientemente a essa necessidade. Acrescentou que não estava pròpriamente habilitado a aconselhar uma preferência definitiva, achando, porém, que se deve insistir nos dois prédios em aprêço, e estabelecer, após estudo mais minucioso, um paralelo entre os mesmos, a fim de apurar qual o que oferece mais vantagens. O Presidente disse que se a Fundação tiver que manter o I.S.O.P. no centro da cidade é necessário tomar providências para alugar ou comprar uma área para sua localização, de vez que é muito provável a perda do prédio à rua da Candelária. O Doutor Teixeira de Freitas teceu considerações em tórno da necessidade de compra de um edifício, declarando que entre dois prédios com relativa igualdade de condições, o Conselho deveria optar pelo que oferecesse maior possibilidade de valorização futura. O Presidente retorquiu-lhe, dizendo que êsse fator não devia ser o decisivo na escolha, embora fôsse bastante ponderável como elemento diferencial secundário. O Doutor Rubens Porto sugeriu que se fizesse um estudo dos dois prédios, com um paralelo entre as vantagens e defeitos de cada um, levando em conta a área útil, a dos sanitários, a de circulação, os custos unitários e global, as despesas com adaptações, a marca e capacidade dos elevadores, enfim, todos os elementos indispensáveis a um confronto cuidadoso. O Presidente ponderou, então, que, como não fôra possível resolver definitivamente sôbre a compra em aprêço, era necessário fazer uma carta ao proprietário do edifi

fício Rio Paraná, abrindo mão do negócio, visto haver terminado a prorrogação concedida à Fundação para deliberar sobre a compra. A respeito da ponderação do Presidente, o Conselheiro Rubens Porto disse que pessoalmente êle optaria pelo Darke, sendo entretanto mais razoável fazer uma carta dizendo que a Fundação compraria um dos dois prédios, dependendo a escolha de um paralelo das vantagens de ambos. O Presidente achou interessante essa sugestão e admitiu, que, neste caso, a carta a ser enviada deveria dizer que o Conselho estava aguardando uma proposta firme do Darke e que, à vista dos preços apresentados, resolveria em definitivo sobre com qual dos dois prédios deveria ficar. O Doutor Teixeira de Freitas opinou que o caso deveria ser resolvido de modo a não perder a oportunidade de adquirir um dos dois edifícios. Voltando novamente à discussão o assunto das condições dos prédios em exame, o Diretor Executivo esclareceu, dentre outros aspectos, que a respeito de áreas de circulação o Darke leva vantagens, embora seja de preço mais elevado, o Doutor Carneiro Felipe ponderou que é indispensável uma boa área de circulação, em face do número de alunos propostos, considerava pequena a área do Rio Paraná. O Presidente sugeriu a possibilidade de um entendimento com os corretores, a fim de se conseguir uma diminuição das suas porcentagens de venda, o que redundaria, no caso da efetivação da compra, num bom abatimento para a Fundação. O Diretor Executivo informou que os corretores dêsses prédios são pagos pelo Martinelli e que o Darke foi oferecido por três corretores diferentes dois dos quais estavam também encarregados da venda do edifício Rio Paraná. Consultado pelo Presidente, o Conselho delibe-

rou que se fizesse uma carta aos interessados, nos t^êr
mos propostos, isto é, que a Fundação estava interessaa
da nos dois edifícios, aguardando uma proposta defini-
tiva do Darke a fim de poder deliberar sôbre a escolha.

ATA DA 29ª SESSÃO ORDINÁRIA
DO CONSELHO DIRETOR REALIZA-
DA EM VINTE E TRÊS DE OUTU-
BRO DE MIL NOVECENTOS E QUA-
RENTA E SETE.

COMPRA DOS PAVIMENTOS - O Presidente abordou a questão da compra de pavimentos na cidade expondo o estado em que a mesma se encontra e citando os principais aspectos do problema, para que o Conselho pudesse levá-los em consideração e chegar a uma resolução definitiva. O General Polli Coelho indagou sobre as despesas de manutenção dos pavimentos, respondendo-lhe o Diretor Executivo que embora não tivesse um estudo especial sobre o caso, por via de regra ficariam elas em mais ou menos sete por cento sobre o valor locativo. Todos os presentes tomaram parte na discussão, apresentando os respectivos pontos de vista sobre o assunto, com uma tendência geral para assentar a conveniência de compra dos imóveis em aprêço. O Doutor João Carlos Vital declarou que diante da exposição que acabava de ouvir, considerava vantajosa a compra, citando, para corroborar suas palavras, vários edifícios que, em circunstâncias idênticas, foram vendidos por preços mais elevados. Adiantou que conhece de viso o prédio em questão, achando-o bem localizado e de boa construção. O Presidente propôs que o Conselho nomeasse uma comissão especial composta de dois de seus membros e do Diretor Executivo, a fim de examinarem de perto a questão, para que fossem estabelecidas tôdas as providências necessárias à efetivação da compra. Acrescentou que essa resolução pressupunha que o Conselho tivesse aprovado a compra dos pavimentos. O Doutor Guilherme Guinle apoiou a sugestão. Em seguida, o Senhor Presidente consultou o Conselho se se deve ou não comprar os pavimentos do Edifício Rio Paraná, obtendo aprovação unânime da compra dos andares, ao mesmo tempo que foi designada a comissão especial, para a escolha definitiva em qualidade e quantidade, composta dos Doutores João Carlos Vital e Rubens d Almada Horta Porto e do Diretor Executivo.

RELATÓRIO DA COMISSÃO DESIGNADA PELO CONSELHO DIRETOR PARA ESTUDOS DAS PROPOSTAS DE VENDA DE PAVIMENTOS A FUNDAÇÃO, EM PRÉDIOS NO CENTRO DA CIDADE, ONDE SERIAM INSTALADOS OS CURSOS DO DEPARTAMENTO DE ENSINO.

1) INTRODUÇÃO

1.1) Houve por bem o Conselho Diretor designar uma Comissão para estudo das propostas de venda de pavimentos à Fundação, em prédios no centro da cidade, onde seriam instalados não só os cursos do Departamento de Ensino, quer os já em funcionamento, quer os projetados para o próximo ano, mas também, eventualmente, o Instituto de Seleção e Orientação Profissional.

2) MOTIVOS DA MEDIDA

2.1) A centralização de cursos previsto decorreu de conveniências de ordem econômica e funcional, ao passo que a respectiva mudança, bem como a do referido Instituto, para novo prédio em zona central, resultaram da contingência de ter esta entidade de entregar, em futuro mais ou menos próximo, os andares no edifício à rua da Candelária 6, e, outrossim, da necessidade de ser mantido um acesso mais ou menos fácil à clientela das atividades mencionadas.

3) PREDIOS EXAMINADOS

3.1) Foram estudados 6 edifícios para a aquisição pretendida - Cabo Branco, Darke, Itajubá, Rio Douro, Rio Paraná e Rio Pardo - todos com especificações semelhantes, inclusive acabamento do tipo comum chamado comercial, e apresentando os característicos gerais transcritos no Anexo I.

3.2) Com exceção do primeiro prédio do quadro, que só pelo exame de suas condições genéricas deixou de ser cogitado, foram todos os demais visitados pela Comissão, que verificou o

cumprimento das especificações e o andamento das obras, na hipótese dos edifícios ainda não concluídos.

3.3) Já na primeira fase dos trabalhos da Comissão, anterior à última sessão do Conselho Diretor, a escolha restringiu-se a dois prédios - o Darke e o Rio Paraná-, pelas seguintes razões:

3.31) Estarem concluídos.

3.32) Possuírem área por pavimento próximo o triplo das dos demais.

3.33) Preço mais barato.

4) ÁREAS NECESSÁRIAS

4.1) O primeiro estudo de áreas feito pela Direção Executiva conduziu ao resultado global de 3 150 m², com a distribuição constante do Anexo II.

4.2) Posteriormente, exames mais detidos do assunto, elaborados pelos órgãos específicos interessados, com base nos planos de trabalho que propunham para 1948, levaram ao valor de cerca de 2 000 m² para a área necessária aos cursos, com utilização de 3 horas matutinas e 3 horas noturnas (Anexo III), e ao de 1 170 m² para a área a ser utilizada pelo Instituto de Seleção e Orientação Profissional (Anexo IV). Isso deu lugar a uma exigência conjunta de espaço atingindo perto de 3 500 m².

4.3) Acontece, porém, que as restrições de ordem financeira feitas aos programas de atividades inicialmente previstos, quando da revisão, pela Direção Executiva e, principalmente, pela Presidência, da proposta orçamentária para 1948, permitem reduzir aquele valor a menos de 2 500 m², já que os trabalhos a serem executados são em menor número e, além disso, podem ser selecionados de forma a dar o máximo aproveitamento para as salas.

4.4) Por outro lado, seria possível tentar manter o Instituto de Seleção e Orientação Profissional no edifício da rua da

Candelária, enquanto não se fizesse mister a devolução deste último.

4.5) Assim, optou-se pela solução mínima estudada, que corresponde a 2 pavimentos nos dois prédios ora em cogitações.

5) FORMA DE PAGAMENTO

5.1) Os dois prédios em confronto possuem áreas de mesma ordem de grandeza e financiamento idêntico, de Cr\$ 1.800,00/m².

5.2) Assim, no caso de pagamento a prazo, o serviço de amortização e juros seria próximamente equivalente, mas a prestação inicial do Edifício Darke se tornaria mais onerosa, já porque a área é um pouco maior (quase 3,5%), já, principalmente, porquanto o preço é mais elevado (acima de 10%). Essa última diferença, aliás, ficaria compensada, em parte, por um custo de adaptações inferior.

5.3) No caso de pagamento a vista, o maior ônus da aquisição do Edifício Darke ainda mais se evidenciaria, devido à acumulação de diferenças em uma única prestação.

5.4) De qualquer forma, porém, em face das disponibilidades financeiras da Fundação, a diferença entre os montantes de aquisição de pavimentos nos dois prédios não é de molde a alterar o esquema de compra a ser adotado, conforme se vê no Anexo V.

5.5) Dessa forma e considerando não só as disponibilidades em dinheiro da Fundação, mas também que prevaleceu a compra de 2 pavimentos, a forma de aquisição que se afigura mais aconselhável é a de pagamento a vista.

5.6) De fato, os recursos da entidade permitem a solução sem grandes sacrifícios e deixa-se de pagar juros de 10%, graças ao emprêgo de um capital que atualmente rende 3%.

6) ESCOLHA ENTRE OS EDIFÍCIOS DARKE E RIO PARANÁ

6.1) As vantagens que oferece o Edifício Darke em um cotejo são as seguintes:

- 6.11) Melhor disposição das salas, pela reunião dos sanitários em pequenos grupos, o que acarreta condições de funcionamento mais adequadas, além de gastos menores nas adaptações.
 - 6.12) Áreas de circulação horizontal mais adaptáveis ao movimento elevado de alunos.
 - 6.13) Maior capacidade de circulação vertical, em consequência de possuir mais um elevador.
 - 6.14) Situação em local mais valorizado e que tenderá a melhorar, ainda mais, com o desmonte do morro de Santo Antônio.
 - 6.15) Algumas particularidades de construção mais favoráveis, como o aspeto do vestíbulo de entrada, no térreo, e a disposição da entrada de serviço.
- 6.2) Em contraposição o Edifício Rio Paraná apresenta as vantagens abaixo:
- 6.21) Menor preço.
 - 6.22) Maior rendimento da área útil em relação à área bruta.
 - 6.23) Existência de três frentes, de modo que tôdas as salas dão para fachada.
- 6.3) Do confronto entre as conveniências de cada uma das soluções, resulta ser o Edifício Darke melhor como patrimônio e mais adaptável para a execução de cursos, ao passo que o Rio Paraná é mais favorável para escritórios e representa uma inversão inicial menos onerosa.
- 6.4) Dado o fim a que se destinam fundamentalmente os pavimentos a serem adquiridos, bem como em virtude da conveniência de se valorizar o patrimônio da Fundação, segue-se que o Edifício Darke é o que reúne maiores qualidades para o objetivo visado.

7) C O N C L U S A O

7.1) De tudo o que foi dito, chega-se a conclusão final de que devem ser adquiridos 2 pavimentos, a vista, no Edifício Darke.

Rio de Janeiro, 1 de dezembro de 1947.

(As) JOAO CARLOS VITAL

RUBENS PORTO

JORGE OSCAR DE MELLO FLÔRES.

Anexo 1

Nº DE ORDEM	NOME DO EDIFÍCIO	LOGRADOURO	Nº DE PAVIMENTOS	Nº DE ELEVADORES	ESTADO DA CONSTRUÇÃO	ÁREA POR PAVIMENTO (m²)	NÚMERO DE PAVIMENTOS NECESSÁRIOS		CUSTO UNITÁRIO	MONTANTE DA AQUISIÇÃO (Cr\$)	
							SOLUÇÃO MINIMA	SOLUÇÃO MAXIMA		SOLUÇÃO MINIMA	SOLUÇÃO MAXIMA
1	Cabo Branco ⁺	São José	13	2	1/2 ano p.t.	260	11	16	4.500,00	11.700.000,00	Insuficiente
2	Darke	13 de Maio	22	7	Pronto	1 432	2	3	3.600,00	10.310.400,00	15.465.600,00
3	Rio Douro	Pres.Vargas	22	4	1 ano p.t.	528	5	8	3.600,00	9.500.000,00	15.200.000,00
4	Rio Paraná	Visc. Inhauma	22	6	Pronto	1 384	2	3	3.225,00	8.926.800,00	13.390.200,00
5	Rio Pardo	Pres.Vargas	22	4	1/2 ano p.t.	592	5	7	4.220,00	12.500.000,00	17.500.000,00

+ - É para venda global por CR\$ 17.500.000,00

Anexo 2

	S I T U A Ç Ã O A T U A L		S I T U A Ç Ã O F U T U R A	
	U T I L I Z A Ç Ã O	ÁREAS (m ²)	U T I L I Z A Ç Ã O	ÁREAS (m ²)
DEPARTAMENTO DE ENSINO	Cursos da Praia de Botafogo	365	} Salas de aula	1 250
	Cursos da rua da Candelária	300		
	Cursos da F.N. de Filosofia	200		
	Secretaria dos Cursos	40	Secretaria de Ensino	170
	Mecanização	210	Mecanização	220
	Outras dependências	180	Outras dependências	460
	T O T A L	1 295	T O T A L	2 100
I. S. O. P. PRESIDÊNCIA OUTRAS FINALIDADES	Rua da Candelária, 2º	425	-	800
	Rua da Candelária, 3º	140	-	150
	Dependências a serem criadas	-	-	100
TOTAL GERAL	-	1 860	-	3 150

C U R S O S	N O T U R N O				
	Nº de turmas	Nº de alunos p/turma	Área por sala	Nº de salas	Área necessária
C.B.S.	2	25	45	2	90
C.A.S.	1	25	45	1	45
Dactilografia	1	25	80	1	80
C.B.E.	1	40	70	1	70
C.A.A.	1	40	70	1	70
C.A.E.	1	40	70	1	70
C.A.C.	1	40	70	1	70
C.A.I.	1	40	70	1	70
C.A.B.	1	40	70	1	70
C.C.A.	1	100	160	1	160
Desenho	1	-	120	5	600
CTI - CTC	1	150	230	1	230
C. Organização	5	25	45	5	225
C.S.O.P.	2	40	70	2	140
-	-	-	-	-	-
					1.990

C U R S O S	D I U R N O				
	Nº de turmas	Nº de alunos p/turma	Área por sala	Nº de salas	Área necessária
C.B.S.	2	25	45	2	90
C.A.S.	1	25	45	1	45
Dactilografia	1	25	80	1	80
C.B.E.	1	40	70	1	85
C.A.A.	1	40	70	1	85
CTI	1	40	70	1	70
CTC CIC	1	40	70	1	70
CPA (prof.)	1	40	70	1	70
CPA (orient.)	1	40	70	1	70
CPA Prof. Orient.	1	100	160	1	160
Desenho	1	-	120	5	600
Ens. Emendat.	1	150	230	1	230
Ens. Emendat.	5	25	45	5	225
Serv. Social	2	40	70	2	140
Meteorologia	2	40	70	2	140
					2.080

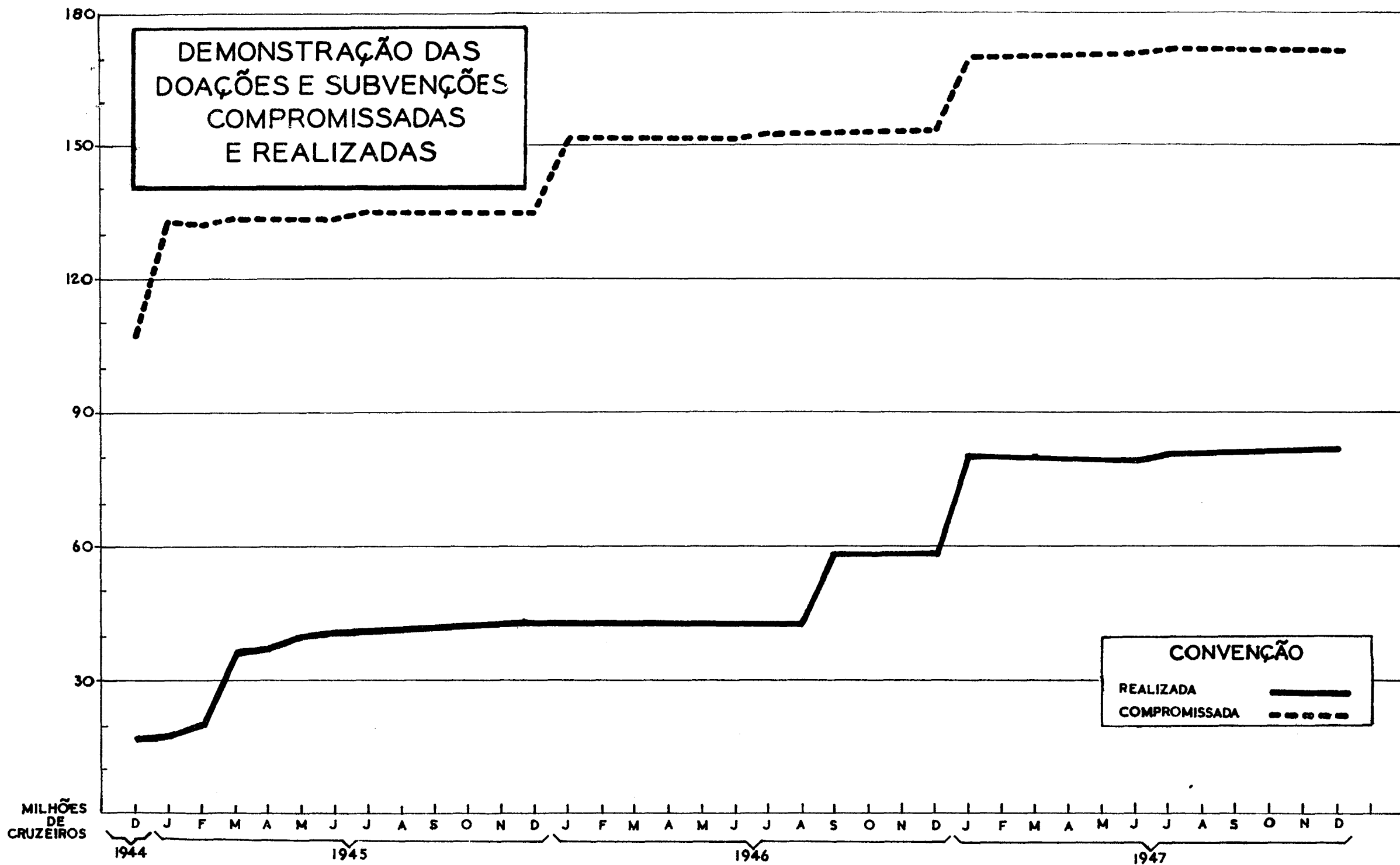
Anexo 49

Hall de entrada	30
Saleta de espera para secção de informação	20
Balcão de informação	16
Secretaria administrativa	36
Arquivo administrativo e correspondência	12
Sala de consulta de material informativo	25
Saleta de espera do serviço social	12
2 Salas de consulta do serviço social	40
Sala de reunião do pessoal	35
Biblioteca	30
Arquivo de tests	12
Secção médica:	
a) Despacho do chefe	16
b) Sala de exame	25
c) Câmara escura	9
d) Vestiário	6
Secção de Seleção:	
a) Despacho do chefe	25
b) Despacho dos auxiliares	40
c) Sala de provas	120
Secção de orientação:	
a) Despacho do Diretor	30
b) Despacho de Secretaria	20
c) Dactilográfica	16
d) Despacho dos auxiliares	40
Gabinetes psicotécnicos:	
Exame de Personalidade:	
a) Sala do P.M.K.	16
b) Sala para prova de Rorschach	16
c) Sala para prova do T.A.T.	16
d) Sala para interviews e provas analitiques	20
Exame de inteligência:	
a) Sala de tests	36
b) Despacho dos técnicos	20
Exame de aptidões psicomotrizas:	
a) Sala de aparelhos	60
b) Escritório e despacho	20
Exame de aptidões artísticas:	
a) Sala de trabalho	30
b) Despacho	20
Exame de tempo e ritmos :	
a) Sala de aparelhos	56
b) Despacho do técnico	20
c) Câmara de silêncio	20

4 antesalas de espera, para as sessões, pasillos de circulação	144
Auditório para conferências e sala de provas coletivas (com projetor)	120
2 salas de aulas para trabalhos de seminário, conferências de especialização e trabalhos práticos e de pesquisa	48
	<hr/>
	1171 m ²
	<hr/>

Anexo 5

	EDIFÍCIO	AREA (m2)	CUSTO UNITÁRIO Cr\$	CUSTO Cr\$	FINANCI- AMENTO Cr\$/m2	PRESTAÇÃO INICIAL Cr\$	PAGAMENTO A PRAZO Cr\$	MENSALIDA- DE / Cr\$	ANUALIDA- DE / Cr\$
1º Pa- vimento	Darke	1432	3.600	5.122.200	1.800	2.577.600	2.577.600	25.670	308.040
	Rio Paraná	1384	3.225	4.463.400	1.800	1.972.200	2.491.200	26.770	321.240
2º Pa- vimento	Darke	2864	3.600	10.310.400	1.800	5.155.200	5.155.200	51.340	616.080
	Rio Paraná	2768	3.225	8.926.800	1.800	3.944.400	4.982.400	53.540	642.480
3º Pa- vimento	Darke	4314	3.600	15.465.600	1.800	7.732.800	7.732.800	77.010	924.120
	Rio Paraná	4152	3.225	13.390.200	1.800	5.916.600	7.473.600	80.310	963.720



A N E X O XXXII

Desdobramento do Balanço Patrimonial.

Desdobramento da conta

1111 - CAIXA GERAL

.1. - Caixa Central	<u>28.681,30</u>
---------------------	------------------

Desdobramento da conta

1112 - BANCOS

.1 - Banco do Brasil - Rio de Janeiro	15.599.022,70
.2 - Banco do Brasil - São Paulo	322,20
.3 - Banco de S.Paulo S/A - São Paulo	<u>15.295,50</u>
	<u>15.614.640,40</u>

Demonstração da conta

1121 - DEVEDORES DIVERSOS

.1 - Iberê Gilson	1.750,00
.2 - Gustavo G. V. de Mello	2.917,60
.3 - Comissão Brasileiro Americana de Educ. das Populações Rurais	81.807,60
	<u>86.475,20</u>

Demonstração da conta

1124 - SUBVENCIONADORES C/A REALIZAR

.1 - Ceará	200.000,00
.2 - Banco do Brasil	1.000.000,00
	<u>1.200.000,00</u>

Demonstração da conta

1125 - DEVEDORES POR ADIANTAMENTOS

.1 - Reynaldo Saldanha da Gama	161.250,00
.2 - Editora Enciclopédia Inter-Americana Ltda	1.000,00
.3 - D. Zaraima	10.150,00
.5 - Christóvam Leite de Castro	115.000,00
.6 - Instituto Brasileiro de Bio-Física	145.000,00
	<hr/>
	432.400,00
	<hr/>

Demonstração da conta

1126 - DOADORES C/A RECEBER

1 - Alagôas	50.000,00
2 - Amazonas	200.000,00
3 - Ceará	100.000,00
4 - Espírito Santo	25.000,00
5 - Mato Grosso	50.000,00
6 - Minas Gerais	200.000,00
7 - Rio de Janeiro	200.000,00
8 - Rio Grande do Norte	50.000,00
9 - E. F. C. do Brasil	2.500.000,00
10 - Cx. Ec. Fed. do R.de Janeiro	500.000,00
11 - Cx. Ec. Fed. do Est. São Paulo	400.000,00
12 - Cx. Ec. Fed. do Est. do R.de Janeiro	350.000,00
13 - Cx. Ec. Fed. do Est. do Paraná	250.000,00
14 - Cia.Vale do Rio Doce	300.000,00
15 - Inst. Bras. Mec. Hollerith	110.000,00
16 - Cia. Bras. Máquinas S/A	80.000,00
17 - Observ. Econ. Financeiro	20.000,00
18 - Valentim Bouças	80.000,00
19 - João M. Reis	10.000,00
20.- Alexandre Marcondes Fº	500,00
21 - Francisco D'Auria	500,00
22 - Francisco Campos	500,00
	<hr/>
	5.476.500,00
	<hr/>

Demonstração da conta

1127 - RECEITA A ARRECADAR

1 - Juros de Obrigações de Guerra	684.524,00
-----------------------------------	------------

ANEXO

Demonstração da conta

1128 - VALORES MOBILIÁRIOS

1 - Obrigações de Guerra	40.069.445,00
--------------------------	---------------

Demonstração da conta

1131 - DEVEDORES DIVERSOS

1 - Sociedade Anonyme Du Gaz do Rio de Janeiro	1.260,00
	<u> </u>

Demonstração da conta

1135 - DOADORES C/A REALIZAR

1 - Rio de Janeiro	200.000,00
2 - Caixa Econômica Fed. do Rio de Janeiro	500.000,00
3 - Caixa Econ. Fed. de S. Paulo	400.000,00
4 - Caixa Econ. Fed. do Est. do Rio de Janeiro	150.000,00
	<u> </u>
	<u>1.250.000,00</u>

Demonstração da conta

1136 - ALMOXARIFADO GERAL

.1 - Almoxarifado da Direção Central	
.11 - Material Permanente	31.160,00
.12 - Material de Consumo	133.172,00
	<hr/>
	164.332,00
	<hr/> <hr/>

Demonstração da conta

1211 - BENS IMÓVEIS

1 - Edifícios		9.572.869,80
2 - Terrenos		1.192.192,50
3 - Instalações		
.32 - Praia de Botafogo, 186	77.930,00	
.32 - Praia de Botafogo, 184	5.987,00	
.34 - Av. Paulista, 542	<u>8.000,00</u>	91.917,00
4 - Benfeitorias		
.42 - Praia de Botafogo, 186	24.500,00	
.42 - Galpão P.de Botafogo, nº 188	<u>56.849,60</u>	<u>81.349,60</u>
		<hr/> <hr/>
		10.938.328,90

Demonstração da conta

1212 - BENS, MÓVEIS

1 - Material Permanente

4.524.530,90

Demonstração da conta

1215 - BIBLIOTECAS

1 - Biblioteca da Direção Central

449.996,80

Demonstração da conta

1217 - VEÍCULOS

3. - Camionetas	59.200,00
-----------------	-----------

Demonstração da conta

1221 - BENS IMATERIAIS

1 - Direitos Autorais	54.000,00
-----------------------	-----------

2 - Diversos	126.000,00
--------------	------------

Demonstração da conta

1431 - INVERSÕES EM CURSO

1 - Terrenos

1.000.000,00

Demonstração da conta

1432 - IMÓVEIS DOADOS A RECEBER

1.- Terrenos

50.000.000,00

Demonstração da conta

1511 - CONTRATOS DIVERSOS

4 - Contrato de Edição e Cessão de Obras	54.000,00
	<u><u> </u></u>

Demonstração da conta

1513 - DEPOSITÁRIOS DE VALORES

2 - Valores em Custódia	
.21 - Banco do Brasil	358.000,00
.22 - Cx.Ec.Fed. do Rio de Janeiro	48.370.000,00
	<u> </u>
	<u><u>48.728.000,00</u></u>

Demonstração da conta

1514 - PROMITENTES DE DOAÇÕES

1 - Conde Francisco Matarazzo	22.500.000,00
2 - Dr. Luiz Simões Lopes	331.103,40
	<hr/>
	22.831.103,40
	<hr/> <hr/>

Demonstração da conta

1515 - VALORES DE TERCEIROS

1 - Dr. Luiz Simões Lopes	188.753,10
	<hr/> <hr/>

Demonstração da conta

1516 - IMÓVEIS DE AQUISIÇÃO EM CURSO

1 - Terrenos	6.000.000,00
--------------	--------------

Demonstração da conta

1517 - RESPONSÁVEIS DIVERSOS

1 - Faculdade Nac. de Filosofia	300.000,00
2 - Faculdade de Filos. Ciências e Letras da Univers.de São Paulo	850.000,00
3 - Instituto Nacional de Tecnologia	250.000,00
4 - José Garrido Torres	93.600,00
5 - Paulo Correa Lopes	5.054,40
6 - A.G.I.R.	47.940,00
	<hr/>
	1.546.594,40
	<hr/> <hr/>

Demonstração da conta

2121 - CREDORES DIVERSOS

1 - I.A.P.C.	109.075,70
2 - S.A.M.	10.519,40
3- L.B.A.	5.267,70
4 - S.E.S.C.	20.956,20
5 - I.A.P.T.E.C.	180,00
6 - Achille Bassi	39.000,00
7 - Ediza F. Telles Ribeiro	3.401,00
8 - Leida Rodrigues	501,00
7 - Faculdade Nac. de Ciênc.Econômicas	11.681,50
8 - Jorge Zarur	7.637,40
	<hr/>
	208.219,90
	<hr/>

Demonstração da conta

2126 - CONTAS A PAGAR

1 - Addressograph Multigraph do Brasil S/A	3.053,70
2 - Lutz Ferrando & Cia.	40.000,00
3 - Imprensa Nacional	4.799,80
4 - Erich Eichner & Cia Ltda.	340,70
5 - D.N. Pereira & Cia. Ltda.	526,00
6 - Pref. do Distrito Federal	65.065,00
7 - Cia. Industrial de móveis	15.660,00
8 - E.S.C.A.L.	6.203,00
9 - Técnica gráfica S/A	15.596,00
10 - Soc. Técnica Bremensis	850,00
11 - Sudeleto S/A	1.200,00
12 - General Elétric	9.980,00
13 - Soc. Murray Ltda.	10.500,00
14 - Soc. Anonyme Du Gaz do R.de Janeiro	2.906,80
15 - Casa Osmar	1.290,00
16 - Cia. Telefônica Brasileira	92,40
17 - Kelle Weber	80,00
18 - Ruy Ribeiro Franco	1.140,10
	<hr/>
	179.283,50
	<hr/>

Demonstração da conta

2128 - RESTOS A PAGAR

1 - Conservação de Bens Imóveis	200.000,00
2 - Secção de Pessoal	140.000,00
3 - Faculdade de Filosofia e Letras da Universidade de São Paulo	950.000,00
4 - Material Permanente	48.133,20
5 - Soc. Nacional de Agricultura	13.803,50
6 - Livros	58.545,60
7 - Departamento de Ensino	340.238,20
8 - Revista de Direito Administrativo	268.100,00
9 - Boletim da Conjuntura Econômica	58.500,00
10 - Revista Brasileira de Economia	28.905,00
11 - Boletim da Fundação	15.000,00
12 - Estudos Brasileiros de Higiene	50.460,00
13 - Suma Biologiae	16.000,00
14 - Problemas da Conjuntura e de Polí- tica Econômica	21.000,00
15 - Sumas Mathematicae	42.000,00
16 - Distribuição de Sumas e outras Pu- blicações	6.000,00
17 - Sumas de Geologiae	11.000,00
18 - Estudos Brasileiros de Demografia	45.000,00
	<hr/>
	2.312.685,50
	<hr/> <hr/>

Demonstração da conta

2221 - FUNDO PATRIMONIAL

119.044.836,00

Demonstração da conta

2213 - FUNDO DE DEPRECIAÇÃO DE BENS MÓVEIS

236.554,90

Demonstração da conta

2317 - DEPÓSITOS PARA DOAÇÕES

1 - Dr. Luiz Simões Lopes

142.350,30

Demonstração da conta

2511 - OBRIGAÇÕES CONTRATUAIS

4 - Obrigações de Edição e Cessão de Obras 54.000,00

Demonstração da conta

2513 - VALORES DEPOSITADOS

2 - Valores em Custódia

.21 - Banco do Brasil 358.000,00

.22 - Caixa Ecn.Fed. do Rio de Janeiro 48.370.000,00

48.728.000,00

Demonstração da conta

2314 - DOAÇÕES PROMETIDAS

1 - Conde Francisco Matarazzo	22.500.000,00
2 - Dr. Luiz Simões Lopes	331.103,40
	<hr/>
	22.831.103,40
	<hr/>

Demonstração da conta

2515 - DEPOSITANTES DE VALORES

1 - Dr. Luiz Simões Lopes	188.753,10
	<hr/>

Demonstração da conta

2516 - COMPROMISSOS DE AQUISIÇÃO DE IMÓVEIS

1 - Terrenos	6.000.000,00
--------------	--------------

Demonstração da conta

2517 - RESPONSABILIDADES DIVERSAS

1 - Faculdade de Filosofia de Ciências e Letras da Universidade de São Paulo	850.000,00
2 - Instituto Nacional de Tecnologia	250.000,00
3 - José Garrido Torres	93.600,00
4 - Faculdade Nacional de Filosofia	300.000,00
5 - Paulo Correa Lopes	5.054,40
6 - A.G.I.R.	47.940,00

	1.546.594,40
--	--------------

ANÁLISE ESPECÍFICA E ORGÂNICA DA DESPESA ORDINÁRIA

DEZEMBRO DE 1947

DISCRIMINAÇÃO	NATUREZA	FINALIDADE	TOTAL DOS ÓRGÃOS	TOTAL GERAL
3.111- Despesa Ordinária				
.1- Órgãos Deliberativos e Executivos				
.11- Assembléia Geral				
.5- Despesas Gerais				
.19- Diversos			125,40	
.12- Presidência				
.121- Gabinete do Presidente				
.1- Pessoal				
.01- Ordenados e Salários	144.000,00			
.2- Material				
.01- Consumo	716,50			
.5- Despesas Gerais				
.01- Publicidade	4.869,20			
.02- Conduções	15,80			
.03- Jornais e Revistas	5,00			
.08- Despesas de viagem	275,40			
.19- Diversas	454,30	5.619,70	150.336,20	
.14- Conselho Diretor				
.1- Pessoal				
.06- Jetons	14.850,00			
.5- Despesas Gerais				
.02- Conduções	50,00		14.900,00	
.16- Diretoria Executiva				
.161- Gabinete do Diretor				
.1- Pessoal				
.01- Ordenados e Salários	145.520,00			
.03- Gratificações	2.400,00			
.08- Diárias	2.750,00	150.670,00		
.2- Material				
.01- Consumo		32.197,40		
.3- Serviços de Terceiros				
.07- Comunicações	17,00			
.08- Serviços Profissionais	38.026,00			
.09- Encadernações	80,00			
.19- Diversos	11.620,30	49.743,30		
.4- Encargos Diversos				
.03- Impostos		564,00		
.5- Despesas Gerais				
.02- Conduções	568,70			
.05- Despesas Bancárias	30.035,30			
.08- Despesas de Viagem	2.413,10			
.19- Diversos	19.183,40	52.200,50	285.375,20	
.162- Assistente do Serviço Administrativo				
.1- Pessoal				
.01- Ordenados e salários	41.600,00			
.03- Gratificações	23.500,00			
.09- Férias	4.409,90	69.509,90		
.2- Material				
.01- Consumo		3.128,20		
.5- Despesas Gerais				
.01- Publicidade	24,00			
.02- Conduções	29,40			
.19- Diversos	100,00	153,40	72.791,50	
A transportar			358.166,70	165.361,60

DISCRIMINAÇÃO	NATUREZA		FINALIDADE		TOTAL DOS ÓRGÃOS	TOTAL GERAL
Transporte					358.166,70	165.361,60
.163- Auditor						
.1- Pessoal						
.01- Ordenados e Salários		5.000,00				
.2- Material						
.01- Consumo		107,00			5.107,00	
.164- Serviço Social de Emprego						
.1- Pessoal						
.01- Ordenados e Salários		1.741,50				
.2- Material						
.01- Consumo		190,20			1.931,70	365.205,40
.2- Órgãos Adjetivos						530.567,00
.21- Superintendência Administrativa						
.211- Gabinete do Superintendente						
.1- Pessoal						
.01- Ordenados e Salários		6.200,00				
.5- Despesas Gerais						
.01- Publicidade	35.000,00					
.19- Diversos	19.720,00	54.720,00			60.920,00	
.212- Divisão de Orçamento e Contabilidade						
.2121- Gabinete do Chefe						
.1- Pessoal						
.01- Ordenados e Salários	33.900,00					
.03- Gratificações	1.400,00	35.300,00				
.2- Material						
.01- Consumo		767,70				
.5- Despesas Gerais						
.02- Conduções		15,00		36.082,70		
.2122- Seção de Orçamento						
.1- Pessoal						
.01- Ordenados e Salários	38.309,00					
.03- Gratificações	2.700,00	41.009,00				
.2- Material						
.01- Consumo		2.194,50				
.3- Serviços de Terceiros						
.08- Serviços Profissionais		700,00				
.5- Despesas Gerais						
.02- Conduções	20,00					
.19- Diversos	12,00	32,00		43.935,50		
.2123- Seção de Contabilidade						
.1- Pessoal						
.01- Ordenados e Salários	140.639,80					
.03- Gratificações	7.000,00	147.639,80				
.2- Material						
.01- Consumo		4.159,10				
.3- Serviços de Terceiros						
.08- Serviços Profissionais		200,00		151.998,90		
.2124- Tesouraria						
.1- Pessoal						
.01- Ordenados e Salários	7.622,20					
.03- Gratificações	6.900,00	14.522,20				
.2- Material						
.01- Consumo		1.461,80				
.5- Despesas Gerais						
.02- Conduções	484,50					
.05- Despesas Bancárias	14,40					
.19- Diversos	223,40	722,30		16.706,30	248.723,40	
A transportar					309.643,40	530.567,00

DISCRIMINAÇÃO	NATUR E Z A		FINALIDADE				TOTAL DOS ÓRGÃOS	TOTAL GERAL
Transporte					309.643,40		530.567,00	
.213 -Divisão de Manutenção								
.2131- Gabinete do Chefe								
.1- Pessoal								
.01- Ordenados e Salários	28.000,00							
.03- Gratificações	2.100,00	30.100,00						
.2- Material								
.01- Consumo		11.127,20						
.5- Despesas Gerais								
.02- Conduções	5,80							
.03- Jornais e Revistas	2,50	8,30			41.235,50			
.2132- Secção do Pessoal								
.1- Pessoal								
.01- Ordenados e Salários	36.316,70							
.03- Gratificações	9.966,60							
.05- Serviços Extraordinários	30.342,40							
.08- Diárias	500,00							
.12- Indenizações	148.100,00	225.225,70						
.2- Material								
.01- Consumo		6.619,70						
.3- Serviços de Terceiros								
.08- Serviços Profissionais		4.614,50						
.4- Encargos Diversos								
.01- Contribuições	178.985,90							
.04- Seguros	7.913,60	186.899,50						
.5- Despesas Gerais								
.01- Publicidade		2.852,40			426.211,80			
.2133- Secção do Material								
.1- Pessoal								
.01- Ordenados e Salários	54.000,00							
.09- Férias	1.050,00	55.050,00						
.2- Material								
.01- Consumo		2.238,90						
.3- Serviços de Terceiros								
.06- Transportes		240,00						
.5- Despesas Gerais								
.02- Conduções	57,00							
.07- Carretos	94,00							
.19- Diversos	4.655,30	4.806,30			62.335,20			
.2134- Secção de Comunicações								
.1- Pessoal								
.01- Ordenados e Salários	77.330,00							
.03- Gratificações	2.600,00	79.930,00						
.2- Material								
.01- Consumo		5.179,60						
.3- Serviços de Terceiros								
.02- Conservação e Limpeza	600,00							
.04- Telefone	23.221,70							
.06- Transportes	17.656,70							
.07- Comunicações	42.194,60							
.08- Serviços Profissionais	565,00	84.238,00						
.5- Despesas Gerais								
.02- Conduções	414,40							
.19- Diversos	32,40	446,80			169.794,40			
A transportar					699.576,90	309.643,40	530.567,00	

DISCRIMINAÇÃO		NATUREZA		FINALIDADE			TOTAL DOS ÓRGÃOS	TOTAL GERAL
Transporte					699.576,90	309.643,40		530.567,00
.2135-	Secção de Mecanização							
	.1- Pessoal							
	.01- Ordenados e Salários	120.763,70						
	.03- Gratificações	4.900,00						
	.04- Tarefas	10.756,10						
	.05- Serviços Extraordinários	9.377,80						
	.10- Licença.....	1.400,00	147.199,60					
	.2- Material							
	.01- Consumo		33.479,60					
	.3- Serviços de Terceiros							
	.02- Conservação e Limpeza	8.109,10						
	.08- Serviços Profissionais	9.036,90	17.146,00					
	.5--Despesas Gerais							
	.02- Conduções	76,00						
	.19- Diversos	115,00	191,00					
.2137-	Zeladoria				198.016,20			
	.1- Pessoal							
	.01- Ordenados e Salários	242.117,20						
	.03- Gratificações	2.100,00						
	.05- Serviços Extraordinários	2.888,50						
	.12- Indenizações	2.100,00						
	.19- Diversos	60.758,60	309.964,30					
	.2- Material							
	.01- Consumo		73.673,80					
	.3- Serviços de Terceiros							
	.02- Conservação e Limpeza	17.041,70						
	.05- Luz e Gaz	24.920,90	41.962,60					
	.4- Encargos Diversos							
	.03- Impostos		3.013,10					
	.5- Despesas Gerais							
	.02- Conduções	2.559,10						
	.06- Conservação de Bens Imóveis	754.872,40						
	.07- Carretos	8.330,60						
	.19- Diversos	900,00	766.662,10					
.2138-	Restaurante				1.195.275,90			
	.1- Pessoal							
	.01- Ordenados e Salários	69.806,50						
	.05- Serviços Extraordinários	872,40						
	.09- Férias	630,00	71.308,90					
	.2- Material							
	.01- Consumo		306.085,10					
	.3- Serviços de Terceiros							
	.02- Conservação e Limpeza	700,60						
	.05- Luz e Gaz	6.499,30	7.199,90					
	.5- Despesas Gerais							
	.02- Conduções		358,50					
.2139-	Gabinete Médico				384.952,40			
	.2- Material							
	.01- Consumo		2.819,20					
	.3- Serviços de Terceiros							
	.08- Serviços Profissionais		200,00					
.3-	Órgãos Substantivos				3.019,20	2.480.840,60	2.790.484,00	2.790.484,00
.31-	Departamento de Documentação							
.312-	Documentação Geral							
	.1- Pessoal							
	A transportar							3.321.051,00

DISCRIMINAÇÃO	NATUREZA		FINALIDADE			TOTAL DOS ÓRGÃOS	TOTAL GERAL
Transporte						3.321.051,00	
.01- Ordenados e Salários	156.544,90						
.03- Gratificações	46.343,80						
.05- Serviços Extraordinários	9.683,90						
.08- Tarefas	582.772,20						
.12- Indenizações	1.000,00	826.344,80					
.2- Material							
.01- Consumo		40.470,50					
.3- Serviços de Terceiros							
.08- Serviços Profissionais		13.420,40					
.5- Despesas Gerais							
.02- Conduções	75,00						
.03- Jornais e Revistas	23.413,00						
.19- Diversos	1.350,00	24.838,00			905.073,70		
.313- Biblioteca							
.1- Pessoal							
.01- Ordenados e Salários	135.950,00						
.03- Gratificações	3.300,00	139.250,00					
.2- Material							
.01- Consumo		5.711,20					
.3- Serviços de Terceiros							
.09- Encadernações		11.075,00			156.036,20		
.314- Secção de Publicidade							
.1- Pessoal							
.01- Ordenados e Salários	30.500,00						
.04- Tarefas	400,00	30.900,00					
.2- Material							
.01- Consumo		1.468,20					
.3- Serviços de Terceiros							
.03- Publicações	695.033,00						
.08- Serviços Profissionais	9.249,90						
.09- Encadernações	120,00	704.402,90					
.5- Despesas Gerais							
.02- Conduções	302,60						
.03- Jornais e Revistas	1.120,00	1.422,60			738.193,70		
.318- Encargos de Documentação							
.3181- Academia Brasileira de Ciências							
.4- Encargos Diversos					25.000,00		
.02- Subvenções							
.3182- Revista Brasileira de Medicina							
.4- Encargos diversos					60.000,00		
.02- Subvenções					85.000,00	1.884.303,60	
.32- Departamento de Ensino							
.321- Gabinete do Diretor							
.1- Pessoal							
.01- Ordenados e Salários	153.481,60						
.03- Gratificações	10.633,20						
.04- Tarefas	20,00						
.05- Serviços Extraordinários	1.008,00						
.07- Ajuda de Custo	1.000,00	166.142,80					
.2- Material							
.01- Consumo		20.226,60					
.5- Despesas Gerais							
.03- Jornais e Revistas		52,00			186.421,40		
A transportar					186.421,40	1.884.303,60	3.321.051,00

DISCRIMINAÇÃO	NATUREZA	FINALIDADE				TOTAL DOS ÓRGÃOS	TOTAL GERAL
Transporte				186.421,40	1.884.303,60	3.321.051,00	
.322- Cursos							
.3221- Secretaria Geral							
.1- Pessoal							
.01- Ordenados e Salários	116.864,90						
.03- Gratificações	19.682,90						
.04- Tarefas	50,00						
.05- Serviços Extraordinários	2.548,80						
.09- Férias	3.639,70	142.786,30					
.2- Material							
.01- Consumo		14.451,30					
.3- Serviços de Terceiros							
.08- Serviços Profissionais		4.281,00					
.5- Despesas Gerais							
.01- Publicidade	69.067,80						
.02- Conduções	165,50	69.233,30	230.751,90				
.3222- Curso de Desenho Básico Profis. e Especializado							
.1- Pessoal							
.01- Ordenados e Salários	55.800,00						
.03- Gratificações	194.017,50						
.04- Tarefas	8.050,00						
.12- Indenizações	4.000,00	261.867,50					
.2- Material							
.01- Consumo		64.705,50					
.3- Serviços de Terceiros							
.08- Serviços Profissionais		10.769,10					
.5- Despesas Gerais							
.02- Conduções		22,00	337.364,10				
.3223- Curso de Arquivologia							
.1- Pessoal							
.03- Gratificações		23.062,50					
.2- Material							
.01- Consumo		2.400,30					
.3- Serviços de Terceiros							
.08- Serviços Profissionais		1.875,00					
.5- Despesas Gerais							
.07- Carretos		100,00	27.437,80				
.3224- Curso de Secretariado							
.32241- Curso Básico de Secretariado							
.1- Pessoal							
.03- Gratificações	88.045,00						
.04- Tarefas	12.630,00	100.675,00					
.2- Material							
.01- Consumo		17.517,50					
.3- Serviços de Terceiros							
.08- Serviços Profissionais		330,00					
.5- Despesas Gerais							
.19- Diversas		300,00	118.822,50				
.32242- Curso de Aperfeiçoamento de Secretariado							
.1- Pessoal							
.03- Gratificações	35.100,00						
.04- Tarefas	13.880,00	48.980,00					
.2- Material							
.01- Consumo		12.703,40					
.3- Serviços de Terceiros							
.08- Serviços Profissionais		150,00					
A transportar		61.833,40	118.822,50	595.553,80	186.421,40	1.884.303,60	3.321.051,00

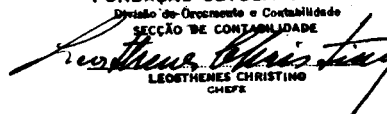
DISCRIMINAÇÃO	NATUREZA		FINALIDADE				TOTAL DOS ÓRGÃOS	TOTAL GERAL
Transporte		61.833,40	118.822,50	595.553,80	186.421,40	1.884.303,60	3.321.051,00	
.5- Despesas Gerais								
.19- Diversas		300,00	62.133,40	180.955,90				
.3225- Cursos de Administração								
.32251- Curso de Auxiliares								
.1- Pessoal								
.03- Gratificações	32.340,00							
.04- Tarefas	10.100,00	42.440,00						
.2- Material								
.01- Consumo		12.816,90	55.256,90					
.32252- Curso de Administração Comercial								
.1- Pessoal								
.03- Gratificações	33.820,00							
.04- Tarefas	10.615,00	44.435,00						
.2- Material								
.01- Consumo		11.581,60	56.016,60					
.32253- Curso de Administração Industrial								
.1- Pessoal								
.03- Gratificações	34.370,00							
.04- Tarefas	11.065,00	45.435,00						
.2- Material								
.01- Consumo		11.120,00	56.555,00	167.828,50				
.3226- Curso de Estatística								
.32261- Curso Básico								
.1- Pessoal								
.03- Gratificações	56.640,00							
.04- Tarefas	11.020,00	67.660,00						
.2- Material								
.01- Consumo		14.017,90	81.677,90					
.32262- Curso de Aperfeiçoamento								
.1- Pessoal								
.03- Gratificações	37.940,00							
.04- Tarefas	14.230,00	52.170,00						
.2- Material								
.01- Consumo		14.905,60	67.075,60	148.753,50				
.3227- Curso para Educadores de Cegos e Amblíopes								
.1- Pessoal								
.03- Gratificações	13.800,00							
.04- Tarefas	4.380,00	18.180,00						
.2- Material								
.01- Consumo		4.365,80						
.5- Despesas Gerais								
.19- Diversas		150,00		22.695,80				
.3228- Curso de Formação Pedagógica de Professores e Orientadores do Ensino Agrícola								
.1- Pessoal								
.03- Gratificações	23.116,60							
.04- Tarefas	5.583,30	28.699,90						
.2- Material								
.01- Consumo		7.045,10						
.4- Encargos Diversos								
.05- Bolsas		40.001,80						
.5- Despesas Gerais								
.04- Excursões		2.163,80		77.910,60	1.193.698,10			
.328- Encargos de Ensino								
.3281- Faculdade Nacional de Ciências Econômicas								
A transportar					1.380.119,50	1.884.303,60	3.321.051,00	

DISCRIMINAÇÃO	NATUREZA		FINALIDADE			TOTAL DOS ÓRGÃOS	TOTAL GERAL
Transporte					1.380.119,50	1.884.303,60	3.321.051,00
.4- Encargos Diversos							
.02- Subvenções							
.3282- Associação de Voluntários da Escola Ana Néri				314.763,00			
.4- Encargos Diversos							
.02- Subvenções							
.3283- Sociedade Nacional de Agricultura				15.000,00			
.4- Encargos Diversos							
.02- Subvenções							
.33- Departamento de Estudos e Pesquisas				50.000,00	379.763,00	1.759.882,50	
.332- Núcleos							
.3321- Núcleo de Economia							
.1- Pessoal							
.01- Ordenados e Salários	84.300,00						
.03- Gratificações	10.000,00						
.06- Jetons	98.000,00						
.04- Tarefas	3.700,00						
.08- Diárias	300,00	196.300,00					
.2- Material							
.01- Consumo		1.372,30					
.3- Serviços de Terceiros							
.08- Serviços Profissionais		741,00					
.3322- Núcleo de Direito Público				198.413,30			
.1- Pessoal							
.01- Ordenados e Salários	33.000,00						
.04- Tarefas	146.800,00						
.06- Jetons	5.200,00	185.000,00					
.2- Material							
.01- Consumo		1.754,10					
.3- Serviços de Terceiros							
.08- Serviços Profissionais		300,00					
.5- Despesas Gerais							
.05- Despesas Bancárias	100,00						
.08- Despesas de Viagem	18.000,00	18.100,00					
.3323- Núcleo de Estudos do Planalto Central				205.154,10			
.33231- Comissão de Estudos							
.1- Pessoal							
.01- Ordenados e Salários	48.700,00						
.03- Gratificações	23.900,00	72.600,00					
.2- Material							
.01- Consumo		3.182,90					
.3- Serviços de Terceiros							
.02- Conservação e Limpeza	734,00						
.08- Serviços Profissionais	400,00	1.134,00					
.33232- Assistência Técnica				76.916,90			
.1- Pessoal							
.01- Ordenados e Salários	79.733,30						
.07- Ajuda de Custo	2.500,00						
.08- Diárias	19.430,00	101.663,30					
.2- Material							
.01- Consumo		12.424,70					
.3- Serviços de Terceiros							
.06- Transportes	43,70						
.07- Comunicações	11,60						
.08- Serviços Profissionais	569,30	624,60					
A Transportar		114.712,60	76.916,90	403.567,40		3.644.186,10	3.321.051,00

DISCRIMINAÇÃO	NATUREZA	FINALIDADE				TOTAL DOS ÓRGÃOS	TOTAL GERAL
Transporte		114.712,60	76.916,90	403.567,40		3.644.186,10	3.321.051,00
.4- Encargos Diversos							
.04- Seguro		1.270,00					
.5- Despesas Gerais							
.02- Conduções	93,30						
.07- Carretos	205,00						
.19- Diversas	634,40	932,70	116.915,30	193.832,20	597.399,60		
.334- Assistente Geral de Pesquisas							
.1- Pessoal							
.01 - Ordenados e Salários	436,20						
.03- Gratificações	1.218,10						
.04- Tarefas	4.903,20	6.557,50					
.2- Material							
.01- Consumo		873,00					
.5- Despesas Gerais							
.05- Despesas Bancárias		18,00			7.448,50		
.335- Secretaria Geral de Pesquisas							
.2- Material							
.01- Consumo		16.242,60					
.3- Serviços de Terceiros							
.08- Serviços Profissionais		96,00			16.338,60		
.338- Encargos de Estudos e Pesquisas							
.3381- Divisão de Estudos da Secretaria da Presidência da República							
.4- Encargos Diversos							
.19- Diversos				163.816,30			
.3382- Viagem de Estudos ao Estrangeiro							
.5- Despesas Gerais							
.08- Despesas de Viagem				23.959,80	187.776,10	808.962,80	
.34- Departamento de Organização							
.341- Gabinete do Diretor							
.2- Material							
.01- Consumo					1.966,60		
.342- Assistente do Serviço de Organização							
.1- Pessoal							
.01- Ordenados e Salários	65.341,90						
.03- Gratificações	3.933,30	69.275,20					
.2- Material							
.01- Consumo		780,10					
.3- Serviços de Terceiros							
.08- Serviços Profissionais		3.420,00			73.475,30		
.348- Encargos de Organização							
.3481- Associação Brasileira de Normas Técnicas							
.4- Encargos Diversos							
.02- Subvenções				200.000,00			
.3482- Delegação Brasileira aos Congressos de Stockolmo e Berna							
.4- Encargos Diversos							
.02- Subvenções				320.000,00	520.000,00	595.441,90	5.048.590,80
.4- Órgãos Regionais							
.41- Delegacia Regional do Rio de Janeiro							
.415- Centros de Estudos e Pesquisas							
.4151- Centro de Análise da Conjuntura E. Social							
.1- Pessoal							
.01- Ordenados e Salários	118.361,60						
.03- Gratificações	2.325,10						
A transportar		120.686,70					8.369.641,80

DISCRIMINAÇÃO	NATUREZA		FINALIDADE				TOTAL DOS ÓRGÃOS	TOTAL GERAL
Transporte	120.686,70						8.369.641,80	
.04- Tarefas	73.547,50							
.05- Serviços Extraordinários	5.141,00	199.375,20						
.2- Material								
.01- Consumo		16.540,60						
.3- Serviços de Terceiros								
.08- Serviços Profissionais		16.889,50						
.5- Despesas Gerais								
.02- Conduções	200,00							
.03- Jornais e Revistas	2.370,00	2.570,00			235.375,30			
.416- Centros de Organização								
.4161- Centro de Seleção e Orientação Profissional								
.1- Pessoal								
.01- Ordenados e Salários	343.292,90							
.03- Gratificações	50.958,50							
.04- Tarefas	2.700,00							
.05- Serviços Extraordinários	1.000,00	397.951,40						
.2- Material								
.01- Consumo		44.105,00						
.3- Serviços de Terceiros								
.02- Conservação e Limpeza	450,00							
.07- Comunicações	209,70							
.08- Serviços Profissionais	6.812,30	7.472,00						
.5- Despesas Gerais								
.01- Publicidade	12.285,00							
.02- Conduções	129,20							
.07- Carreto	171,80							
.08- Despesas de Viagem	1.147,20							
.19- Diversas	25.180,60	38.913,80			488.442,20	723.817,50		
.42- Delegacia Regional de São Paulo								
.422- Serviços Administrativos								
.1- Pessoal								
.01- Ordenados e Salários	37.550,00							
.08- Diárias	450,00							
.12- Indenizações	3.600,00	41.600,00						
.2- Material								
.01- Consumo		4.693,90						
.3- Serviços de Terceiros								
.01- Aluguéis	26.390,90							
.02- Conservação e Limpeza	12.250,00							
.04- Telefone	4.829,30							
.05- Luz e Gaz	1.462,10							
.06- Transportes	173,80							
.07- Comunicações	1.233,80							
.08- Serviços Profissionais	17.400,00							
.19- Diversas	377,60	64.117,50						
.4- Encargos Diversos								
.03- Impostos	21.393,00							
.04- Seguros	5.941,10	27.334,10						
.5- Despesas Gerais								
.02- Conduções	227,70							
.05- Despesas Bancárias	993,30							
.06- Conservação de Bens Imóveis	8.000,00							
.07- Carretos	2.367,80							
.08- Despesas de Viagem	7.138,40							
.19- Diversas	3.802,30	22.529,50			160.275,00			
A transportar					160.275,00	723.817,50	8.369.641,80	

DISCRIMINAÇÃO	NATUREZA		FINALIDADE				TOTAL DOS ÓRGÃOS	TOTAL GERAL
Transporte					160.275,00	723.817,50	8.369.641,80	
.424- Centros de Ensino								
.4241- Curso de Geologia								
.1- Pessoal								
.01- Ordenados e Salários	107.000,00							
.03- Gratificações	141.500,00							
.04- Tarefas	8.250,00							
.06- Jetons	38.300,00							
.12- Indenizações	12.000,00	307.050,00						
.2- Material								
.01- Consumo		14.719,00						
.3- Serviços de Terceiros								
.02- Conservação e Limpeza	600,00							
.06- Transportes	265,00							
.08- Serviços Profissionais	11.955,90							
.07- Comunicações	46,50	12.867,40						
.5- Despesas Gerais								
.01- Publicidade	2.112,00							
.02- Conduções	25,00							
.03- Jornais e Revistas	900,00							
.04- Excursões	45.787,80							
.07- Carretos	800,00							
.08- Despesas de Viagem	6.775,60							
.19- Diversas	2.501,50	58.901,90			393.538,30	553.813,30	1.277.630,80	9.647.272,60

FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS
 Divisão de Orçamento e Contabilidade
 SEÇÃO DE CONTABILIDADE

 LEOSTHENES CHRISTINO
 CHEFE


APROPRIAÇÃO ESPECÍFICA DA DESPESA ORDINÁRIA

APROPRIAÇÃO	M E S E S												TOTAL	%
	JANEIRO	FEVEREIRO	MARÇO	ABRIL	MAIO	JUNHO	JULHO	AGOSTO	SETEMBRO	OUTUBRO	NOVEMBRO	DEZEMBRO		
PESSOAL	94.056,50	144.407,50	202.934,60	330.802,00	319.067,20	326.239,10	351.430,80	469.839,10	511.571,20	489.885,00	494.297,30	1.431.092,00	5.165.622,30	53,54
MATERIAL	20.923,10	10.286,00	43.102,60	53.910,40	42.245,70	58.011,30	45.482,50	73.993,40	57.347,20	142.191,10	73.933,90	238.933,40	860.340,60	8,92
SERVIÇOS DE TERCEIROS	2.657,70	11.613,00	16.585,40	8.376,10	32.489,60	38.768,30	17.987,40	29.703,80	24.392,80	83.005,20	68.556,30	726.947,10	1.061.082,70	11,00
ENC. DIVERSOS	38.421,60	12.266,80	12.579,50	30.589,00	110.613,90	485.995,70	180.475,20	96.412,40	80.963,50	67.603,00	160.122,00	130.678,30	1.406.720,90	14,58
DESPESAS GERAIS	23.414,30	26.545,60	17.081,90	76.541,60	25.321,50	45.395,70	19.048,20	151.310,90	87.521,80	96.758,40	100.551,20	484.005,00	1.153.496,10	11,96
TOTAL	179.473,20	205.118,90	292.284,00	500.219,10	529.737,90	954.410,10	614.424,10	821.259,60	761.796,50	879.432,70	897.460,70	3.011.655,80	9.647.272,60	100,00

DEMONSTRAÇÃO DA DESPESA ORDINÁRIA

- PESSOAL -

MESES	ORDENADOS E SALÁRIOS	GRATIFI- CAÇÕES	TAREFAS	SERVIÇOS EXTRA- ORDINÁRIOS	JETONS	AJUDA DE CUSTO	DIÁRIAS	FÉRIAS	LICENÇA	INDENIZA ÇÕES	DIVERSOS	TOTAL DO MÊS	Porcentagem s/ Total
JANEIRO	90.333,20	1.300,00	-	2.156,70	-	-	-	-	-	-	266,60	94.056,50	1,82
FEVEREIRO	103.322,00	14.800,00	16.484,70	4.800,80	-	1.000,00	-	-	-	4.000,00	-	144.407,50	2,80
MARÇO	129.533,30	19.505,00	20.496,30	-	18.800,00	-	500,00	-	-	14.100,00	-	202.934,60	3,93
ABRIL	267.684,80	31.162,50	28.702,70	3.252,00	-	-	-	-	-	-	-	330.802,00	6,40
MAIO	191.996,60	8.500,00	86.819,70	2.550,90	27.200,00	-	-	-	-	2.000,00	-	319.067,20	6,18
JUNHO	192.649,40	32.929,10	83.975,90	2.084,70	13.000,00	-	-	-	-	1.600,00	-	326.239,10	6,32
JULHO	198.046,30	29.525,00	88.904,70	1.565,10	28.750,00	-	-	3.639,70	-	1.000,00	-	351.430,80	6,80
AGOSTO	243.938,20	82.979,80	100.166,10	489,00	9.000,00	-	-	-	-	-	33.266,00	469.839,10	9,10
SETEMBRO	280.454,90	122.816,40	87.944,50	9.693,40	-	-	300,00	1.050,00	1.400,00	-	7.912,00	511.571,20	9,90
OUTUBRO	334.791,60	59.761,80	73.336,10	9.544,50	2.550,00	-	2.750,00	-	-	-	7.151,00	489.885,00	9,48
NOVEMBRO	300.355,40	42.571,90	112.703,00	7.573,00	24.800,00	-	-	-	-	-	6.294,00	494.297,30	9,57
DEZEMBRO	434.318,20	462.244,60	301.737,60	18.152,70	32.250,00	3.500,00	19.880,00	5.039,90	-	148.100,00	5.869,00	1.431.092,00	27,70
TOTAL	2.767.423,90	908.096,10	1001.271,30	61.862,80	156.350,00	4.500,00	23.430,00	9.729,60	1.400,00	170.800,00	60.758,60	5.165.622,30	-
%	53,57	17,58	19,38	1,19	3,03	0,09	0,45	0,19	0,03	3,31	1,18		100,00

FUNDACÃO GETÚLIO VARGAS
Divisão de Orçamento e Contabilidade
SEÇÃO DE CONTABILIDADE

LEODÔGENES CHRISTINO
CHEFE

DEMONSTRAÇÃO DA DESPESA ORDINÁRIA

- Material -

M E S E S	C O N S U M O	
	IMPORTÂNCIA	%
Janeiro	20.923,10	2,43
Fevereiro	10.286,00	1,20
Março	43.102,60	5,01
Abril	53.910,40	6,27
Maio	42.245,70	4,91
Junho	58.011,30	6,74
Julho	45.482,50	5,29
Agosto	73.993,40	8,60
Setembro	57.347,20	6,67
Outubro	142.181,10	16,53
Novembro	73.933,90	8,59
Dezembro	238.933,40	27,76
T O T A L	860.350,60	100,00

PUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS
Divisão de Orçamento e Contabilidade
SECCÃO DE CONTABILIDADE
Leosthenes Christino
LEOSTHENES CHRISTINO
CONT

DEMONSTRAÇÃO DA DESPESA ORDINÁRIA

- Serviços de Terceiros -

MESES	ALUGUEIS	CONSERVAÇÃO E LIMPEZA	PUBLICA- ÇÕES	TELEFONE	LUZ E GÁS	TRANS- PORTES	COMUNI- CAÇÕES	SERVIÇOS PROFIS- SIONAIS	ENCADER- NAÇÕES	DIVERSOS	TOTAL	%
JANEIRO	-	337,00	-	1.543,50	-	85,00	692,20	-	-	-	2.657,70	0,25
FEVEREIRO	6.312,00	500,00	-	1.898,70	1.434,80	459,70	207,80	800,00	-	-	11.613,00	1,09
MARÇO	6.312,00	1.000,00	-	2.034,90	1.669,90	2.550,50	2.648,10	370,00	-	-	16.585,40	1,56
ABRIL	-	930,00	-	2.834,60	1.783,80	492,20	1.099,50	1.236,00	-	-	8.376,10	0,79
MAIO	6.312,00	5.020,00	-	2.453,60	2.066,10	797,30	473,60	15.367,00	-	-	32.489,60	3,06
JUNHO	-	625,60	26.166,00	-	2.214,60	1.039,90	1.363,90	7.358,30	-	-	38.768,30	3,66
JULHO	-	2.050,00	1.838,80	3.382,70	2.672,70	1.099,60	-	6.863,60	80,00	-	17.987,40	1,70
AGOSTO	7.454,90	6.270,00	-	3.721,00	3.075,70	1.208,40	73,50	7.900,30	-	-	29.703,80	2,80
SETEMBRO	-	3.159,00	-	295,10	2.753,50	1.622,10	-	16.563,10	-	-	24.392,80	2,30
OUTUBRO	-	502,00	30.780,00	4.363,70	4.275,20	917,30	2.797,10	39.101,50	-	268,40	83.005,20	7,82
NOVEMBRO	-	6.350,00	24.435,00	1.996,40	3.757,00	5.138,80	3.611,40	12.192,70	11.075,00	-	68.556,30	6,46
DEZEMBRO	-	17.441,80	611.813,20	3.526,80	7.179,00	2.968,40	30.746,10	41.422,30	120,00	11.729,50	726.947,10	68,51
TOTAL	26.390,90	44.185,40	695.033,00	28.051,00	32.882,30	18.379,20	43.713,20	149.174,80	11.275,00	11.997,90	1.061.082,70	100,00

FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS

Divisão de Orçamento e Contabilidade

SEÇÃO DE CONTABILIDADE

Leosthenes Christino
LEOSTHENES CHRISTINO
CHEFE

DEMONSTRAÇÃO DA DESPESA ORDINÁRIA

- Encargos Diversos -

MESES	CONTRIBUIÇÕES	SUBVENÇÕES	IMPOSTOS	SEGUROS	BOLSAS	DIVERSOS	TOTAL	%
JANEIRO	5.508,00	25.000,00	-	7.913,60	-	-	38.421,60	2,73
FEVEREIRO	5.166,00	-	1.159,70	5.941,10	-	-	12.266,80	0,87
MARÇO	7.945,00	3.030,20	1.604,30	-	-	-	12.579,50	0,89
ABRIL	10.269,00	20.306,00	14,00	-	-	-	30.589,00	2,17
MAIO	19.039,60	63.431,40	1.142,90	-	-	27.000,00	110.613,90	7,86
JUNHO	17.100,00	56.016,70	-	-	-	412.879,00	485.995,70	34,55
JULHO	16.119,00	127.572,00	42,00	-	-	36.742,20	180.475,20	12,83
AGOSTO	18.643,90	60.542,00	8.906,40	-	1.125,00	7.195,10	96.412,40	6,85
SETEMBRO	22.349,00	47.978,80	564,00	-	10.071,70	-	80.963,50	5,76
OUTUBRO	22.299,50	31.167,80	8.154,00	-	5.981,70	-	67.603,00	4,81
NOVEMBRO	19.692,00	132.064,90	2.485,10	-	5.880,00	-	160.122,00	11,38
DEZEMBRO	14.854,90	96.712,30	897,70	1.270,00	16.943,40	-	130.678,30	9,30
TOTAL	178.985,90	663.822,10	24.970,10	15.124,70	40.001,80	483.816,30	1.406.720,90	100,00

FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS
 Divisão de Orçamento e Contabilidade
 SEÇÃO DE CONTABILIDADE

 LEOSTHENES CHRISTINO
 CHEFE

DEMONSTRAÇÃO FINANCEIRA - D E S P E S A

DESPESAS GERAIS

MÊSES	PUBLICIDADE	CONDUÇÕES	JORNAIS E REVISTAS	EXCURSÕES	DESPESAS BANCÁRIAS	CONSERVAÇÃO DE BENS IMÓVEIS	CARRETOS	DESPESAS DE VIAGEM	DESPESAS DIVERSAS	TOTAL DO MÊS	%
JANEIRO	-	325,80	-	-	59,20	22.465,90	-	275,40	288,00	23.414,30	2,03
FEVEREIRO	-	46,30	342,50	-	-	22.533,80	500,00	3.000,00	123,00	26.545,60	2,30
MARÇO	2.528,60	1.446,60	60,00	-	276,60	8.875,50	140,00	3.328,10	426,50	17.081,90	1,48
ABRIL	996,00	388,40	480,00	-	96,80	73.766,00	383,60	-	430,80	76.541,60	6,64
MAIO	2.000,00	319,80	170,00	-	41,80	17.600,00	2.265,20	2.173,10	751,60	25.321,50	2,20
JUNHO	2.112,00	165,50	8.920,00	-	-	34.114,80	-	-	83,40	45.395,70	3,93
JULHO	4.331,00	149,40	13.370,00	-	97,40	-	280,00	-	820,40	19.048,20	1,65
AGOSTO	18.765,50	151,80	293,00	500,00	125,20	116.275,10	7.221,80	3.545,00	4.433,50	151.310,90	13,12
SETEMBRO	23.620,80	854,50	105,00	-	-	61.957,70	171,80	-	812,00	87.521,80	7,59
OUTUBRO	32.060,50	319,30	-	-	269,40	62.734,20	94,00	931,00	350,00	96.759,40	8,39
NOVEMBRO	21.104,00	435,10	120,00	2.163,80	120,40	57.963,70	-	18.000,00	644,20	100.551,20	8,72
DEZEMBRO	18.692,00	1.292,00	4.002,00	42.287,80	30.074,20	284.585,70	1.012,80	31.456,90	70.601,60	484.005,00	41,95
TOTAL	126.210,40	5.894,50	27.862,50	44.951,60	31.161,00	762.872,40	12.069,20	62.709,50	79.765,00	1.153.496,10	100,00

DEMONSTRAÇÃO ESPECÍFICA DA DESPESA ORDINÁRIA

NATUREZA	IMPORTANCIA	%
.1- Pessoal	5.165.622,30	53,54
.2- Material	860.350,60	8,92
.3- Serviços de Terceiros	1.061.082,70	11,00
.4- Encargos Diversos	1.406.720,90	14,58
.5- Despesas Gerais	1.153.496,10	11,96
TOTAL	9.647.272,60	100,00

DEMONSTRAÇÃO ORGÂNICA DA DESPESA ORDINÁRIA

F I N A L I D A D E	IMPORTANCIA	%
.1- ÓRGÃOS DELIBERATIVOS E EXECUTIVOS	530.567,00	5,30
.2- ÓRGÃOS ADJETIVOS	2.790.484,00	28,93
.3- ÓRGÃOS SUBSTANTIVOS	5.048.590,80	52,33
.4- ÓRGÃOS REGIONAIS	1.277.630,80	13,24
	9.647.272,60	100,00

DEMONSTRAÇÃO ORGÂNICA DA DESPESA ORDINÁRIA

1- ÓRGÃOS DELIBERATIVOS E EXECUTIVOS

Ó R G Ã O S	IMPORTÂNCIA	%
.11-ASSEMBLÉIA GERAL	125,40	0,02
.12-PRESIDÊNCIA	150.336,20	28,33
.14-CONSELHO DIRETOR	14.900,00	2,82
.16-DIRETORIA EXECUTIVA	365.205,40	68,83
T O T A L	530.567,00	100,00

DEMONSTRAÇÃO ORGÂNICA DA DESPESA ORDINÁRIA2. -ÓRGÃOS ADJETIVOS

Ó R G Ã O S	IMPORTÂNCIA	%	
		Parcial	Total
<u>SUPERINTENDÊNCIA ADMINISTRATIVA</u>			
Gabinete do Superintendente	60.920,00	100,00	
sub-total x	60.920,00	100,00	2,19
<u>Divisão de Orçamento e Contabilidade</u>			
Gabinete do Chefe	36.082,70	14,51	
Secção de Orçamento	43.935,50	17,66	
Secção de Contabilidade	151.998,90	61,11	
Tesouraria	16.706,30	6,72	
sub-total x	248.723,40	100,00	8,91
<u>Divisão de Manutenção</u>			
Gabinete do Chefe	41.235,50	1,66	
Secção do Pessoal	426.211,80	17,18	
Secção do Material	62.335,20	2,52	
Secção de Comunicações	169.794,40	6,84	
Secção de Mecanização	198.016,20	7,98	
Zeladoria	1.195.275,90	48,18	
Restaurante	384.952,40	15,52	
Gabinete Médico	3.019,20	0,12	
sub-total x	2.480.840,60	100,00	88,90
TOTAL GERAL x	2.790.484,00		100,00

DEMONSTRAÇÃO ORGÂNICA DA DESPESA ORDINÁRIA3.- ÓRGÃOS SUBSTANTIVOS

Ó R G Ã O S	IMPORTÂNCIA	%	
		Parcial	Total
<u>Departamento de Documentação</u>			
Documentação Geral	905.073,70	48,03	
Biblioteca	156.036,20	8,29	
Secção de Publicidade	738.193,70	39,17	
Encargos de Documentação	85.000,00	4,51	
Sub-total x	1.884.303,60	100,00	37,32
<u>Departamento de Ensino</u>			
Gabinete do Diretor	186.421,40	10,60	
Cursos	1.193.698,10	67,82	
Encargos de Ensino	379.763,00	21,58	
Sub-total x	1.759.882,50	100,00	34,86
<u>Departamento de Estudos e Pesquisas</u>			
Núcleos	597.399,60	73,85	
Assistente Geral de Pesquisas	7.448,50	0,92	
Secretaria Geral de Pesquisas	16.338,60	2,02	
Encargos de Estudos e Pesquisas	187.776,10	23,21	
Sub-total x	808.962,80	100,00	16,02
<u>Departamento de Organização</u>			
Gabinete do Diretor	1.966,60	0,33	
Assistente do Serviço de Organização	73.475,30	12,34	
Encargos de Organização	520.000,00	87,33	
Sub-total x	595.441,90	100,00	11,80
TOTAL GERAL x	5.048.590,80	-	100,00

DEMONSTRAÇÃO ORGÂNICA DA DESPESA ORDINÁRIA.4- ÓRGÃOS REGIONAIS

Ó R G Ã O S	IMPORTÂNCIA	%	
		Parcial	Total
<u>Delegacia Regional do Rio de Janeiro</u>			
Centro de Estudos e Pesquisas	235.375,30	32,52	
Centros de Organização	488.442,20	67,48	
Sub- total x	723.817,50	100,00	56,65
<u>Delegacia Regional de São Paulo</u>			
Serviços Administrativos	160.275,00	28,94	
Centros de Ensino	393.538,30	71,06	
Sub- total x	553.813,30	100,00	43,35
TOTAL GERAL x	1.277.630,80		100,00

RECONCILIAÇÃO ENTRE OS QUADROS DE FLS. 64 e 65

DISCRIMINAÇÃO	QUADRO DE FLS. 64			QUADRO DE FLS. 65		
	DESPESA FIXADA	DESPESA REALIZADA	SALDO	DOTAÇÃO	DESPESAS	SALDO
-Total dos quadros	15.000.000,00	9.677.625,50	5.322.374,50	19.467.749,20	14.142.923,50	5.324.825,70
-Despesas incluídas no de fls. 64 e não no de fls.65:						
-Despesa Extraordinária					15.152,90	5.309.672,80
-Despesa Vinculada					15.200,00	5.294.472,80
-Despesas incluídas no de fls. 65 e não de fls. 64:						
-Bens Imateriais		54.000,00	5.268.374,50			
-Equipamento de Física		2.350.000,00	2.918.374,50			
-Inversão de Imóveis em São Paulo.		1.000.000,00	1.918.374,50			
-Material Permanente		1.091.650,90	826.723,60			
-Verba global "Disponibilida- des" incluída no de fls. 65 e não no de fls. 64	4.467.749,20		5.294.472,80			
T O T A L	19.467.749,20	14.173.276,40	5.294.472,80	19.467.749,20	14.173.276,40	5.294.472,80

FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS
SUPERINTENDÊNCIA ADMINISTRATIVA
SEÇÃO DE ORÇAMENTO

Aluísio Guimarães
ALUÍSIO GUIMARÃES

FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS

ORÇAMENTO PARA O EXERCÍCIO DE 1948 APROVADO NA SESSÃO DO CONSELHO DIRETOR DE 18-12-47

RECEITA		DESPESA	
SUBVENÇÕES		PESSOAL	
Entidades de Dir. Público	16.400.000,00	Fixo	5.848.000,00
Sociedade de Economia mista	<u>600.000,00</u>	Variável	<u>295.000,00</u>
	17.000.000,00		6.143.000,00
RENDIMENTOS PATRIMONIAIS	1.200.000,00	MATERIAL	
RECEITAS FUNCIONAIS	450.000,00	Consumo	1.104.000,00
RECEITA DO RESTAURANTE	200.000,00	Permanente	<u>800.000,00</u>
			1.904.000,00
		SERVIÇOS DE TERCEIROS	495.000,00
		ENCARGOS	
		Específicos	1.100.000,00
		Pessoal	529.840,00
		Diversos	<u>45.160,00</u>
			1.675.000,00
		DESPESAS GERAIS	248.000,00
		INVERSÕES EM IMÓVEIS	2.935.000,00
		INVERSOES EM OBRAS E CONSTRUÇÕES	<u>3.950.000,00</u>
			17.350.000,00
			<u>1.500.000,00</u>
		Disponibilidades	<u>18.850.000,00</u>
	<u>18.850.000,00</u>		

FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS

ORÇAMENTO PARA O EXERCÍCIO DE 1948 APROVADO NA SESSÃO DO CONSELHO DIRETOR DE 18-12-47

APLICAÇÃO	DESPESA PRÓPRIA DESCENTRALIZADA			DESPESA PRÓPRIA CENTRALIZADA						INVERSÕES			TOTAL DE Custeio	TOTAL GERAL
	Pessoal fixo	Em car- gos es- pecífi- cos	TOTAL	Pessoal variá- vel	Material de Consumo	Servi- ços de Tercei- ros	Encar- gos	Despe- sas Gerais	TOTAL	Livros e Re- vistas	Materi- al Per- manen- te	TOTAL		
Órgãos Direcionais.....	375	-	375	15	5	15	5	22	62	-	3	3	437	440
Departamento de Ensino	1.510	900	2.410	50	580	-	135	40	805	40	260	300	3.215	3.515
Departamento de Organização	240	200	440	50	30	30	42	10	162	20	60	80	602	682
Departamento de Pesquisas e Documentação.....	1.500	-	1.500	60	280	385	170	6	901	30	140	170	2.401	2.571
Institutos.....	975	-	975	40	65	-	78	52	235	10	87	97	1.210	1.307
<hr/>														
Superintendência Adminis- trativa.....	4.600	1.100	5.700	215	960	430	430	130	2.165	100	550	650	7.865	8.515
Delegacia Regional de São Paulo.....	1.200	-	1.200	80	140	50	130	100	500	-	150	150	1.700	1.850
	48	-	48	-	4	15	15	18	52	-	-	-	100	100
<hr/>														
T O T A L.....	5.848	1.100	6.948	295	1.104	495	575	248	2.717	100	700	800	9.665	10.465

FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS

ORÇAMENTO PARA O EXERCÍCIO DE 1948 APROVADO NA SESSÃO DO CONSELHO DIRETOR DE 18-12-47.

UNIDADE: 1.000 Cruzeiros

APLICAÇÕES	PESSOAL		MATERIAL		SERVIÇOS DE TERCEIROS	ENCARGOS	DESPESAS GERAIS	T O T A L
	Fixo	Variável	Consumo	Permanente				
Órgãos Direcionais.....	375	-	-	-	-	-	-	375
Departamento de Ensino.....	1.510	-	-	-	-	900	-	2.410
Departamento de Organização.....	240	-	-	-	-	200	-	440
Departamentos de Pesquisas e Documentação.....	1.500	-	-	-	-	-	-	1.500
Institutos.....	975	-	-	-	-	-	-	975
Superintendência Administrativa :								
a) Dotações próprias.....	1.200	80	140	-	50	130	100	1.700
b) Dotações dos Órgãos específicos.....	-	215	960	-	430	430	130	2.165
Delegacia Regional de São Paulo.....	48	-	4	-	15	15	18	100
Inversões em Bens Móveis.....	-	-	-	800	-	-	-	800
Inversões em Bens Imóveis.....	-	-	-	-	-	-	-	2.935
Inversões em Obras e Construções.....	-	-	-	-	-	-	-	3.950
Disponibilidades.....	-	-	-	-	-	-	-	1.500
TOTAL DE ITENS.....	5.848	295	1.104	800	495	1.675	248	18.850
TOTAL DE GRUPOS.....	6.143		1.904		2.418			

APROVAÇÃO DO RELATÓRIO E A PRESTAÇÃO

- DE CONTAS DO EXERCÍCIO DE 1947 -

1. ATA da 15ª Sessão Extraordinária realizada em 25/2/48, em que se distribuiu a relator os balanços e o relatório do exercício de 1 947.
2. PARECER do Relator Conselheiro João Carlos Vital, sôbre os balanços do exercício de 1 947.
 - 2.1 PARECER do Perito-Contador Américo Florentino sôbre os balanços do exercício de 1 947.
3. ATA da 34ª Sessão Ordinária do Conselho Diretor, realizada em 4/3/48, convocada para examinar os balanços do exercício de 1 947.
4. PARECER do Relator Conselheiro Mário Augusto Teixeira de Freitas, sôbre o relatório apresentado pelo Sr. Diretor Executivo.
5. ATA da 16ª Sessão Extraordinária do Conselho Diretor, realizada em 10/3/48, convocada para dar parecer sôbre o relatório do exercício de 1 947.
6. EXPEDIENTE do Conselho Diretor ao Conselho Curador, encaminhando os balanços e o relatório do exercício de 1 947 , com parecer favorável.
7. ATA da 9ª Sessão Ordinária do Conselho Curador, realizada em 11/3/48, em que se distribuiu a relator os balanços e o relatório do exercício de 1 947.
8. PARECER do Conselheiro Moacyr Cardoso Veloso de Oliveira sôbre o relatório e a prestação de contas.
9. ATA da 9ª Sessão Extraordinária do Conselho Curador, realizada em 16/3/48 e convocada para examinar o parecer de um Relator do mesmo Conselho, sôbre o relatório e a prestação de contas anuais e a aplicação a ser dada ao resultado do exercício, com parecer favorável.

10. ATA da 4ª Assembléia Geral Ordinária, realizada em 31 de março de 1948, que foi convocada para conhecer o balanço geral e o relatório do exercício de 1947, que mereceram unânime aprovação.

ATA DA DÉCIMA QUINTA SESSÃO EXTRA
ORDINÁRIA DO CONSELHO DIRETOR, RE
ALIZADA EM VINTE E CINCO DE FEVE
REIRO DE MIL NOVECENTOS E QUAREN
TA E OITO

Aos vinte e cinco dias do mês de fevereiro do ano de mil novecentos e quarenta e oito, na sala de sessões da Fundação Getúlio Vargas, à Praia de Botafogo número cento e oitenta e seis, presentes os Senhores Luiz Simões Lopes, Presidente, João Carlos Vital, Vice-Presidente, Mário Augusto Teixeira de Freitas e Rubens d'Almada Horta Porto, suplentes convocados, e Jorge Oscar de Mello Flôres, Diretor Executivo, teve lugar a décima quinta sessão extraordinária do Conselho Diretor. Assumindo a direção dos trabalhos, o Presidente deu por aberta a reunião, às dezoito horas e vinte e nove minutos.

1. APROVAÇÃO DA ATA DA SESSÃO ANTERIOR. Com a palavra, o Diretor Executivo leu a ata da sessão anterior, realizada em dezenove do corrente mês, a qual foi aprovada sem retificações. O Dr. Rubens Porto, aproveitando o ensejo, declarou que não comparecera à última reunião por estar ausente do Rio.

2. RELATÓRIO E BALANÇO DA FUNDAÇÃO. O Doutor Luiz Simões Lopes declarou, em seguida, que o assunto principal da sessão que o Conselho Diretor realizava era a discussão do relatório e dos balanços da Fundação, referentes ao exercício de mil novecentos e quarenta e sete, apresentados pelo Diretor Executivo nos termos dos Estatutos, e que seriam, posteriormente, examinados pelo Conselho Curador e submetidos, finalmente, à aprovação da Assembléia Geral. Discutiu-se, a seguir, a conveniência ou não de ser o balanço da Fundação examinado por peritos contadores, estranhos aos quadros respectivos, de vez que atualmente fôra alterada a organização da entidade, no setor contábil, havendo um Auditor para fiscalizar a Secção de Contabilidade. O Diretor Executivo insistiu na indicação de peritos, pois o Auditor é fiscal da Direção Executiva em relação aos

serviços contábeis, ao passo que êsses peritos seriam os fiscais do Conselho em relação à Direção Executiva. O Doutor Rubens Porto disse que somente julgava a medida justificada caso houvesse divergência entre o Auditor e a Contabilidade. Após os debates, resolveu-se deixar a providência a critério do Relator. Nesta altura da sessão, o Diretor Executivo mandou providenciar a distribuição de exemplares do relatório. O Doutor Luiz Simões Lopes retomando a palavra, indagou dos membros do Conselho se preferiam distribuir a relator, conforme fôra feito com o orçamento, ou apreciá-lo conjuntamente em plenário, conforme fôra feito com relação ao último relatório. Discutido o assunto, ficou resolvido que se escolheria dois relatores, sendo o Doutor Teixeira de Freitas encarregado do relatório propriamente dito, e o Doutor João Carlos Vital incumbido dos balanços, podendo, nessa qualidade, designar um perito para examinar a respectiva exatidão. Ficou ainda assente que a próxima sessão, onde seriam apresentados os relatórios, realizar-se-ia na próxima quinta feira, dia quatro de março, às dezessete e meia horas. Nada mais havendo a tratar, o Presidente agradeceu a presença de todos, e encerrou a sessão às dezenove horas e quinze minutos.

PARECER DO CONSELHEIRO JOAO
CARLOS VITAL SOBRE OS BALAN
ÇOS ANUAIS.

CONSELHO DIRETOR

P A R E C E R

Incumbido de relatar o balanço desta Funda -
ção, relativo ao exercício de 1947, encarreguei, prèvia
mente, o perito contador de minha confiança - Snr. Amé
rico Mateus Florentino-, de verificar a exatidão do
mesmo, em face dos comprovantes apresentados e da es
crituração existente.

De acôrdo com o certificado do referido peri
to, que encaminho em anexo, bem como em face dos exa
mes por mim procedidos pessoalmente, sou de parecer fa
vorável à aprovação do balanço em aprêço.

Em 10 de março de 1 948

a) João Carlos Vital

PARECER DO PERITO-CONTADOR AMÉRICO
MATHEUS FLORENTINO QUE EXAMINOU OS
BALANÇOS DO EXERCÍCIO DE 1947.

Ao Exmo. Sr.

Dr. João Carlos Vital

M.D. Membro do Conselho Técnico da "Fundação
Getúlio Vargas"

Cumprindo determinações de V.Ex^a procedi a um
exame do balanço do exercício de 1947 da "Fundação Getúlio
Vargas" a fim de ser certificada a sua exatidão em
face dos comprovantes apresentados e da escrituração e
xistente.

Foram examinadas as fichas de "Razão" (con -
tas gerais e desdobramentos), as fichas de indicações
de lançamentos, os comprovantes, as fichas de escritu -
ração de "Diário" (que é o único "livro" que se encon -
tra com sua escrituração atrasada), o livro de regis -
tro de operações de "Caixa", o "Borrador", demonstrati -
vos de sub-contas, extratos de contas correntes bancá -
rias e contratos e escrituras que se relacionavam a va
lores contabilizados no Ativo.

Quanto aos comprovantes procedeu-se a uma ve
rificação por meio de "tests", visto ser impossível, de
vido à escassez de tempo analisá-los um a um, e levan
do-se em consideração, também, que todos os comprovan -
tes e documentos contábeis já haviam sido revisados pe
lo auditor da Fundação, Dr. Iberê Gilson.

A impressão obtida foi ótima, pois a escrituração encontrava-se em ordem e em dia, obedecendo aos preceitos técnicos, e com detalhes minuciosos que permitem a qualquer momento efetuar quaisquer levantamentos da Despesa. Os comprovantes encontravam-se devidamente arquivados, numerados em rigorosa ordem cronológica.

Cumpre, portanto, apresentar os seguintes comentários sobre o

BALANÇO PATRIMONIAL

O Ativo Disponível no total de CR\$15.643.321,70 está representado por depósitos bancários e saldo em caixa. O maior depósito existente no Banco do Brasil confere com o saldo apresentado em extrato de conta corrente do Banco, feitas algumas conciliações relativas a CR\$ 253.751,50 de cheques emitidos no final do exercício e cuja escrituração ainda não havia sido correspondida pelo Banco. O depósito existente no Banco de São Paulo também coincidia com a demonstração de conta corrente enviada pelo Banco. O saldo de caixa estava de acordo com o apresentado no livro "Caixa", cuja escrituração não existia anteriormente, pois o referido livro teve sua escrituração iniciada em 9 de outubro de 1947. A ausência deste livro era, porém, anteriormente suprida pela existência de um "Boletim Diário de Caixa", que, aliás, continua ainda em uso.

O Ativo Realizável a Curto Prazo, no total de CR\$ 47.949.344,20 constava de valores a receber de devedores diversos, subvencionadores, doadores, títulos de renda e juros de títulos de renda a receber. Todas as contas deste grupo apresentavam desdobramentos em sub-contas, com as parcelas devedoras de cada titular. Os títulos de renda (Obrigações de Guerra) estão escriturados pelo seu valor de custo, não tendo sido feita

reserva para oscilação de cotação na data do Balanço. Confrontando-se o total do Ativo Realizável a Curto Prazo de 1 947 com o total desse mesmo Ativo em 1 946, verifica-se ter havido uma transferência de CR\$ 50.000.000,00 (valor de um terreno doado à Fundação pela Prefeitura do Distrito Federal) para o item de Ativo Eventual. Esta transferência de conta teve em mira apenas ajustar o valor transferido dentro da classificação geral do Ativo.

O Ativo Realizável a Longo Prazo, no total de CR\$ 1.415.592,00 constava de débitos de doadores e de devedores diversos que somente serão liquidados em exercícios posteriores. Consta também deste item o total do material depositado em Almo-xarifado.

O Ativo Permanente em Bens Tangíveis, no total de CR\$15.972.056,60, constava dos valores de custo de bens móveis, bens imóveis, biblioteca e veículos. As contas de bens imóveis, biblioteca e veículos sofreram pequenos acréscimos sobre os totais existentes em 1 946, tendo em vista melhorias e reparos realizados, bem como aquisições diversas para ampliação da biblioteca. Quanto à conta de bens móveis, foram incluídos valores de aquisições em curso, aquisições essas que correm por conta das dotações orçamentárias do exercício de 1947.

O Ativo Permanente em Bens Intangíveis, no total de CR\$180.000,00, registra o valor de aquisição de assuntos sobre geologia (arquivos) e os direitos autorais de Achilles Bassi adquiridos pela Fundação.

O Ativo de Operações em Curso, no total de CR\$... 51.000.000,00 representa o valor de um imóvel cedido pela Prefeitura do Distrito Federal à Fundação, e o valor de uma prestação inicial para aquisição de um terreno localizado no "Jardim Guedalla", em São Paulo, conforme plano de aquisição e es-

critura devidamente observado.

O Ativo Total do Balanço em 31 de dezembro de 1947 somava CR\$ 132.160.314,50.

O Passivo Exigível a Curto Prazo, no total de CR\$ 2.700.188,90 constava de restos e contas a pagar e de créditos de diversos, conforme relações devidamente observadas.

O Passivo não Exigível, no total de CR\$ 129.317.775,30, estava representado pelos valores dos Fundos Patrimonial e de Depreciação de Bens Móveis e pelo resultado do exercício de 1947 que alcançou a cifra de CR\$ 10.036.384,40. O valor do Fundo Patrimonial de 1947 é igual ao de 1946 acrescido dos valores do Fundo Especial de Custeio constituído em 1946 (CR\$6.691.000,00) e do resultado do exercício de 1946 (CR\$13.680.054,10) que reverteram para o patrimônio da Fundação. O Fundo de Depreciação de Bens Móveis, constituído em 1947, corresponde a 10% do valor dos bens móveis existentes em 1947, exceto os valores relativos a aquisições em curso.

O Passivo de Contas Vinculadas, no total de CR\$... 142.350,30 representa uma reserva para compra de títulos de renda, consequência de doações feitas à Fundação pelo Dr. Luiz Simões Lopes.

O Passivo Total do Balanço em 31 de dezembro de 1947 somava CR\$132.160.314,50.

As Contas de Ordem evidenciavam os seguintes fatos:

- 1) CR\$ 54.000,00 (contratos Diversos e Obrigações Contratuais) representavam o valor do contrato de direitos autorais entre a Fundação e Achilles Bassi.

- 2) CR\$48.728.000,00 (Depositários de Valores a Valores Depositados) representavam o valor nominal de Obrigações de Guerra depositadas no Banco do Brasil e na Caixa Econômica Federal.
- 3) CR\$ 22.831.103,40 (Promitentes de Doações a Doações Prometidas) representavam os valores de doações em fase de realização.
- 4) CR\$188.753,10 (Valores de Terceiros a Depositantes de Valores) representam a responsabilidade da guarda pela Fundação de valores de terceiros.
- 5) CR\$6.000.000,00 (Imóveis de Aquisição em Curso a Compromissos de Aquisição de Imóveis) representam o valor total que será despendido pela Fundação com a aquisição de um imóvel em São Paulo.
- 6) CR\$1.546.594,40 (Responsáveis Diversos a Responsabilidades Diversas) representam os valores de importância adiantadas a terceiros pela Fundação para aquisições diversas e sobre as quais ainda não foram apresentadas prestações de contas.

O total das contas de ordem soma CR\$79.548.450,90

Verificado o Balanço Patrimonial, procedeu-se ao

exame do

BALANÇO ECONÔMICO

A Receita, que soma CR\$ 19.909.996.70, provém de subvenções recebidas da União Federal, do Estado do Ceará, do Instituto do Açúcar e do Alcool e do Banco do Brasil; de aluguéis de prédios, juros bancários e juros de títulos de renda, de receita do Restaurante (que apresentou resultados deficitários, tendo em vista o resultado a maior da Despesa, incluído no total da conta "Divisão de Manutenção"); da renda de cursos e de publicações fornecidas a terceiros e de doações e rendas diversas.

A Despesa, que soma CR\$ 9.873.612,30 está distribuída pelos diversos órgãos da Fundação (Deliberativos e Executivos, Adjetivos, Substantivos e Regionais). Feita uma verificação por meio de "tests", evidenciou-se a perfeita comprovação existente. Existem demonstrações detalhadas que apresentam a despesa sob outro aspecto, como seja o da natureza específica da despesa (ordenados, material, conservação, gastos de funcionamento, etc.). Na despesa está incluída também a parcela correspondente às amortizações e depreciações do exercício.

O resultado do exercício alcança portanto CR\$ 10.036.384,40.

Em consequência do exame procedido nos livros, comprovantes e escrituração da "Fundação Getúlio Vargas", conforme detalhado acima, e considerando que:

- a) - os saldos apresentados no Balanço de 31 de dezembro de 1947 coincidem com os registros contábeis;
- b) - que a documentação apresentada está de-

devidamente em ordem;

- c) que os saldos e somas apresentadas estão corretos;
- d) que os livros de contabilidade apresentam-se escriturados em ordem e em dia, e dentro das normas técnicas contábeis.

CERTIFICO

que o Balanço apresentado pela Fundação Getúlio Vargas, em 31 de dezembro de 1947, apresenta a real situação econômica e financeira dessa entidade.

Rio de Janeiro, 4 de março de 1948

a) Américo Matheus Florentino
Perito-contador

Registros 39955-DNIC e 40068-DEC
Registrado em 1948 no Conselho Re-
gional de Contabilidade
de do D. Federal

Srs. Membros do Conselho Diretor.

Diante do laudo acima e em vista das informações que diretamente me foram prestadas por técnico de minha absoluta confiança, Sou de parecer que as contas relativas ao exercício de 1947, da Fundação Getúlio Vargas devem ser aprovadas, com louvores à direção executiva pela boa impressão deixada em minucioso exame procedido em sua contabilidade.

4.3.48

a) J. Vital

ATA DA TRIGÉSIMA QUARTA SESSÃO
ORDINÁRIA DO CONSELHO DIRETOR,
REALIZADA EM 4 DE MARÇO DE
1948.

Aos quatro dias do mês de março do ano de mil novecentos e quarenta e oito, na sala de sessões da Fundação Getúlio Vargas, à Praia de Botafogo número cento e oitenta e seis, presentes os Senhores Luiz Simões Lopes, Presidente, João Carlos Vital, Vice-Presidente, Mário Augusto Teixeira de Freitas e Rubens D'Almada Horta Porto, suplentes convocados, General Djalma Poli Coelho, representante do Governo Federal junto à Assembléia Geral da Fundação, e Jorge Oscar de Mello Flôres, Diretor Executivo, teve lugar a trigésima quarta sessão ordinária do Conselho Diretor. Assumindo a direção dos trabalhos, o Presidente deu por aberta a reunião, às dezoito horas e trinta minutos.

1. APROVAÇÃO DA ATA DA SESSÃO ANTERIOR. Inicialmente, foi lida pelo Diretor Executivo a ata da sessão anterior, realizada em vinte e cinco de fevereiro próximo passado, a qual foi unânimemente aprovada.

2. APROVAÇÃO DOS BALANÇOS DA FUNDAÇÃO. O Doutor Luiz Simões Lopes, em seguida, declarou que, conforme fôra combinado na última sessão, o Conselho estava reunido especialmente para ouvir a leitura dos relatórios dos Doutores Teixeira de Freitas e João Carlos Vital, escolhidos para dar parecer sobre, respectivamente, o relatório e os balanços da Fundação, referentes ao exercício de mil novecentos e quarenta e sete. Com a palavra, o Conselheiro Teixeira de Freitas informou não haver concluído seu parecer, mas esperava fazê-lo dentro de poucos dias. O Doutor Luiz Simões Lopes, então, passou a palavra ao Doutor João Carlos Vital, a fim de que este procedesse à leitura do relatório sobre a parte de que ficara incumbido, isto é, os balanços. O Doutor João Carlos Vital, depois de declarar que designara o perito contador, Senhor Américo Florentino, para examinar a exatidão dos mesmos, leu o parecer apresentado pelo mencionado perito.

to. Terminada a leitura, todos os Senhores Conselheiros presentes solicitaram esclarecimentos ao Doutor João Carlos Vital. O Doutor Rubens Porto perguntou como podia constar da receita a subvenção anual que é devida à Fundação pelo Banco do Brasil, se este se encontrava em atraso nos seus pagamentos. Era de opinião que deveria ser receita a receber e não recebida. Entretanto, foi aventada a hipótese de, para maior clareza do assunto, adotar uma designação especial para a receita devida e não arrecadada, sendo sugerido, entre outra, o termo receita realizada; todavia, foi julgado preferível consultar os especialistas para a fixação definitiva desse termo. A seguir, o Doutor Rubens Porto desejou saber qual o critério adotado para a depreciação. O Diretor Executivo interveio, explicando que a depreciação só fôra considerada para os bens móveis, visto como nos imóveis, somadas algebricamente a valorização e a depreciação, aquela prepondera sobre esta. O Doutor Teixeira de Freitas pediu que fôsse elucidado a respeito do contrato celebrado entre o professor Achille Bassi e a Fundação, respondendo o Presidente que o referido Professor fôra contratado para escrever uma obra didática, compromisso este autorizado pelo Conselho. O Doutor Rubens Porto indagou, ainda, porque em São Paulo os melhoramentos introduzidos nos imóveis haviam sido incorporados ao valor respectivo, ao passo que no Rio isso não se havia verificado. O Diretor Executivo respondeu que a incorporação em São Paulo se dera no início do ano, antes do Conselho Diretor decidir em contrário, ao examinar o caso do Rio. Entretanto, para uniformidade, poder-se-ia fazer o estôrno da primeira parte, no valor de pouco mais de oito mil cruzeiros, revendo os balanços patrimonial e econômico.

A fim de que prestasse outros esclarecimentos julgados necessários, o Doutor Luiz Simões Lopes solicitou, a esta altura da sessão, o comparecimento do Doutor Iberê Gilson, Auditor da Fundação. Após os debates, ficou resolvido aprovar os balanços,

adotando o último alvitre, isto é, fazendo o estôrno da referida importância de oito mil cruzeiros, modificando-se para isso os Balanços Patrimonial e Econômico.

3. ENCERRAMENTO . O Presidente, após haver comunicado que o Doutor Teixeira de Freitas leria o seu relatório na próxima sessão do Conselho, a realizar-se na quarta-feira dez do corrente mês, agradeceu a presença de todos e encerrou a sessão às dezenove horas e vinte e cinco minutos.

PARECER DO CONSELHEIRO MARIO
AUGUSTO TEIXEIRA DE FREITAS
SÔBRE O RELATÓRIO ANUAL.

Consideraremos o Relatório sob os dois pontos de vista que interessam ao Conselho. Primeiro, no seu significado como documento informativo. Em seguida, no que concerne à obra realizada pela Fundação e descrita pela direção executiva.

I. O RELATÓRIO

O relatório é um documento completo, que reflete com minúcia e fidelidade, no texto e nos anexos, todos os fatos e circunstâncias que mereciam registro no período estudado. Nem por isso, porém, deixou de ser conciso.

Sua exposição é sistemática, precisa e bem documentada, e está formulada segundo um método que facilita bastante a articulação dos assuntos e sua imediata apreciação, não só quanto a cada um dêles de per si, senão também nas interrelações que obviamente oferecem.

Parecendo, porém, que a cópia dactilográfica foi feita sob grande urgência, ocorre lembrar a conveniência de que:

1º - se faça cuidadosa revisão do original, antes de encaminhá-lo à Assembléia Geral, e assim se escoeime o importante documento dos numerosos defeitos de cópia que lhe tornam incertas a pontuação e a acentuação inserindo-se ao mesmo tempo alguns dados a que foi feita alusão mas sem registrá-los, e retificando-se outros lapsos de forma, como por exemplo os que se notam nas ta

belas comparativas da receita e da despesa, onde há visível troca de dizeres;

2º - se adote como norma, tendo em vista o papel que cabe à Fundação e a sua responsabilidade em matéria de racionalização do trabalho e ensino (inclusive de dactilografia), dar-se ao Relatório anual o mesmo caprichoso aspecto que já tem o periódico "Conjuntura".

A matéria relatada acha-se distribuída por quatro capitulos, além da introdução.

1. Atividades do exercício de 1 947
2. Balanços
3. Diretrizes de ação e plano de trabalho
4. Conclusões.

As atividades do exercício em causa foram consideradas destacadamente quanto aos seguintes assuntos:

1. Órgãos direcionais
2. Ensino
3. Organização
4. Estudos e pesquisas
5. Documentação
6. Seleção e orientação profissional
7. Problema social do emprêgo
8. Órgãos adjetivos
9. Atividades patrimoniais

Estão apresentados na devida forma (salvo o lapso a que já aludí):

- a) o balanço patrimonial
- b) o balanço econômico
- c) o balanço financeiro.

Encerra-se o Relatório com as diretrizes de ação e o plano de trabalho, tendo como fêcho breves "conclusões". Suas últimas palavras, afirmando com justiça os progressos conseguidos não obstante as circunstânci-

cias que os embaraçaram, lembram a necessidade de esforços no sentido de acrescer as fontes de receita, -"única forma de garantir a estabilidade da Fundação, indispensável ao preenchimento dos úteis desígnios para que foi constituída".

Merece especial registro, finalmente, o fato de que a direção executiva selecionou os responsáveis pelos diferentes setores de suas atividades dentre os melhores elementos que poderiam ser encontrados. É fácil verificar o escrúpulo de sua preferência compulsando-se as competentes fichas de qualificação, anexas ao Relatório. Graças a isso a Fundação se pode orgulhar de possuir um "estado maior" de primeira ordem.

II. A OBRA DA FUNDAÇÃO

A direção executiva faz ressalvas sôbre as condições ainda não inteiramente orgânicas dentro das quais a Fundação desenvolve no momento as suas atividades. Decorrendo tais condições não só da originalidade, extensão e dificuldades dos objetivos visados, mas ainda dos reajustamentos que a direção superior da entidade tem resolvido, as restrições formuladas devem ser entendidas em justos termos, segundo sua intenção de inteira lealdade e franqueza.

Embora as diretivas sob que, de comêço, trabalhou a Fundação não tenham prevalecido in totus, evoluindo de forma a retraírem-se num sentido e expandirem-se noutro, e nisso acarretando profundas alterações na estrutura geral da instituição, é fora de tôda dúvida que já foram levadas a efeito brilhantes, profícuas e extensas realizações de ordem cultural e social, com as quais muito lucrou o país. Sem falar na experiência e dados

de observação que a obra realizada proporcionou aos órgãos dirigentes superiores da própria entidade.

Aí estão os Relatórios passados e os pareceres a que deram lugar, os quais documentam de sobra o que deixamos dito. Não nos cabe lembrá-los aqui.

Também não será nosso objetivo focalizar o aspecto econômico e financeiro, de que o Relatório trata detalhadamente. Esse aspecto ficou para ser examinado de modo particular pelo Conselheiro João Carlos Vital.

O nosso escopo é apenas o de habilitar a direção superior com uma idéia geral, fácil de aprender de como correram as atividades da Fundação no exercício findo, e de deixar expressa a opinião do Relator sobre a possível expansão dessas atividades, de modo que o Conselho Diretor, o Conselho Curador e a Assembléia Geral tenham elementos para um pronunciamento rápido, que tome em consideração a experiência dos serviços e as suas possibilidades em face dos recursos disponíveis e dos objetivos institucionais, e, conseqüência, determine as medidas adequadas à consolidação e ao progresso da instituição, sem nunca perder de vista o seu propósito de bem servir ao Brasil.

Assim examinarei:

- 1º As atividades desenvolvidas pela Fundação
- 2º As sugestões oportunas.

III. AS ATIVIDADES DESENVOLVIDAS

Passemos em breve revista os capítulos sobre:

1. Ensino
2. Organização
3. Estudos e pesquisas
4. Documentação

5. Seleção e orientação profissional
6. Problema social do emprêgo
7. Atividades administrativas
8. Diretrizes de ação e plano de trabalho.

1. ENSINO

Tendo sido iniciadas as atividades do ensino antes da criação do Departamento correspondente, faltaram-lhes a orientação e o contrôlo técnicos necessários e que, obviamente, só êsse órgão especializado lhes poderia dar.

Cinco cursos foram criados.

1. Desenho Básico
2. Desenho Técnico
3. Desenho de Arquitetura
4. Arquivologia e Administração de Documentos
5. Inglês

Terminou em 1947, com exercícios práticos na região de Diamantina, o Curso de Geomorfologia, realizado anteriormente.

Foram tomadas as providências para o início, no setor didático, de atividades sistemáticas. No decurso delas, porém, ainda foi iniciado o Curso de Psicoterapia Menor.

Em abril começaram em São Paulo dois cursos dos centros de Geologia da Fundação:

1. Curso para Auxiliar de Geólogo
2. Curso de Geologia do Solo

- Iniciando-se solenemente em agosto o funcionamento regular das atividades didáticas da Fundação, foram postos a funcionar, em normais condições de orga-

nização, os seguintes cursos:

1. Curso Básico de Secretariado
2. Curso de Aperfeiçoamento de Secretariado
3. Curso Básico de Estatística
4. Curso de Aperfeiçoamento em Estatística
5. Curso de Auxiliares de Administração de Empresas
6. Curso para Administradores de Empresas Comerciais
7. Curso para Administradores de Empresas Industriais
8. Curso de Formação Pedagógica de Professores e Orientadores do Ensino Agrícola.
9. Curso para Professores de Cegos e Amblíopes

O Relatório registra as medidas prudentes com que se acautelou a eficiência prática desses cursos.

Ainda em agosto, a Fundação colaborou na realização do Curso de Auxiliares de Enfermagem da Associação de Voluntárias da Escola Ana Nery.

Mais tarde, em setembro, tiveram início, em colaboração com a Sociedade Nacional de Agricultura, na Escola Wenceslau Belo, na Penha, 7 cursos práticos de ensino agrícola:

1. de Botânica Agrícola
2. de Economia e Administração Rural
3. de Floricultura
4. de Hortas Domésticas
5. de Jardinagem
6. de Solos e Adubação
7. de Viveirista.

O Departamento de Ensino, destinado a controlar e desenvolver essas atividades, foi então organizado mediante o exame objetivo das funções que lhe deveriam corresponder. Ficou logo previsto, nessa organização, o Serviço Escolar, a ser criado quando o desenvolvimento dos cursos o exigir. Objetivará a prestação, aos alunos, dos serviços:

1. de orientação educacional, vocacional e profissional;
2. de encaminhamento para profissões;
3. de promoção de atividades extra-classe.

Consolidou-se a colaboração com a Faculdade Nacional de Ciências Econômicas. Essa cooperação exprime-se em amplos auxílios materiais, de instalação e outros, além do crédito de CR\$ 750.000,00 destinado a:

- a) contrato de professores no estrangeiro
- b) aumento de vencimentos dos atuais professores
- c) curso de extensão da Faculdade
- d) concessão de bolsas de estudos

Planejamentos didáticos foram executados em colaboração com entidades oficiais. Merecem ser citados os que se destinaram ao Conselho Nacional de Imigração e ao Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos. Ambos objetivam ampla e utilíssima obra cultural, desenvolvida em numerosos cursos especializados.

O Relatório analisa e registra os resultados dos Cursos ministrados, assinalando os fatores sociais e ocasionais desfavoráveis à regular freqüência dos alunos, ou motivantes da evasão destes, a determinar rendimento diminuto. Conhecidas as causas da anomalia, não

será difícil reduzir-lhes ao mínimo as consequências. Desejamos sublinhar aqui - para ulterior articulação com algumas considerações nossas - esta passagem do Relatório:

"Finalmente, seria aconselhável como um atrativo para certos cursos desta Fundação, a articulação com um sistema de emprêgo, que permitisse colocar o pessoal formado e, subsidiariamente, atender a solicitações de empregadores".

2. ORGANIZAÇÃO

O problema de organização foi, como não podia deixar de ser, devidamente considerado pela direção executiva. Organizou-se em boas bases o respectivo Departamento. E foi desde logo encaminhada a solução de determinadas questões fundamentais. Umas eram ligadas à administração do pessoal, como a classificação de cargos e funções, e a seleção e orientação profissional; outras incluíam-se na administração do material e instalações, como a padronização e higiene e conforto dos ambientes de trabalho.

A orientação estabelecida para o tratamento dessas atividades previu uma série de programas, visando:

1. examinar a fundo os problemas de organização interna da própria Fundação;
2. prestar a assistência técnica que fôr solicitada pelos órgãos públicos;
3. organizar, em colaboração com o Departamento de Ensino, cursos de formação de técnicos em organização;
4. aceitar contratos de prestação de serviços de organização.

Embora por circunstâncias fortuitas as atividades do novo Departamento não tenham podido ainda de

desenvolver-se a pleno efeito, já tem no seu ativo as seguintes realizações:

1. uma bibliografia sobre planejamento;
2. a organização interna do Departamento;
3. a reorganização estrutural e lotação do Departamento de Documentação;
4. a reorganização da Prefeitura de Belo Horizonte, em colaboração com técnico do D. A. S. P. ;
5. o plano de sistematização de cargos e carreiras e enquadramento do pessoal da mesma Prefeitura;
6. estudos sobre os serviços dactilográficos, de duplicação e de cálculo, da Fundação;
7. a organização e instalação dos Serviços de Mecanização;
8. estudo sobre o custo das apostilhas.

Em ligação com o Departamento de Organização se desenvolveram as atividades de uma Comissão de Assistência à Secretaria da Presidência da República.

Por intermédio do Departamento, a Fundação colabora com a Associação Brasileira de Normas Técnicas, visando receber desta certos serviços e facilitar-lhe a publicação de trabalhos sobre normas, padrões e especificações. Nesse regime já foram editados dois volumes:

1. o das Normas Brasileiras, abrangendo 18 Especificações, 8 Normas e 58 Métodos de Ensaios;
2. o das Normas Recomendadas, incluindo 30 Especificações, 5 Normas, 60 Métodos de Ensaios; 5 Padronizações e 4 Terminolo-

gias.

Para desenvolver as atuais atividades do Departamento - assinala o Relatório - torna-se mister :

1. dotá-lo de maiores recursos, uma parte dos quais poderá advir de contratos de prestação de serviços;
2. encaminhar a solução dos problemas básicos da sua especialidade em regime de colaboração com as entidades técnicas a êsse fim prepostas, visando a melhor utilização dos recursos e dos técnicos disponíveis;
3. iniciar os cursos de técnicos de organização.

3. ESTUDOS E PESQUISAS

Essas atividades, iniciadas em 1946, organizaram-se em regime descentralizado, exercendo-se através de Núcleos e Centros permanentes ou de Comissões esporádicas, com direção e programa independentes.

Um desses Centros é o Núcleo de Economia. Dentre os seus trabalhos, lançados em cooperação entre diferentes Órgãos, destacam-se os que tiveram por fim criar o estudo permanente:

1. da Balança de Pagamentos do Brasil
2. dos índices dos Preços
3. da Renda Nacional

No campo das atividades de estudos e pesquisas merecem ainda citação as constantes do plano inicial previsto para o Núcleo de Direito Público:

1. reunião, em volume, das Constituições Estaduais, com índice alfabético e remissivo

vo, precedidas de um comentário de conjunto;

2. ante-projeto de lei uniformizando o imposto de transmissão de propriedade, com a respectiva motivação e bibliografia anexa;
3. ante-projeto de lei modernizando o sistema de Registro Civil, com a devida justificação e o estudo das condições locais, leis e legislação comparada.

Outros trabalhos, no mesmo setor, estiveram a cargo da Comissão de Assistência Técnica à Comissão de Estudos da Localização da Nova Capital do País. Essa comissão é presidida pelo ilustre General Djalma Poli Coelho que também "assiste" aos trabalhos da Fundação como representante da Presidência da República.

Essa importante contribuição constou de um relatório e vários anexos:

0 Relatório abordou os seguintes pontos:

1. Esquema geral do programa de trabalhos.
2. Limitação progressiva das áreas de pesquisa
3. Levantamento de dados
4. Programa de pesquisas de campo
5. Características da Nova Capital e do Novo Distrito Federal.
6. Interdição das especulações imobiliárias no local da nova metrópole.
7. Os efeitos da mudança da nova Capital sobre a cidade do Rio de Janeiro.

Os anexos versaram sôbre:

1. Aspecto físico
2. Aspecto demográfico
3. Aspecto cultural
4. Aspecto econômico-social
5. Aspecto financeiro
6. Aspecto administrativo

-Outro órgão que entrou em funcionamento foi o Centro de Análise da Conjuntura Econômica.

A êsse centro, organizado em julho, deu-se como objetivo:

1. Estudar sistematicamente os fatos econômicos nacionais, bem como as ocorrências internacionais que sôbre aquêles tiverem repercussão, de forma a determinar os interrelacionamentos de que decorre a "Conjuntura Econômica" do país, e fixar os índices tendenciais da variação desta.
2. Divulgar um boletim com os resultados básicos dos seus estudos, procurando assinalar tudo quanto interesse à estabilidade e ao desenvolvimento dos negócios públicos e privados do país.
3. Proceder subsidiariamente a estudos conjunturais, de caráter restrito, com referência aos setores econômicos mais importantes.

Essa publicação está lançada em grandes edições que lograram a melhor acolhida possível, demonstrando isto que a Fundação, nêsse particular, foi ao encontro de uma necessidade geralmente sentida.

-Esse regime de trabalho autônomo por diferentes órgãos poderia ter resultados insatisfatórios no conjunto. Daí o início de uma sistematização deles, a cargo de uma Assistência de pesquisas. Presentemente, está resolvida a fusão da Assistência e demais órgãos de pesquisas com o Departamento de Documentação, ora em fase de organização.

4. DOCUMENTAÇÃO

Também nêsse setor ocorreu um período de trabalho descentralizado. Foram-lhe órgãos:

1. a Biblioteca, organizada conforme os moldes da moderna Biblioteconomia;
2. a Divisão de Documentação Geral, que terá por objeto todos os tipos de documentação exceto aquêles clàssicamente atribuídos às Bibliotecas.

Além dos órgãos necessários à rotina dos serviços mencionados, foram previstos dois serviços especiais:

1. O Serviço de Intercâmbio de Catalogação. É um importantíssimo serviço destinado a cooperar com o D.A.S.P. e com a Imprensa Nacional, no objetivo a que alude a sua própria designação. Com essa cooperação sanar-se-á o atraso que se vinha verificando em tão útil trabalho, evitando-se o seu fracasso.
2. O Serviço de Catálogo Coletivo. Este é de iniciativa da Fundação. Destina-se à organização do catálogo comum a tôdas as

Bibliotecas importantes do país, o que será de inestimável ajuda às nossas atividades culturais.

Como era de prever, iniciadas tais atividades em regime de autonomia, logo se verificou a necessidade da direção supervisora, que unificaria também a consecução de certos objetivos comuns a ambos os setores. Daí resultou criar-se o Departamento de Documentação, cujos trabalhos de implantação tiveram lugar em junho, constituindo-o de duas divisões:

1. a de Coleta e Cooperação
2. a de Sistematização e Divulgação

O acêrto dêsse critério parecia comprovado pela experiência que se seguiu, não obstante certas dificuldades emergentes da primeira fase de execução. Mas não tardou que se verificasse maior conveniência do serviço, e mesmo maior economia, na fusão do Departamento de Documentação com a Assistência e demais órgãos de pesquisa.

- O veículo principal para a divulgação dos resultados do trabalho de documentação e pesquisa é constituído pela série de publicações da Fundação. Estas pertencem a dois grupos;

1. o das "Séries" e, eventualmente, "publicações avulsas", destinadas à divulgação assistemática;
2. o das "publicações periódicas", que devem cobrir progressivamente os campos básicos das atividades da Fundação, fazendo obra vulgarizadora de caráter sistemático.

O primeiro grupo - que tende a sofrer forte retração para se adaptar melhor aos fins da Fundação - representou-se, no ano de 1947, pelo seguinte número de fascículos aparecidos:

1. "Summa Brasiliensis Mathematicae", - 8;
2. "Summa Brasiliensis Physicae", - 2;
3. "Summa Brasiliensis Biologiae", - 4;
4. "Summa Brasiliensis Geologiae", - 4;
5. "Estudos Brasileiros de Geologia", - 0;
6. "Estudos Brasileiros de Higiene", - 1;
7. "Estudos Brasileiros de Demografia", - 1;
8. "Estudos Brasileiros de Economia", - 2;
9. Total, - 25.

O segundo grupo abrange no momento:

1. Revista Brasileira de Economia;
2. Boletim Conjuntura Econômica;
3. Revista de Direito Administrativo.

São publicações de primeira ordem, cada uma no seu gênero. A procura delas é grande, o que lhes propiciará realizar uma obra de cultura ampla e profunda.

-Já aludimos aos trabalhos documentários executados a pedido de entidades oficiais. Registre-se, porém, ainda, que, além do relatório que se organizou sobre a mudança da Capital da República, por solicitação da respectiva Comissão, foi preparado, para atender à Secretaria da Presidência da República, amplo material documentário, bibliográfico e específico sobre os seguintes assuntos:

1. Siderurgia Nacional
2. Fábrica de Motores
3. Vale do Rio Doce
4. Vale do Rio São Francisco.

- A Fundação também colaborou na reorganização da Biblioteca da Câmara Federal de Deputados.

- Em conclusão: se as atividades de documentação tiveram de vencer sérias dificuldades e de passar por duas reorganizações, realizou sem dúvida obra de subido valor, servindo ao Governo da República, a entidades diversas e ao público em geral. E' claro que assim concorreu para o enriquecimento da cultura brasileira, bem como para a orientação racional de relevantes problemas nacionais.

5. - ATIVIDADES DE SELEÇÃO E ORIENTAÇÃO PROFISSIONAL

Não podia deixar de ser uma das principais preocupações da entidade, no campo da organização, o tratamento, por um órgão específico, dos problemas de seleção e orientação profissional. Esse órgão foi em comê-ço um simples Centro. Iniciou seus trabalhos durante o mês de junho. Depois, conforme se previra, passou a constituir um Instituto autônomo:

As atividades do "ISOP" distribuem-se pelos seguintes grupos:

1. Atividades principais
2. atividades complementares
3. atividades técnicas auxiliares
4. atividades administrativas auxiliares

O primeiro grupo ocupa-se da "orientação pro

fissional" e da "seleção profissional"; o segundo dedica-se a "estudos e pesquisas" e "ensino"; o terceiro compreende o "Serviço Social" e o "Serviço Médico"; o último refere-se à "administração geral".

- A orientação profissional compreende três tipos:

1. A orientação parcial, visando indicar se determinado tipo de trabalho serve para um determinado trabalhador.
2. A orientação disjuntiva, tendo por fim indicar, entre determinados tipos de trabalho, qual o mais adequado a um determinado trabalhador.
3. A orientação global, que selecionará o melhor tipo de trabalho para um trabalhador determinado.

Em 1947 foram estudados 140 casos. A maioria deles apresentou-se espontaneamente. Os restantes foram encaminhados por diferentes instituições interessadas.

A Seleção Profissional desdobra-se em:

1. Seleção anterior à aprendizagem, através da verificação de aptidão e de preparo cultural, a fim de indicar os mais aptos ao aproveitamento do esforço docente a ser dispendido.
2. Seleção posterior à aprendizagem, através da verificação de fatores de conhecimento, capacidade, adaptação e atividade, para indicar os mais aptos ao exercício profissional.

As atividades, nêsse sub-setor, restringiram-se ao atendimento das solicitações. Foram selecionados 545 candidatos ao cargo de dactilógrafo da Fundação, com provas de memória auditiva, atenção e inteligência verbal; seleção de 40 alunos do Curso de Formação de Professores e Orientadores do Ensino Agrícola, com provas de

psico-diagnóstico miocinético e de teste de Rorschach; a aplicação de psico-diagnóstico miocinético a 1.056 imigrantes para verificar o ajuste social destes, conforme solicitação do Departamento Nacional de Imigração.

- Importante acôrdo foi feito, a vigorar este ano, com o Instituto Rio Branco, do Ministério do Exterior, para a seleção, do ponto de vista psicológico e físico, dos candidatos àquela instituição.

- Essas atividades, e as demais que o Relatório enumera com minúcia, bem revelam o relêvo do Instituto em boa hora criado pela Fundação. Percebe-se bem que ele está fadado a um fecundo destino, tanto mais quanto é praticamente o único do gênero, no Brasil.

6. PROBLEMA SOCIAL DO EMPREGO

Dedicando-se a Fundação aos problemas de educação, orientação e seleção profissional, racionalização do trabalho, estava implícita no seu destino social a preocupação com o problema do emprego.

Urgia focalizar o assunto:

1. tendo em vista o interêsse nacional, dado o atraso em que o Brasil se acha nêsse particular, pois ainda não possui nenhuma organização para tal fim;
- 2 - em consideração ao interêsse da própria Fundação, que articulária com grande proveito a organização que atendesse a êssee objetivo com as atividades do "INSOP", habilitando-se, ao mesmo tempo, a resolver a questão de colocação do pessoal formado pela entidade.

Foram assim tomadas, com excelente fundamento as medidas iniciais à criação do Serviço Social do Emprego. O plano esboçado orienta-se no sentido de criar-se

uma entidade autônoma, subvencionada pelo Governo Federal pelos Institutos de Aposentadorias e Pensões, pelos Serviços Sociais, pelas Associações de Classe dos Empregadores, pela própria Fundação, etc.

E' verdade que o recente decreto nº 24.461 transferiu a solução do problema para a esfera governamental, focalizando-o embora, de preferência, sob o aspecto do "desemprego". Mas restabeleceu-se a possibilidade da interferência da Fundação, pois o Departamento Nacional do Trabalho solicitou a colaboração da entidade para o estudo do problema, e dêsse modo coordenaram-se atividades que encontrarão certamente uma solução conjunta.

7. ATIVIDADES ADMINISTRATIVAS

Essas atividades estão divididas, para a boa sistematização, em três categorias:

1. administração geral
2. administração auxiliar
3. administração assistencial

As atividades de administração geral abrangem as de:

1. Pessoal
2. Material
3. Comunicações
4. Contabilidade
5. Orçamento
6. Tesouraria
7. Zeladoria

- Essas atividades vêm sofrendo a revisão e os reajustamentos que o desenvolvimento dos serviços e a

experiência haveriam forçosamente de suscitar. De um modo geral, toda a vida administrativa da Fundação já se pode considerar em boa ordem, na justa correspondência aos seus fins.

- Graças à articulação com o "Brazilian Government Trade Bureau", de New York, a importação do material se realizará, doravante, com acentuadas vantagens de preços.

- O setor da administração auxiliar inclui, por enquanto, apenas o Serviço de Mecanização. Suas atividades estão bem implantadas, atendendo às necessidades emergentes. De boa qualidade dos seus trabalhos, que têm trazido grande economia em matéria de impressão e divulgação, oferece expressivo testemunho a magnífica apresentação do Boletim "Conjuntura Econômica".

- Está projetado, porém, um segundo "serviço auxiliar" - o de Microfilmagem, cuja instalação dependerá da chegada da parte final do material encomendado nos Estados Unidos.

- As atividades da administração assistencial também só contam, no presente, um serviço - o Restaurante. Mas terá futuramente o Serviço Médico, que já está planejado.

-Em resumo, a racionalização a que estão sendo submetidas gradativamente as atividades em consideração, justifica a certeza de que, dentro em pouco, disporá a Fundação de um sistema de órgãos adjetivos deveras modelar, e sua ordem administrativa honrará a entidade, como aliás não se poderia deixar de exigir dela, responsável, que é, por um arrojado programa de organização racional do trabalho.

8. DIRETRIZES DE AÇÃO E PLANO DE TRABALHO

As diretrizes de ação traçadas no Relatório de 1946 foram de ordem muito geral. Exigiam, por isso mesmo, normas complementares, sem as quais não se tornaria possível o preparo de um plano preciso, capaz de atender a tôdas as finalidades pré-estabelecidas.

Escassos, porém, ainda eram os elementos para traçar tais normas. Tornar-se-ia, assim, contraproducente, numa aparência de organização definitiva que ainda não existia de fato nem poderia existir, lançar prematuramente uma regulamentação minuciosa, cujo destino seria, antes, cercear e embaraçar o desenvolvimento da instituição, do que favorecê-la. Demais isso, não conviria qualquer tentativa que concentrasse os esforços disponíveis nessa obra prematura de planificação, em detrimento do espontâneo impulso criador que solicitações de toda ordem alimentavam, estimulavam e reclamavam.

Esse plano ainda estará ausente nas atividades de 1948. Mas a esquematização de que se carece está surgindo, bastante rica de possibilidades, e já tendendo nitidamente a fixar suas linhas mestras.

Nas francas afirmações da direção executiva ao caracterizar a fase de transição por que tem passado os serviços da entidade, não há, como poderia parecer, - aliás já o dissemos - uma atitude de pessimismo, mas apenas o propósito de sinceridade. As naturais dificuldades de um empreendimento de inédita envergadura entre nós, como é a Fundação Getúlio Vargas, não poderiam deixar de motivar algumas hesitações no estabelecimento e

realização dos planos de trabalho. O Relatório não procura atenuar as circunstâncias desfavoráveis e as crises que assoberbaram a direção, nem o vulto dos esforços que tem sido empregados para retificar e reajustar a orientação dos trabalhos segundo as decisões dos órgãos superiores, no propósito de encontrar o rumo justo, estável e seguro a que deva obedecer o desenvolvimento da entidade.

- O Relatório esboça, conforme a experiência já adquirida nas realizações levadas a efeito, as "bases estruturais" da organização em que se trabalha.

a) Quanto ao Ensino - Está em caminho a constituição futura de três Escolas:

1. a Escola de Economia
2. a Escola de Administração
3. a Escola de Administração de Negócios ("Business Administration"), que resultará do programa feito em comum com o Conde Francisco Matarazzo.

Os outros cursos próprios da Fundação serão de "extensão" dessas escolas, ou anexados a órgãos específicos, como o "INSOP". Os demais serão em colaboração com entidades interessadas. Superintendendo todo o sistema didático haverá um órgão de direção, orientação, coordenação e controle.

b) Quanto à Organização - Um órgão superior unificará as atividades desdobradas nos setores básicos desse ramo de atividades. Representarão esses setores órgãos autônomos da Fundação, como o "INSOP", ou entidades colaboradoras, como a Associação Brasileira de Normas Técnicas. Aí serão atendidas as próprias necessidades da Fundação, suplementando-se ao mesmo tempo as deficiências

verificadas no país. Equipes especiais atenderão, eventualmente, aos contratos que se oferecerem.

c) Quanto às Pesquisas - Parece que será mais condizente com as finalidades da Fundação limitá-las ao campo das ciências sociais e da técnica administrativa, tanto quanto possível objetivando assuntos de interesse nacional e em caráter supletivo. Esse setor, supervisionado por um órgão cúpola, organizará as necessárias unidades de pesquisa, junto às escolas ou a órgãos específicos, e eventualmente, como órgãos independentes, para o tratamento de problemas básicos, qual o da Conjuntura Econômica.

d) Quanto à Documentação - Excetuados os casos de organizações independentes, como os intercâmbios de catalogação e de bibliografia corrente, ficariam os serviços deste setor na dependência dos planos de ação dos outros campos específicos.

- Vejamos agora o que nos ocorre fixar como sugestões ou conclusões.

IV. AS SUGESTÕES OPORTUNAS

A direção executiva da Fundação assinala - já o referimos, sublinhando o segundo ponto - dois problemas de rendimento e eficiência que a têm preocupado:

1. o do rápido desinteresse e conseqüente evasão do discipulado que os seus cursos angariam, - com isso encarecendo-se o ensino, que perde ao mesmo tempo grande parte do seu alcance social;
2. o da conveniência de assegurar proveitoso e pronto encaminhamento, para o emprego, àquêles que obtêm o seu certificado de habilitação profissional.

Isto demonstra dupla necessidade: a de facilitar a frequência dos cursos pela gratuidade ou pela asistência por meio de bôlsas de estudos; e a de assegurar a utilidade prática dos cursos realizados, por medo de uma garantia de emprêgo para os alunos que os concluirem em boas condições.

Eis aí aspectos essenciais da obra educacional que a Fundação se destina a realizar e que merecem o melhor exame tanto da direção executiva como dos Colégios que respondem pelos destinos da entidade.

Ocorre assinalar, porém, outra circunstância que reduz o significado "nacional" que a obra da Fundação precisa ter. É o âmbito, quase que apenas metropolitano, das suas atividades educacionais. Estas, é claro, não deixam de ser úteis por êsse motivo. Todavia, muito mais úteis seriam se formássemos profissionais necessários às diferentes regiões do país, onde tais elementos não se podem ainda formar, ou de onde êles emigram (quando conseguem formar-se) para os grandes centros urbanos, os quais absorvem as melhores atividades disponíveis, depauperando, debilitando, deprimindo, ao máximo, as reservas de valores humanos que pode obter e de que carece a vida interior dos Estados brasileiros, e até mesmo das metrópoles das pequenas Unidades Políticas.

Dir-se-á que o regime de "Bôlsas de estudo" para um discipulado proveniente dos Estados, será um corretivo eficaz. Mas é suposição errada. A medida agrava o problema, em vez de resolvê-lo. Por observação pessoal em longa experiência, e ainda pela declaração que ouvi de dirigentes estaduais, inclusive Chefes de

de Governo, pude concluir que constitui certo e enorme prejuízo para os Estados a vinda dos seus melhores servidores à Capital da República a pretexto de realizar cursos de aperfeiçoamento, pois êsses elementos, em virtude das suas qualidades pessoais e das novas perspectivas que lhes possam oferecer a especialização adquirida aqui e o contacto com esta grande metrópole, raramente deixam de procurar e obter colocação no Rio.

A solução, por conseguinte, talvez estivesse na descentralização regional dos cursos, que teria assim por efeito enriquecer - e não, empobrecer - as restritas elites de que dispõem os Estados.

Ainda aí, porém, a inscrição de alunos vindos dos municípios interiores teria efeitos semelhantes aos que observamos com a centralização dessa obra cultural supletiva no Rio de Janeiro.

Ora, é claro que não está nas mãos da Fundação dar remédio a essas contingências da vida brasileira. O Conselho de Estatística já examinou êsse ponto e apontou os consórcios ou "uniões" intermunicipais e a conseqüente regionalização, com base nêsses agrupamentos comunais, dos serviços federais e estaduais, a fim de se criar a rede de centros metropolitanos interiores, de que o país carece. Isto é, centros de apreciável vitalidade económica e de condições sociais em termos de oferecer perspectivas de vida próspera e feliz aos seus elementos mais qualificados por predisposição natural ou pela educação. Em verdade, dessa forma se suprimiria, ou diminuiria muito, a poderosa atração que as grandes Capitais exercem presentemente sobre os melhores valores humanos do interior, cuja

evasão ao seu meio tanto está impedindo o progresso do Brasil, senão mesmo motivando um dos aspectos mais sombrios da crise social e econômica, que ora assoberba o país e que não tardará a transformar-se numa grave crise política.

Mas se não está ao alcance da Fundação modificar a situação atual, na intrincada trama de causas sócio-econômicas de que ela resulta, talvez o esteja a iniciativa de ampliar de um certo modo suas atividades educativas, de tal sorte que pelas circunstâncias novas em que essas atividades se organizassem, não lhes fôsse possível assumirem, elas também, aquêle nocivo efeito, e ao invés, e em elevado grau, pudessem mesmo concorrer para uma atuação cultural capaz de restituir valores úteis à vida municipal, retirados dos grandes centros citadinos.

Quero referir-me ao desenvolvimento dos seus cursos para orientadores e professores do ensino agrícola, no intuito de adaptá-los à formação de técnicos de "organização rural", que pudessem servir de "assistentes" dos Governos Municipais ou das Associações Rurais dos Municípios, em tudo que diga respeito às atividades do fomento agropecuário e melhoria da organização sócio-rural brasileira.

O curso a que aludo só poderia atrair, dada os seus fins, quem quisesse efetivamente dedicar-se a atividades ruralistas. E o preparo que em tal curso se obtivesse não teria utilidade senão para o fim previsto.

Por outro lado, tal é a necessidade que tem o país dessa classe de "assistentes ruralistas", não seria difícil à Fundação, por meio de acordos com o Ministério da Agricultura e com os Governos dos Estados e dos Municípios, assegurar emprêgo vantajoso aos elementos que lograssem aprovação nessa nova especialização profissional, cujos cursos tanto se poderiam realizar aqui como nos principais centros dos Estados. Para isso, obteria a Fundação facilmente o apôio e a colaboração da Universidade Rural do Brasil, da Sociedade dos Amigos de Alberto Torres e da Sociedade Nacional de Agricultura, de um lado, e de outro, das Sociedades Congêneres nos Estados e nos Municípios, bem assim das várias Escolas Agrícolas que estivessem em condições de participar da formação dêsses novos profissionais (a de Piracicaba, a de Viçosa, a de São Bento, etc.)

Para que a Fundação melhormente assumisse esse encargo de colocar os Assistentes Rurais, conviria que, ao mesmo tempo, se tornasse ela o centro de uma rede de postos de coordenação de esforços e recursos destinados a cooperar com o Ministério da Agricultura e as Secretarias de Agricultura dos Estados, no sentido de manter nos municípios, em articulação com os seus Governos e as Sociedades rurais, núcleos de Fomento Agrícola devidamente equipados e responsáveis por um hábil, desdobrado e prudente programa de assistência às atividades rurais. A Fundação caberia excelentemente esse papel. É fácil compreendê-lo, não só considerando seus objetivos estatutários de educação para o trabalho e racionalização dêste, mas também atentando em que já dispõe ela de órgãos técnicos próprios, perfeitamente capazes de impri-

mir a desejável eficiência e racionalidade aos serviços de orientação, educação, abastecimento, pesquisa, assistência e outros, que os Centros Municipais ou Distritais de Fomento Rural se destinariam a prestar.

Essa possibilidade não pressupõe, é óbvio, a existência atual de recursos financeiros bastantes para lançar o empreendimento. A Fundação, por enquanto, poderia, quando muito, custear os cursos e preparar os estudos de racionalização e organização do trabalho, com que prestasse a devida assistência aos centros municipais em causa. O financiamento destes teria que fazer face à vultosa remuneração-base do trabalho dos Assistentes. Estes, contudo, poderiam ter outras fontes de receita por meio de pequenas taxas correspondentes aos serviços prestados. Mas seria preciso também adquirir, transportar e distribuir todo o material destinado a ser pôsto, por intermédio deles, à disposição das classes agrícolas, no interior de cada município. E isto se teria de fazer sem intuito de lucro, isto é, tanto quanto possível pelo preço do custo, além do que, sem os bem conhecidos entraves burocráticos que até agora têm quase inutilizado todos os esforços que visam o fomento rural. Como quer que seja, não seria difícil encontrar a fórmula conveniente, pela qual fôsem postos à disposição da Fundação, para tal fim, os 60, 80, ou 100 milhões de cruzeiros que ela teria de dispende em salários, ajudas de custo, etc., ou na compra e transporte do material a ser cedido a crédito, em prazo relativamente longo, aos agricultores ou pecuaristas que se quisessem utilizar dos préstimos dos "centros de fomento rural" mantidos sob a responsabilidade da orga

nização aqui lembrada.

Esse alvitre comporta, evidentemente, uma planificação cuidadosa. Mas não padece dúvida, creio eu, que êle mereça detido exame dos que respondem pelos destinos da Fundação. Estou mesmo em que o ilustre brasileiro que a dirige terá muito breve sua atenção fortemente prêsã aos fatos que acabamos de focalizar, e seja levado pela fôrça dos acontecimentos e das circunstâncias a examinar o assunto em têrmos precisos, no propósito de encontrar uma solução ampla e satisfatória. Penso, entretanto, que ganharia o Brasil muito tempo na solução de um dos seus mais prementes e complexos problemas da hora presente, se o Conselho Diretor da Fundação e a sua Assembléia Geral, considerando o expôsto, houvessem por bem reconhecer agora a oportunidade do alvitre e a conveniência do seu estudo, e entendessem autorizar expressamente a direção executiva a focalizar a matéria e esboçar um plano geral de cooperação que lhe permitisse desempenhar em breve mais essa atividade supletiva em face da organização nacional. Com isso a Fundação visaria já agora, não apenas a elevação do nível da vida social nas metrópoles, mas sim a melhoria das condições econômicas e sociais do país na intimidade das suas atividades agrárias, base indispensável para tódas as medidas que possam ser lembradas para arrancar o Brasil da debilidade produtiva, do despovoamento interior, da crise geral em que se debate presentemente, com sintomas alarmantes de incapacidade para vencê-la.

Nêsse sentido cumpre lembrar, ainda, que a obra educativa de que se cogita acabaria, efetivamente,

por ultrapassar o seu objetivo imediato, vindo a tomar um alcance muito mais profundo e de repercussão imprevisível. Para que bem se apreenda isto basta considerar que os cursos a estabelecer não se limitariam a provar a renovação lenta do corpo dos Assistentes Rurais. Tais elementos, assim bem preparados para a boa compreensão e a prática das atividades rurais, se habilitariam logo, pela própria experiência e pelas possibilidades largas que não lhes faltariam, a tornar-se chefes de empresas rurais por conta própria, deixando as funções em que se houvessem iniciado nos problemas da organização rural. E daí duas consequências altamente auspiciosas. Uma seria o alargamento da obra educativa da Fundação, com aquelas excelentes características de conveniência, oportunidade e imediato emprêgo para os alunos formados; e outra, a de contribuir a entidade eficazmente para levar sangue novo às classes rurais, enriquecendo os seus quadros com atividades vigorosas, bem esclarecidas e em número cada vez maior, às quais o Brasil ficaria devendo em breve uma revolução branca nos fundamentos da sua organização social e econômica.

V. CONCLUSÃO

Termino, pois, este Parecer, propondo:

1. a aprovação do Relatório, bem como os agradecimentos do Conselho pela grande obra que, de modo esclarecido, leal e competente, já levou a cabo sua direção executiva;
2. a autorização das medidas que a direção

executiva julgar cabíveis no sentido de ampliar os recursos financeiros da instituição, como se demonstrou necessário;

3. o reconhecimento de que se enquadram no programa da Fundação as atividades de educação, organização e assistência estimuladora e coordenadora, no que disser respeito ao incremento e melhoria da economia rural brasileira, desenvolvidas tais atividades através de uma campanha nacional empreendida em condições de lograr amplo desenvolvimento e perfeita eficiência, mas de forma iterativa e prudente, como, aliás, aconteceu às demais atividades praticadas até agora pela entidade;

4. a autorização à direção executiva para que, depois de estudar o assunto a que se refere o item precedente, e na hipótese de chegar a conclusões favoráveis, proponha ao Conselho o esquema geral da campanha e o plano de lançamento da sua primeira fase, nesta incluída a obtenção dos recursos especiais de financiamento.

Rio de Janeiro, 10 de março de 1948.

a) M.A. TEIXEIRA DE FREITAS
Relator.

ATA DA 16ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA DO
CONSELHO DIRETOR, REALIZADA EM 10
DE MARÇO DE 1948.

Aos dez dias do mês de março do ano de mil novecentos e quarenta e oito, na sala de sessões da Fundação Getúlio Vargas, à Praia de Botafogo número cento e oitenta e seis, presentes os Senhores Luiz Simões Lopes, Presidente, João Carlos Vital, Vice-Presidente, Guilherme Guinle e Eugênio Gudin Filho, membros efetivos, Mário Augusto Teixeira de Freitas, José Carneiro Felipe e Rubens D'Almada Horta Porto, suplentes convocados, General Djalma Poli Coelho, representante do Governo Federal junto à Assembléia Geral da Fundação, e Jorge Oscar de Mello Flôres, Diretor Executivo, teve lugar a décima sexta sessão extraordinária do Conselho Diretor. Assumindo a direção dos trabalhos, o Presidente deu por aberta a reunião, às dezessete horas e cinquenta minutos.

1. APROVAÇÃO DA ATA DA SESSÃO ANTERIOR. Inicialmente, foi lida pelo Diretor Executivo a ata da sessão anterior, realizada em quatro de março próximo passado, a qual, após o Doutor Rubens Porto fazer-lhe ligeira retificação, foi unânimemente a provada.

2. APROVAÇÃO DO PARECER SOBRE O RELATÓRIO DO DIRETOR EXECUTIVO. O Doutor Luiz Simões Lopes, em seguida, deu a palavra ao Doutor Teixeira de Freitas, a fim de que este, conforme fôra combinado na última sessão, procedesse à leitura do seu parecer sobre o relatório do Diretor Executivo, referente ao exercício de mil novecentos e quarenta e sete. O Doutor Teixeira de Freitas iniciou, então, a leitura do parecer que havia e laborado. Antes, porém, fez alguns reparos quanto à apresentação material do relatório, não só quanto ao trabalho datilográfico, mas também quanto ao de revisão, lembrando a conveniência de corrigir os defeitos apontados e dar ao relatório, em

sua forma final, o mesmo caprichoso aspecto que já tem o periódico "Conjuntura Econômica". O Diretor Executivo explicou que os defeitos indicados pelo relator provinham de circunstâncias fortuitas, traduzidas em uma acumulação excepcional de trabalho datilográfico e de revisão, agravada com a avaria simultânea de quatro das máquinas de escrever; entretanto, a apresentação definitiva do relatório já estava providenciada em "multilite", com o esmero necessário, conforme ocorrera no ano anterior e se fazia no boletim mensal "Conjuntura Econômica". Em meio à leitura do parecer do Dr. Teixeira de Freitas, vários debates e comentários foram trocados, salientando-se o relativo às medidas a serem tomadas para prevenir contra as desistências no decorrer dos cursos, que, no exercício anterior, haviam sido elevadas. Nesse particular, sugeria o relator as seguintes providências: "facilitar a frequência dos cursos pela gratuidade ou pela assistência por meio de bolsas de estudos"; "assegurar a utilidade prática dos cursos realizados, por meio de uma garantia de emprego para os alunos que os concluírem em boas condições". Quanto à primeira parte, o Diretor Executivo alegou que as taxas pagas nos cursos da Faculdade já eram muito baixas, em alguns casos quase que simbólicas, de modo que não constituíam, em geral, motivo determinante de desistência; por outro lado, em favor do interesse pelos cursos é psicologicamente aconselhável que o aluno pague qualquer quantia, por pequena que seja, ao invés de receber o ensino gratuitamente. Passando à questão das bolsas, o Diretor Executivo mostrou-se de acordo, alegando, todavia, que elas deviam ser lançadas com parcimônia, pois eram muito onerosas, o que, aliás, fazia com que não corrigissem um dos inconvenientes das desistências: a elevação dos custos unitários dos cursos. O Dr. Luiz Simões Lopes declarou que, segundo parece, o que se tem observado é que os alunos, em nosso país, ficam vexados em aceitar uma bolsa, talvez por considerarem um índice de pobreza. Todos concorda-

ram e o Dr. Eugênio Gudín observou que, enquanto isso se passa dentro do país, é grande o número dos brasileiros que se candi datam a bôlsas no estrangeiro. Após alguns debates, todos che garam a um acôrdo sôbre a conveniência de desenvolver uma cam panha para modificar a mentalidade reinante com relação ao pro blema considerado, que poderia incluir, da parte da Fundação, a propaganda e a efetivação de concursos para as bôlsas que por ela forem instituídas. No tocante ao serviço de colocação dos alunos formados, que aliás fôra sugerido no relatório da Direção Executivo, o Dr. Eugênio Gudín objetou que se os cursos da Fundação eram feitos de acôrdo com as necessidades do merca do de trabalho, traduzidas na procura dos empregadores, não ha via a necessidade de um serviço próprio para colocar os alunos respectivos. O Dr. Teixeira de Freitas retrucou que, justamente por ser, nêsses casos, a oferta de mão de obra insuficiente em face da procura dos empregadores, é que o pessoal se coloca va independentemente de conhecimentos mais profundos, perdendo o interêsse pelos cursos; assim, um serviço que colocasse os mais capazes não só estimularia o interêsse pela aquisição de conhecimentos, como, outrossim, acarretaria um benefício para os empregadores e uma melhor utilização da mão de obra do país. Todos concordaram com essa argumentação, prevalecendo portan - to a proposta em cujo apôio ela fôra feita. Continuou então o Dr. Teixeira de Freitas a leitura de seu parecer, terminando com as conclusões: primeiro - aprovação do relatório, com os agradecimentos do Conselho pela grande obra que, de modo escla recido leal e competente, já levou a cabo sua direção executi va; segundo - autorização das medidas que a direção executiva julgar cabíveis no sentido de ampliar os recursos financeiros da instituição, como mostrou necessário; terceiro - o reconhe cimento de que se enquadram no programa da Fundação as ativi dades de educação, organização e assistência estimuladora e coordenadora, no que disser respeito ao incremento e melhoria

da economia rural brasileira, desenvolvidas tais atividades através de uma campanha nacional empreendida em condições de lograr amplo desenvolvimento e perfeita eficiência, mas de forma iterativa e prudente, como, aliás, aconteceu às demais atividades praticadas até agora pela entidade; quarto - auto rização à direção executiva, para que, depois de estudar o assunto a que se refere o item precedente, e na hipótese de chegar a conclusões favoráveis, proponha ao Conselho o esque ma geral da campanha e o plano de lançamento de sua primeira fase, nesta incluída e obtenção de recursos especiais para financiamento. Os dois primeiros itens das conclusões foram logo aprovados, passando-se a debater os dois últimos. O Dr. Guilherme Guinle declarou que o insentivo das atividades ru rais em todo o país constituía problema da máxima importân - cia, cujo tratamento desde já aprovava. O Dr. Eugênio Gudín, embora concordando em princípio, disse que havia muitos ou - tros problemas capitais como o dos transportes, o de forma - ção de pessoal habilitado para indústrias, etc., de modo que, para confirmar a prioridade do que fôra sugerido pelo Dr. Tei xeira de Freitas, conviria proceder a um estudo cuidadoso do assunto, distribuindo-o a relator. O Dr. Teixeira de Freitas respondeu que não havia tempo de fazer isso antes do relató rio ser encaminhado à Assembléia Geral; além disso, não propu zera a realização de um plano, mas sim a elaboração de estu - dos para verificar a sua exequibilidade, o que não importava em maiores responsabilidades. Ante essa ponderação o assunto continuou a ser discutido. O Dr. João Carlos Vital mencionou as atividades que desenvolvera como Presidente da Comissão Or ganizadora do Instituto de Seguros Sociais do Brasil, as quais haviam envolvido planos de desenvolvimentos de nosso interior, mostrando que um dos embaraços mais difíceis de vencer era a do financiamento. Após alguns debates, foi pôsto o assunto em votação, sendo a sugestão unânime mente aprovada.

3. SALDO DO EXERCÍCIO DE 1 947. O Doutor Simões Lopes comunicou, em seguida, que do exercício referente a mil novecentos e quarenta e sete restou um saldo financeiro, cujo destino desejava submeter à apreciação dos Senhores Conselheiros, pois poderia ser transferido para reservas especiais ou incorporado ao Fundo Patrimonial. Discutido o assunto, foi aprovado, unanimemente, o parecer de incorporação do saldo em apreço ao Fundo Patrimonial.

4. ENCERRAMENTO. Nada mais havendo a tratar, o Presidente agradeceu a presença de todos, e encerrou a sessão às dezenove horas e vinte e dois minutos.

Em 10 de março de 1948

Senhores Membros do Conselho Curador

De acôrdo com o disposto no art. 16, incoso VI dos Estatutos ,
junto encaminhamos o relatório e o balanço anuais desta Fundação, rela-
tivos ao exercício de 1 947.

O primeiro foi examinado e relatado pelo membro d'êste Conselho Mário Augusto Teixeira de Freitas e o segundo pelo vice-presidente João Carlos Vital, após a verificação de um perito contador estranho a esta entidade.

Em face das conclusões dos relatórios correspondentes, que também seguem em anexo, bem como em virtude das deliberações levadas a efeto em sessão realizada nesta data, somos de parecer favorável à aprovação do relatório e do balanço anuais em apreço e ao recolhimento do saldo financeiro do exercício de 1 947 ao fundo patrimonial.

Aproveitemos a oportunidade para apresentar os protestos de elevada estima e distinta consideração.

elevada estima e distinta consideração.

[Handwritten signatures and scribbles follow]

M. A. Pereira da Silva

[Signature]

ATA DA NONA SESSÃO ORDINÁRIA DO
CONSELHO CURADOR, REALIZADA EM
ONZE DE MARÇO DE MIL NOVECENTOS
E QUARENTA E OITO.

Aos onze dias do mês de março do ano de mil novecentos e quarenta e oito, na sala de sessões da Fundação Getúlio Vargas, à Praia de Botafogo número cento e oitenta e seis, teve lugar a nona sessão ordinária do Conselho Curador, presentes os Senhores Manoel Bergstron Lourenço Filho, Presidente, Alberto Sá Souza de Brito Pereira, Vice-Presidente, Adroaldo Junqueira Ayres, Carlos Alberto Lúcio Bittencourt, Felinto Epitácio Maia, João Daudt de Oliveira, Jorge Felipe Kafuri, Marcos Carneiro de Mendonça, Mário de Bittencourt Sampaio, Moacir Veloso Cardoso de Oliveira, Murilo Braga de Carvalho, Napoleão Alencastro Guimarães, Plínio Reis Cantanhede e Almeida Temístocles Brandão Cavalcanti, membros convocados, Luiz Simões Lopes e Jorge Oscar de Mello Flôres, respectivamente, Presidente e Diretor Executivo da Fundação.

Com a palavra, o Presidente do Conselho deu por aberta a sessão, às vinte e uma horas e quarenta minutos, comunicando que a reunião tinha em vista o exame do relatório e dos balanços anuais da Fundação. Após ter sido mostrado o trabalho elaborado pela Direção Executiva e encaminhado pela Presidência, bem como o parecer com que o mesmo fôra remetido pelo Conselho Diretor, ficou resolvido distribuir o assunto a relator. Por sugestão do Vice-Presidente, aprovada pelos demais, a escolha recaiu no Conselheiro Moacir Veloso Cardoso de Oliveira, que ficou de apresentar seu relatório na próxima sessão, marcada para o dia dezesseis, às vinte e uma horas. Nada mais havendo a tratar, o Presidente deu por encerrada a sessão, às vinte e duas horas e trinta e cinco minutos, agradecendo o comparecimento de todos os presentes.

PARECER DO CONSELHEIRO MOA-
CYR CARDOSO VELOSO DE OLIVEI
RA SOBRE OS BALANÇOS E O RE
LATÓRIO DO EXERCÍCIO DE
1947.

A tarefa que me coube do exame do relatório e do balanço do exercício de 1947 achou-se grandemente facilitada, de um lado, pelo minucioso parecer do Dr. Teixeira de Freitas, relator da parte geral do Conselho Diretor da Fundação, constante de 21 páginas dactilografadas, no qual faz pormenorizada crítica do trabalho apresentado; e, de outro, pelo laudo contábil do perito Américo Mateus Florentino, encarregado dêsse mister pelo relator dessa parte, Dr. João Carlos Vital.

PARTE GERAL

2. Quanto à parte geral, nada mais podendo acrescentar ao exaustivo estudo feito no referido parecer, reporto-me em tudo aos seus termos, para recomendar ao Conselho Curador a aprovação do relatório, que já mereceu também o parecer favorável do Conselho Diretor, assim como das conclusões do relator, inclusive no que se refere aos merecidos louvores pelos esforços desenvolvidos pela Direção Executiva da Fundação para levar a cabo as significativas realizações do ano de 1947, os quais devem muito justamente ser extensivos ao seu Conselho Diretor.

3. Acrescentaria tão somente as seguintes proposições, a primeira das quais é reprodução de proposta que fiz na Assembléia Geral de 1946, por esta aprovada unanimemente, mas que, sem dúvida por motivos ponderá-

veis, ainda não parece ter tido execução:

- a) Que, atendendo à relevância dos problemas sociais, cuja importância no momento é desnecessário ressaltar, incluísse a Fundação, em seu programa de trabalho para 1948 o início da realização de "pesquisas sociais", a cargo de "assistentes sociais" diplomados e "auxiliares sociais" com curso especializado, a fim de contribuir para o estudo do nosso ambiente social, quer visando à orientação e ao desenvolvimento da assistência social propriamente, quer a servir de base para estudos sociológicos, de que é tão carente o meio cultural brasileiro.
- b) Que, no mesmo sentido, às três Escolas referidas no item 4.321 do relatório, como básicas da organização futura do ensino da Fundação, se acrescesse uma quarta - "Escola de Sociologia" ou "Escola de Ciências Sociais", destinada não somente à formação e desenvolvimento de uma cultura sociológica elevada, entre nós, e à análise imediata dos elementos decorrentes das pesquisas sociais realizadas, para a adaptação ao nosso meio e contribuição à cultura universal, como também à realização de cursos de post-graduação e aperfeiçoamento para "assistentes sociais", lacuna de que se revestem as Escolas de Serviço Social existentes e cujo preenchimento, pela Fundação, parece-nos estar em perfeita consonância com suas finalidades.
- c) Que sejam promovidos, a par dos cursos que já se vêm, com tanto êxito, realizando, outros de caráter especializado para o aperfeiçoamento do pessoal dos Institutos e Caixas de Aposentadoria e Pensões, tarefa que se enquadra totalmente nos objetivos da Fundação e que foi

diga-se de passagem, uma das justificativas da doação feita em conjunto por essas instituições de previdência social.

PARTE CONTÁBIL

Organização e Execução

A fim de melhor apreciar essa parte do relatório, realizei ligeira visita aos órgãos incumbidos da execução contábil da Fundação. A impressão que obtive é a de que a entidade está bem organizada e funcionando satisfatoriamente nêsse importante setor de contrôle.

Acompanhado do Diretor **Executivo**, do Auditor e do Chefe da Seção de Contabilidade, tive oportunidade de verificar alguns casos escolhidos arbitrariamente, encontrando cabal resposta a tôdas as pergunta formuladas.

O processo adotado pareceu-me econômico, uma vez que ocupa, apenas, cinco servidores, nas Seções de Contabilidade e de Orçamento, máquinas comuns de escrever, uns poucos arquivos e o material de execução (fichas).

Com êsses elementos efetua-se a classificação da receita e da despesa, à vista dos comprovantes respectivos, são emitidas as fichas de lançamento (vouchers) e escriturados os fatos no "Razão", em fichas de cartolina e no "Diário", de igual forma. O "Razão" apresenta-se detalhado, compreendendo um verdadeiro "Contas Correntes", pois, as contas de devedores e credores (pessoais) são analíticas, contendo mesmo um ligeiro histórico:

O "Diário" foge à forma generalizada, sem prejuízo da técnica, e sua utilidade é relativa em face do "Razão" e da natureza da entidade a que se refere.

A respeito dêsses dois registros, parece-me que as folhas soltas de ambos poderiam ser objeto da rubrica do poder competente, para mais completa autenticação e controle. Além disso, no final de cada exercício, as folhas poderiam ser encadernadas e não simplesmente agrupadas com grampos, juntando-se à encadernação um "térmo de arquivamento", com os detalhes cabíveis.

O controle da Tesouraria é integral, considerando que há tomada de contas diária, por intermédio de um "Boletim Diário de Caixa" no qual são anotados os recebimentos, os pagamentos (com os comprovantes anexados) e o saldo em espécie. Além disso a Tesouraria fornece, diariamente, uma relação dos cheques retidos.

E' adotado o sistema de empenho prévio, de modo que as dotações orçamentárias da despesa podem ser observadas com rigor.

O arquivamento de comprovantes com as respectivas fichas de lançamento pareceu-me igualmente satisfatório.

Balanço Patrimonial

O balanço patrimonial apresenta um Ativo bruto de Cr\$ 211.500.765,40, com um Passivo bruto, como é óbvio, do mesmo valor, inclusive as contas de compensação.

O ativo Disponível mais o Ativo Realizável a curto prazo somam Cr\$63.592.675,90, que, em confronto com o Passivo Exigível a curto prazo, único exi-

gível existente, apresenta um quociente de liquidez de 23,55 que é absolutamente tranquilizador e mais do que ótimo.

O Ativo Imobilizado (Bens Tangíveis) atinge a 12,34% do Fundo Patrimonial (Passivo não Exigível) bastante aceitável.

O Fundo Patrimonial (Passivo não Exigível) representa 97,85% do Passivo bruto, exprimindo, pois, a sua quase totalidade, não incluídas as contas de compensação, enquanto que o Passivo Exigível a curto prazo é apenas 2% do Passivo bruto, excluídas, da mesma forma, as contas de compensação.

Dos bens Tangíveis apenas os Móveis foram depreciados, deixando de ser registrado o provável desgaste dos veículos, pelo menos.

Balanço Econômico

A Receita total atingiu a Cr\$ 19.909.996,70 e a Despesa total a Cr\$ 9.881.612.30, verificando-se um saldo econômico de Cr\$10.028.384.40, que representa mais de 50% da Receita total.

A maior parcela da Receita, realizada e a realizar, é a de "Subvenções", que atinge a 82,25% da Receita total.

A despesa total, assim consideradas também as Amortizações e Depreciações, as Despesas Extraordinárias e as Vinculadas, não chegou a 50% da Receita total.

Os diversos órgãos da Fundação apresentam as seguintes percentagens de Despesa, em relação a Receita total:

Órgãos Deliberativos e Executivos	2,67
Órgãos Adjetivos.....	14,01
Órgãos Substantivos.....	25,36
Órgãos Regionais.....	6,42
	<u>48,46</u>

Em relação à total essas percentagens são:

Órgãos Deliberativos e Executivos	5,369
Órgãos Adjetivos.....	28,239
Órgãos Substantivos.....	51,091
Órgãos Regionais.....	12,929
	<u>97,628</u>

Balanço Financeiro

Esse balanço compreende apenas as entradas e saídas de dinheiro.

As entradas atingiram a Cr\$ 20.898.689,10 e as saídas a Cr\$12.181.324,40, havendo um saldo de..... Cr\$ 8.717.364,70 que adicionados ao saldo de 1946 representam Cr\$ 15.643.321,70, dos quais apenas Cr\$ 28.681,30 em Caixa, em 31 de dezembro de 1947, e o restante em Bancos.

A Receita propriamente dita, isto é, não incluídos os recebimentos de contas de Ativo Financeiro e a Assunção de Passivo, somou Cr\$18.472.764,40, face à Despesa Própriamente Dita de Cr\$ 9.662.425,50, não incluídas as Aplicações, Inversões e Resgates de Passivo,

proporcionando um saldo financeiro de Cr\$ 8.810.338,90 que exprime a diferença entre as entradas de dinheiro provenientes de rendas do exercício e as saídas de dinheiro provenientes de despesas do exercício.

A parte não arrecadada da Receita propriamente Dita atingiu a Cr\$ 1.422.032,30 e a da Despesa Própriamente Dita e não paga a Cr\$ 1.294.182,90, o que pode ser verificado pelo confronto a que procedi, do Balanço Financeiro com o Balanço Econômico.

As parcelas da Despesa Própriamente Dita, constituídas das verbas específicas, apresentam as seguintes percentagens em relação ao total dessa mesma Despesa:

Pessoal.....	56,070
Material.....	9,546
Serviços de Terceiros...	6,620
Encargos Diversos.....	16,366
Despesas Gerais.....	11,381
	<u>99,983</u>

As mesmas verbas em relação à Receita Própriamente Dita apresentam as seguintes percentagens:

Pessoal.....	25,400
Material.....	4,324
Serviços de Terceiros...	2,999
Encargos Diversos.....	7,414
Despesas Gerais.....	5,155
	<u>45,292</u>

Frizo, ainda uma vez, que como Receita e Despesa Própriamente Dita são consideradas as parcelas arrecadadas e pagas, respectivamente, e referentes apenas ao exercício de 1947, sem inclusão de quaisquer operações de inversão ou resgate de valores ativos ou passivos.

A despesa de Pessoal parece, assim, um tanto elevada, porém, não disponho de elementos analíticos para poder apreciar o mérito desses dispêndios.

Execução Orçamentária

O quadro comparativo da Receita Estimada e da Receita Realizada indica que a arrecadação ficou inferior à previsão em Cr\$257.752,50, cuja razão maior foi a não realização da subvenção do Banco do Brasil, quando a previsão dessa parcela era de Cr\$ 600.000,00.

A Despesa Realizada ficou aquém da Despesa Fixada, havendo uma diferença de Cr\$ 5.322,374,50 em favor da fixação, ou seja, um saldo orçamentário desse valor. Tal saldo tem sua parcela maior nas "Verbas Globais", que se destinam a criação de novos órgãos ou Serviços específicos, cuja não execução atingiu a Cr\$ 4.650.798.70, que, entretanto, convém assinalar, terá novas dotações do mesmo ou de maior vulto nos orçamentos futuros, não constituindo, a rigor, uma economia, mas apenas o retardamento natural de providências tendentes a ampliação da entidade.

Verificaram-se os seguintes excessos da execução sobre a fixação orçamentária da Despesa:

Pessoal.....	696.620,90	
Encargos Diversos.....	251.720,90	
Despesas Gerais.....	500.203,60	
Despesa Extraordinária.....	15.152,90	
Despesa Vinculada.....	<u>15.200,00</u>	1.478.898,30

A Despesa Vinculada pela sua natureza, não significa, a rigor, uma perda patrimonial.

Os excessos indicados são facilmente cobertos com as "Disponibilidades" resultantes do saldo econômico que atingiu a mais de dez milhões de cruzeiros. Entretanto, para uma completa regularização da contabilidade da Fundação, seria interessante que antes mesmo de se verificarem quaisquer excessos de verba fôsem solicitados os créditos adicionais ou as transposições necessárias, em cada caso.

Compreendendo que o rápido desenvolvimento da Fundação no exercício de 1947 tenha exigido medidas que por si mesmas justificam os excessos citados, porém, nunca é demais lembrar que o respeito ao orçamento é uma das características das boas organizações, nas quais a previsão da Receita e a fixação da Despesa obedecem a critérios técnicos.

Quero observar, também, que a autorização para o uso das chamadas "Disponibilidades" orçamentárias, no reforço às diversas verbas orçamentárias da Despesa, torna o orçamento muito sujeito a modificações que podem transformar inteiramente o aspecto do documento anteriormente aprovado pelos órgãos competentes.

Conclusão

Em resumo, acho que podem ser também aprovados os documentos apresentados e louvada a organização da contabilidade da Fundação, sendo tão somente aqui indicadas certas medidas ou lembrados alguns princípios que me pareceram úteis ao aperfeiçoamento dos serviços da Fundação.

Em 16 de março de 1948.

a.) Moacyr Velloso Cardoso de Oliveira

Conclusão

Em resumo, acho que podem ser também aprovados os documentos apresentados e louvada a organização da contabilidade da Fundação, sendo tão somente aqui indicadas certas medidas ou lembrados alguns princípios que me pareceram úteis ao aperfeiçoamento dos serviços da Fundação.

Em 16 de março de 1948.

a) Moacyr Velloso Cardoso de Oliveira

ATA DA . NONA SESSÃO EXTRAOR
DINÁRIA DO CONSELHO CURADOR,
REALIZADA EM DEZESSEIS DE MAR
ÇO DE MIL NOVECENTOS E QUA -
RENTA E OITO.

Aos dezesseis dias do mês de março do ano de mil nove -
centos e quarenta e oito, na sala de sessões da Fundação Getú -
lio Vargas, à Praia de Botafogo número cento e oitenta e seis,
teve lugar a nona sessão extraordinária do Conselho Curador,
presentes os Senhores Manoel Bergstron Lourenço Filho, Presi -
dente, Alberto Sá Souza de Brito Pereira, Vice-Presidente, Adro -
aldo Junqueira Ayres, Carlos Alberto Lúcio Bittencourt, Felinto
Epitácio Maia, João Daudt de Oliveira, Jorge Felipe Kafuri, Mar -
cos Carneiro de Mendonça, Mário de Bittencourt Sampaio, Moacir
Veloso Cardoso de Oliveira, Murilo Braga de Carvalho, Plínio
Reis de Cantanhede e Almeida e Temístocles Brandão Cavalcanti,
membros convocados, Luiz Simões Lopes e Jorge Oscar de Mello
Flôres, respectivamente, Presidente e Diretor Executivo da Fun -
dação.

Com a palavra o Presidente do Conselho deu por aberta
a sessão, às vinte e uma horas e trinta minutos, comunicando que
a reunião tinha em vista o exame do parecer do relator Conse -
lheiro Moacir Veloso Cardoso de Oliveira, sobre o relatório e
os balanços anuais apresentados pela Direção Executiva. O refe -
rido membro do Conselho passou então a ler seu parecer, paran -
do em alguns pontos para citar e apoiar trechos dos pareceres
dos Conselheiros João Carlos Vital e Mário Augusto Teixeira
de Freitas, do Conselho Diretor, bem como para ouvir esclareci -
mentos adicionais apresentados pelo Presidente da Fundação e
pelo Diretor Executivo. Entre êsses esclarecimentos figuraram
os relativos: à efetivação de doações provenientes de providên -
cias propostas no ano findo e algumas das quais continuadas no

corrente exercício, o que já elevou o total da arrecadação correspondente, até o presente, a perto de dois milhões de cruzeiros, já estando, por outro lado, resolvido o restabelecimento da subvenção anual de seiscentos mil cruzeiros por parte do Banco do Brasil; à percentagem das despesas de administração meio, que importa em cêrca de vinte e oito por cento, mas da qual só proximamente a metade é de administração geral, pois o resto diz respeito a atividades auxiliares industriais (mecanização) ou assistenciais (restaurante); ao custo dos cursos, não só indicando a forma por que havia sido feita a apropriação e as parcelas nela omitidas, mas também comparando os custos unitários com os de alguns cursos oficiais. Na parte geral não foram feitos quaisquer reparos. Na parte relativa aos balanços, foram feitas críticas de pequena monta sôbre os livros de registro e o cálculo da depreciação de bens; entretanto, foi focalizado, com mais insistência, o inconveniente de haver grandes excessos da despesa realizada sôbre a despesa orçada. O Diretor Executivo explicou que, não somente por não dispor a Fundação, em seu início, de elementos suficientes para uma previsão orçamentária rigorosa, dado o tipo de suas atividades, mas também por estar ela em constante crescimento, em parte decorrente de diretrizes gerais planejadas e em parte por solicitações de órgãos do Governo, preferiu-se adotar a seguinte solução: colocar na previsão da despesa orçamentária unicamente as parcelas correspondentes às atividades que se teria de desenvolver de qualquer maneira, deixando-se um grande saldo em relação à receita prevista, designado como disponibilidade orçamentárias as quais seriam utilizadas mediante destaques autorizados pelo Conselho Diretor, que equivalem a créditos adicionais. Assim, desde que sejam respeitadas as diretrizes gerais do plano de trabalhos da Fundação, inclusive quanto às percentagens destinadas a cada um dos campos de atividades básicos, bem como desde que seja ouvido o órgão que aprovou o orçamento

to, ou seja o Conselho Diretor, não parece ter maior inconveniente a medida, que, de resto, tem caráter transitório, na fase de implantação dos órgãos básicos da Fundação. O Dr. Moacir Veloso Cardoso de Oliveira admitiu a procedência da argumentação, mas insistiu em que se procurasse, tão cedo quanto possível, evitar a fórmula ora adotada. O Diretor Executivo esclareceu que, já no orçamento para mil novecentos e quarenta e oito, as disponibilidades se limitavam à parte da despesa coberta com receitas de arrecadação incerta e que, por isso, não poderiam corresponder a despesas cuja realização fôsse indiscutível. Entraram então em debates as conclusões do parecer do relator, que foram: Na parte geral, - primeiro - aprovação do relatório da Direção Executiva e das demais conclusões do relator da matéria no Conselho Diretor, extendendo os louvores feitos à Direção Executiva, pelas significativas realizações do ano findo, também e muito justamente ao referido Conselho; segundo - início de "pesquisas sociais", a fim de contribuir para o estudo de nosso ambiente social, quer visando à orientação e ao desenvolvimento da assistência social propriamente, quer a servir de base para estudos sociológicos, de que é tão carente o meio cultural brasileiro; terceiro - no mesmo sentido do item anterior, acrescentar às três escolas mencionadas como básicas da organização futura do ensino da Fundação, uma quarta - "Escola de Sociologia" ou "Escola de Ciências Sociais", destinada não somente à formação e desenvolvimento de uma cultura elevada, entre nós, e à análise imediata dos elementos de correntes das pesquisas sociais realizadas, para a adaptação ao nosso meio e contribuição à cultura universal, como também à realização de cursos de post-graduação e aperfeiçoamento para "assistentes sociais, lacuna de que se revestem as Escolas de Serviço Social Existentes; quarta - promover, a par dos cursos que já se vêm realizando, outros de caráter especializado para o aperfeiçoamento do pessoal das instituições

de previdência social. Na parte contábil- aprovação dos documentos apresentados e louvores à contabilidade. As sugestões quanto ao relatório da Direção Executiva, aos balanços e às conclusões do parecer do Conselho Diretor foram logo aceitas, unanimemente, passando-se a tratar das novas propostas introduzidas pelo relatos. O Dr. Simões Lopes declarou-se em princípio, a favor das mesmas, pois a Fundação destina-se, precisamente, a exercer atividades no campo das ciências sociais. O Diretor Executivo mostrou que esse campo não estava descurodo, citando: os cursos de serviço social planejados e a parte que seria feita em colaboração com o Instituto Social; os cursos projetados, em colaboração com a CIBAR e o Ministério da Agricultura, para a formação de pesquisadores rurais, bem como o centro de pesquisas rurais previsto em consequência disso; o núcleo de sociologia, estudado mas não implantado; os trabalhos levados a efeito em prosseguimento aos paralizados com a extinção do Instituto de Seguro Social do Brasil; as assistências técnicas, no Departamento de Pesquisas e Documentação, que visam estudos de problemas sociais; atividades esporádicas várias já realizadas dentro dos citados domínios, etc. O Dr. Moacir Veloso Cardoso de Oliveira, todavia, insistiu na necessidade de concentração e sistematização dessas atividades, na forma por ele proposta. Todos intervieram nos debates, particularmente os Drs. Lourenço Filho, Murilo Braga e Temístocles Cavalcanti, sendo aprovada, por unanimidade, a sugestão do relator. A seguir foi tratada a questão do destino a ser dado ao saldo financeiro do exercício, havendo sido aprovado o parecer, no sentido de manter a proposta do Conselho Diretor a respeito, isto é, incorporação desse saldo ao Fundo Patrimonial. Nada mais havendo a tratar o Presidente do Conselho deu por encerrada a sessão, às vinte e três horas e cinquenta minutos, agradecendo o comparecimento de todos os presentes.

RESUMO DA ATA DA QUARTA ASSEMBLÉIA
GERAL ORDINÁRIA - REALIZADA, EM SE-
GUNDA CONVOCAÇÃO, NO DIA TRINTA E
UM DE MARÇO DE MIL NOVECENTOS E
QUARENTA E CITO.

Parte destinada a atender ao disposto no artigo sétimo, alínea "a", e no artigo trinta e um, parágrafo único, dos Estatutos - Segunda Publicação. - A Sessão teve início às vinte e uma horas e trinta minutos, citando o Presidente o artigo oitavo e respectivo parágrafo único dos Estatutos, com base nos quais se realizava a Assembléia Geral Ordinária em segunda convocação. - A seguir convidou o General Djalma Poli Coelho, representante do Governo Federal, junto à Assembléia, para fazer parte da Mesa, bem como o Doutor Helvécio Xavier Lopes para secretariar a reunião. - O Presidente informou que da ordem do dia constavam: - a apreciação do relatório e dos balanços relativos ao exercício de mil novecentos e quarenta e sete, além da eleição de novo membro para uma vaga existente no Conselho Curador. - Indagou, então, dos presentes, se preferiam que fôsse lido o relatório e os balanços, acrescidos dos pareceres do Conselho Diretor e do Conselho Curador acêrca dos mesmos ou unicamente êsses últimos. - O Doutor Moacir Veloso Cardoso de Oliveira, alegando que tanto o relatório e balanços, como os pareceres, haviam sido distribuídos com antecedência, e, portanto, já eram do conhecimento dos presentes, propôs que fôsse lidas apenas as conclusões dêsses pareceres. - Posta em votação, foi a sugestão unânimemente aprovada. O Secretário passou a ler as referidas conclusões e, ao terminar, o Presidente franqueou a palavra a quem delase quisesse utilizar. - Após alguns esclarecimentos prestados, por solicitação do representante do Estado de Alagoas, Doutor Nilo Barroso, sobre a forma pela qual pretendia a Fundação estender suas atividades pelos diversos pontos do território nacional, foi posta em votação a aprovação dos pareceres do Conselho Diretor e Curador, de que decorria a aprovação dos balanços e dos relatórios e da transferência do saldo financeiro do exercício para o Fundo Patrimonial. - Apurados os votos, houve aprovação unânime. - Em seguida, passou-se à segunda parte da ordem do dia, relativa à eleição do membro do Conselho Curador, sendo suspen-

sos os trabalhos por dez minutos, a fim de que os presentes se munissem de cédulas. - Reabertos os trabalhos, procedeu-se à votação, que, nos termos do artigo nono dos Estatutos, foi secreta, e que acusou o seguinte resultado: - Doutor Odilon Braga - cento e sete votos - Doutor Helvécio Xavier Lopes - um voto. - Após ligeiros debates sobre assuntos de ordem interna, foi suspensa a sessão, às dez horas e quinze minutos, para a lavratura da ata. - Às vinte e três horas foi reaberta a sessão para a apreciação da ata, a qual foi unânimemente aprovada. - (Assinados): General Djalma Poli Coelho, representando o Governo Federal. - Jorge Oscar de Mello Flôres - Cezar Cantanhede - Luiz Simões Lopes - Helvécio Xavier Lopes, por si e representando a Caixa Econômica Federal do Rio de Janeiro - Coronel Herculano Gomes, representando a Prefeitura do Distrito Federal - João Carlos Vital - Arthur Lemos Brito, representando o Estado de São Paulo - Eugênio Ewerton Pinto, representando a Companhia Siderúrgica Nacional - Alberto Sá Souza e Brito Pereira - Eutacílio Leal, representando o Estado do Rio de Janeiro - José Moacyr de Andrade Sobrinho, representando a Estrada de Ferro Central do Brasil - Nilo Pinheiro Barroso, representando o Estado de Alagoas - Javert de Souza Lima, representando o Instituto de Aposentadoria e Pensões dos Comerciantes - Moacyr Veloso Cardoso de Oliveira - Moacyr Briggs - Filinto Epitácio Maia - Doutor Luiz Simões Lopes, representando a Caixa Econômica Federal de São Paulo - Doutor Jorge Oscar de Mello Flôres, representando Alzira Vargas do Amaral Peixoto - Astério Dardeau Vieira - Araulda da Silva Bretas - Alain de Almeida Carneiro - Ary Azambuja - Ana Amélia Carneiro de Medonça - Arízio de Viana - Arnaldo Guinle - Adroaldo Junqueira Ayres - Beatriz Marques de Souza Warlich - Cristovam Leite de Castro - Carlos Alberto Lúcio Bittencourt - Carlos Medeiros Silva - Ernesto Dorneles - Eugênio Gudín - Ernani do Amaral Peixoto - Francisco Montojos - Henrique Domingos Ribeiro Barbosa - Jorge Felipe Kafuri - Joaquim Rufino Ramos Jubé Júnior - José Nazaré Teixeira Dias - Marcos Carneiro de Mendonça - Murilo Braga de Carvalho - Manoel Bergstrom Lourenço Filho - Mário Paulo de Brito - Odilon Braga - Paulo Tarso Leal - Plínio Reis Cantanhede - Roberto Bandeira Accioli - Rodrigo Melo Franco de Andrade - Theodoro Arthou - Temístocles Brandão Cavalcanti - Doutor João Carlos Vital, representando Alber -

de Aposentadoria e Pensões dos Serviços de Mineração em Pôrto Alegre - Caixa de Aposentadoria e Pensões dos Ferroviários da Estrada Dona Tereza Cristina - Caixa de Aposentadoria e Pensões dos Serviços Públicos dos Estados do Piauí e Maranhão - Caixa de Aposentadoria e Pensões da Companhia Vale do Rio Dôce - Caixa de Aposentadoria e Pensões dos Serviços Públicos de Pernambuco e Alagoas - Caixa de Aposentadoria e Pensões dos Serviços Públicos do Estado do Ceará - Caixa de Aposentadoria e Pensões dos Serviços Públicos dos Estados da Bahia e Sergipe - Caixa de Aposentadoria e Pensões dos Serviços do Estado de Minas Gerais - Caixa de Aposentadoria e Pensões dos Serviços Públicos do Estado do Pará - Caixa de Aposentadoria e Pensões dos Serviços Públicos do Estado do Amazonas - Caixa de Aposentadoria e Pensões dos Serviços do Estado do Rio Grande do Norte e - Caixa de Aposentadoria e Pensões dos Serviços Públicos do Estado da Paraíba.

FUNDAÇÃO GETULIO VARGAS		
BIBLIOTECA MARIO HENRIQUE SIMONSEN		
Este volume deve ser devolvido à Biblioteca na última data marcada		
Explore os livros sem deixar marcas pelo caminho.		
11 JAN 2016		